

# VIII SEAD

O político na Análise do Discurso  
contradição, silenciamento, resistência

Recife 12 a 15 set 2017

## CADERNO DE RESUMOS

APOIO



# SUMÁRIO

## CONFERÊNCIA DE ABERTURA

Política e silêncio na América Latina.....	03
--	----

## MESAS

<b>Mesa I</b> Discurso político, sujeito, contradição.....	04
--	----

<b>Mesa II</b> O político e a cultura: arte(s), língua, corpo.....	05
--	----

## SIMPÓSIOS

<b>Simpósio I</b> O político na memória e nas formas de silenciamento.....	06
--	----

<b>Simpósio II</b> A política, o discurso e a luta de classes.....	10
--	----

<b>Simpósio III</b> A política: esquecimento, sujeito, resistência.....	13
---	----

<b>Simpósio IV</b> O político nos discursos de ódio.....	16
--	----

<b>Simpósio V</b> O político nas materialidades digitais.....	19
---	----

<b>Simpósio VI</b> O político nas questões de gênero e sexualidade.....	23
---	----

<b>Simpósio VII</b> O político na relação inconsciente-ideologia.....	27
---	----

<b>Simpósio VIII</b> O político na produção de sentidos: paráfrase, polissemia, deslizamento.....	29
---	----

<b>Simpósio IX</b> O político na produção e circulação do conhecimento.....	34
---	----

<b>Simpósio X</b> O político-ideológico no ensino de língua(s).....	36
---	----

<b>Simpósio XI</b> O político entre a memória e a resistência.....	39
--	----

## PÔSTERES

### Sessão I

<b>Eixo I</b> Língua, educação e ensino.....	43
--	----

<b>Eixo II</b> Mídia e espaço virtual.....	48
--	----

<b>Eixo III</b> Discurso político.....	53
--	----

<b>Eixo IV</b> Arte, corpo, gênero, sexualidade.....	58
--	----

<b>Eixo V</b> Sujeito, silêncio, memória.....	61
---	----

### Sessão II

<b>Eixo I</b> Língua, educação e ensino.....	67
--	----

<b>Eixo II</b> Mídia e espaço virtual.....	72
--	----

<b>Eixo III</b> Discurso político.....	76
--	----

<b>Eixo IV</b> Arte, corpo, gênero, sexualidade.....	82
--	----

<b>Eixo V</b> Sujeito, silêncio, memória.....	85
---	----



## CONFERÊNCIA DE ABERTURA

### Política e silêncio na América Latina

#### A CONTRADIÇÃO NO DISCURSO POLÍTICO: PROBLEMAS ANALÍTICOS

Julieta Haidar (Escuela Nacional de Antropologia e Historia)

Para trabalhar com a contradição discursiva, é necessário cobrir vários núcleos analíticos. O primeiro se refere à posição epistemológica na qual nos situamos, que é a da Epistemologia da Complexidade e da Transdisciplinaridade, que atravessa toda nossa exposição. No segundo núcleo, redefinimos o discurso com a categoria transdisciplinar de prática semiótico-discursiva, o que implica integrar premissas derivadas de vários campos cognitivos. No terceiro núcleo, realizamos uma definição transdisciplinar dos sujeitos semiótico-discursivos para propor uma teoria objetiva do sujeito, que supere as posições idealistas. Neste núcleo, também integramos as propostas de Edgar Morin sobre o 'homo complexus', com o qual abordamos a contradição dos sujeitos, que estão submetidos a várias correntes: como a do poder, da ideologia, do inconsciente, do desejo, etc. No quarto núcleo, consideramos os problemas analíticos da contradição no discurso em geral e no discurso político em particular. A contradição, em princípio, pode concretizar-se de duas formas: a) A contradição sempre existente entre o que se diz e o que se faz, que está presente em todos os sujeitos e B) A contradição dentro do discurso que também é muito difícil de controlar. Estas contradições estão produzidas pelas formações ideológicas, que geram as formações discursivas e estas as formações imaginárias (Pêcheux). A existência de várias ideologias conduz a uma heterogeneidade contraditória, que está presente em todos os sujeitos. Em consequência, existe uma presença inevitável da contradição nas diversas práticas socio-culturais-históricas-políticas, sempre articuladas organicamente com as práticas semiótico-discursivas. Por último, expomos o conceito de contradição, a partir da complexidade e da transdisciplinaridade, onde este perde suas características negativas, e é assumido como um funcionamento inerente à vida, à humanidade. Nestes termos, todas as relações devem ser pensadas recursivamente, para superar o binarismo, e ser complementares, antagônicas e concorrentes ao mesmo tempo.

**Palavras-chave:** prática semiótico-discursiva; contradição discursiva; sujeito complexo, complexidade e transdisciplinaridade.

#### QUANDO SE FALA PELO OUTRO

Eni Orlandi (UNICAMP/UNIVÁAS)

Na distinção necessária entre o político e a política, pensados discursivamente, tratarei de mostrar os processos de significação que envolvem o modo como a política se faz contemporaneamente. Objetivo ressaltar a necessidade, pensando-se a articulação político-simbólica, de considerarem-se as múltiplas formas de significar o político, assim como a forma como os funcionamentos discursivos produzem, ou podem produzir, múltiplos sentidos para o político. Lembrar que sempre é possível dizer x para significar y, o que, parece-me, anda ausente do modo de se praticar o político, seja no gesto de fazer, seja no gesto de entender a política. O que a torna algo imobilizante, uniforme/homogêneo, silenciador.







## MESAS

### Mesa I Discurso político, sujeito, contradição

#### LA IDENTIFICACIÓN ASPIRACIONAL COMO FORMACIÓN DISCURSIVA SOBREDETERMINADA

Pedro Karczmarczyk (CONICET)

En el presente trabajo intentaremos en primer lugar reconstruir el problema de la totalidad estructurada con dominante, atendiendo a la pretensión de Althusser de que la concepción leninista del desarrollo desigual de la contradicción debe encontrar sus bases teóricas en el concepto marxista de modo de producción. A continuación examinaremos la concepción de la contradicción ideológico-discursiva que desarrolla Michel Pêcheux en “Remontémons de Foucault a Spinoza”, intentando establecer los vínculos con el primer punto desarrollado. Para concluir intentaremos utilizar estas categorías para pensar algunos procesos político-ideológicos contemporáneos, como lo que en Argentina se ha dado en llamar “identificación aspiracional”, entendiendo por ello la identificación de sectores populares con formas de representación política que motorizan directamente los intereses de las clases dirigentes. Atenderemos en el estudio de este proceso a dos factores: a) la caracterización de la globalización neoliberal como una forma paradójica del “efecto de sociedad” que produce una coyuntura sin un centro identificable, por un lado; y b) las transformaciones en la estructura productiva considerándolas como el exterior discursivo específico de las formas ideológico-discursivas de la “identificación aspiracional” (tercerización, emprendedorismo, y otras formas que sacan al trabajador de la esfera de una compañía con un comando jerárquico, entendiéndolas como una manifestación del carácter sobredeterminado de la totalidad), por el otro.

#### A “IDENTIFICAÇÃO ASPIRACIONAL” COMO FORMAÇÃO DISCURSIVA SOBREDETERMINADA

Pedro Karczmarczyk (CONICET)

Neste trabalho tentaremos, em primeiro lugar, reconstruir o problema da totalidade estruturada com dominante, atendendo à pretensão de Althusser de que a concepção leninista de desenvolvimento desigual da contradição deve encontrar suas bases teóricas no conceito marxista de modo de produção. Na sequência, examinaremos a concepção da contradição ideológica-discursiva desenvolvida por Michel Pêcheux em “Remontemos de Foucault a Spinoza”, tentando estabelecer os vínculos com o primeiro ponto desenvolvido. Para concluir, tentaremos utilizar essas categorias para pensar alguns processos político-ideológicos contemporâneos, como o que na Argentina se deu em chamar “identificação aspiracional”, entendendo-o como a identificação dos setores populares com formas de representação política que mobilizam diretamente os interesses das classes dirigentes. Atenderemos no estudo deste processo dois fatores: a) a caracterização da globalização neoliberal como uma forma paradoxal do “efeito de sociedade” que produz uma conjuntura sem um centro identificável, por um lado; e b) as transformações na estrutura produtiva considerando-as como o exterior discursivo específico das formas ideológicas-discursivas da “identificação aspiracional” (terceirização, empreendedorismo, e outras formas que tiram o trabalhador da esfera de uma companhia com um comando hierárquico, entendendo-as como uma manifestação do caráter sobredeterminado da totalidade), por outro.

#### QUE SUJEITO É ESSE?

Freda Indursky (UFRGS)

A reflexão sobre o discurso político a ser produzida neste trabalho tomará como cenário a atual conjuntura política brasileira. Para tanto, serão feitos recortes do discurso político brasileiro, tal como este aparece na mídia escrita e televisiva, para, a partir de sua análise, observar o processo de interpelação ideológica por que passa o sujeito do referido discurso, possibilitando, deste modo, colocar em perspectiva algumas noções envolvidas nesse processo, noções estas trazidas de Althusser (1970) para a teoria da Análise do Discurso por Pêcheux (1975), buscando, assim, iluminar o funcionamento ideológico do sujeito desse discurso.

**Palavras-chave:** discurso político; interpelação ideológica; funcionamento do sujeito.



## **ESTADO, POLÍTICA E FARSA: O ENTRECruzAMENTO DO DISCURSO NA REPRODUÇÃO DO CAPITAL**

Helson Flávio da Silva Sobrinho (UFAL/CNPq)

Diante do cenário de crise política e econômica no Brasil dos últimos tempos (Golpe/Impeachment), este trabalho propõe pensar sobre o entrecruzamento do discurso na reprodução capitalista, a partir de uma reflexão ontológica sobre o Estado, a Política e o funcionamento discursivo da farsa. A nosso ver, é de fundamental importância refletir sobre a política e abarcar questões da (des) ordem do capital para compreender o caráter material do sentido e dos sujeitos. É certo que a linguagem, as práticas sócio-políticas e os sujeitos históricos não nos são transparentes, por consequência, essa questão nos impulsiona a pensar sobre a espessura histórica das práticas discursivas na produção de sentidos e sujeitos na instância da política. Nessa perspectiva, se não há como não tomar “partido” diante do real sócio-histórico, fundamentados no que diz o professor-filósofo-cientista-militante Michel Pêcheux, tomaremos partido pela “imbecilidade”. Nosso intuito é questionar a opacidade do político e seus entrelaçamentos contraditórios na reprodução do capital. Para desenvolver a trajetória de nossa reflexão, estamos filiados ao pensamento de Pêcheux em sua crítica discursiva, bem como à crítica da Economia Política feita por Marx e à reflexão sobre o Estado em Mészáros. O leitor, pois, já pode perceber que trataremos de reflexões teórico-filosóficas, visando sustentar, de modo firme, a Teoria Materialista do Discurso na articulação dialética entre teoria e prática.

**Palavras-chave:** discurso; estado; política; farsa; capitalismo.



## **Mesa II O político e a cultura: arte(s), língua, corpo**

### **O POLÍTICO E A CULTURA E O MAL-ESTAR DO SUJEITO CONTEMPORÂNEO: CORPO, ARTE E LÍNGUA**

Maria Cristina Leandro Ferreira (UFRGS)

Falar do político e da cultura é falar do mal-estar do sujeito contemporâneo, o qual se marca no corpo, enquanto estrutura em movimento (“estrutura de viver”, nos lembra Drummond), lugar onde o sujeito se sente mais vulnerável. Vamos olhar para o espaço da arte e para seus objetos paradoxais, buscando analisar discursivamente o espanto daí advindo e sua implicação no sujeito. E assim, preocupado pela arte, afetado pelo corpo e constituído pela língua, o sujeito se move nesse labirinto de sentidos, afetando e sendo afetado pelo laço incontornável do político e da cultura.

**Palavras-chave:** corpo; arte; língua.

### **O QUE SERÁ DO AMANHÃ? DISCURSO, TECNOLOGIA E ARTE NO MUSEU**

Lucília Maria Abrahão e Sousa (FFCLRP/ USP)

À luz da teoria discursiva proposta por Michel Pêcheux e seus sucessores, objetivamos analisar os efeitos de arte e tecnologia no dizer do Museu do Amanhã (doravante MA), inaugurado recentemente e tornado ponto turístico no centro histórico da cidade do Rio de Janeiro. Mobilizando os conceitos de sujeito, ideologia, arquivo e memória, intentamos refletir sobre dois pontos que nos instigam logo de saída em relação a este espaço discursivo: i. a nomeação do Amanhã para o referido museu, o que faz falar uma estranha espessura de temporalidade ainda por vir para um espaço que, pelo efeito ideológico de evidência, refere-se ao presente e/ou passado; ii. a discursividade inscrita na grande escultura urbana proposta como projeto arquitetônico para “revitalizar” tal região. Como material de análise, tomamos um corpus constituído por imagens e recortes de/sobre o Museu.

**Palavras-chave:** arte; arquivo discursivo; Museu do Amanhã.



## COMO É POSSÍVEL PENSAR OUTROS MODOS DE VIDA?

Oriana Duarte (UFPE)

Realizar uma vida como obra de arte é a ideia condutora da investigação aqui proposta e caso, outro título lhe houvesse, bem poderia ser: “Vidas como obra, Vidas de artista, Vidas vividas...Vidas”. Ideia exposta por Michel Foucault no conceito filosófico de “estética da existência”, a vida como obra é sugerida enquanto meio de problematizar a nossa atualidade e formular um pensamento crítico acerca de nós mesmos e do modo como estamos conduzindo as nossas vidas. Em aula proferida no Collège de France em 29 de fevereiro de 1984, no curso “A coragem da verdade”, ele explora o conceito numa leitura singular do modo de vida dos filósofos cínicos – a vida no estado nú, a vida violenta, a vida que escandalosamente manifesta a verdade. Para Foucault, tal aproximação entre verdade e vida, fundamento de uma estetização da existência, só é possível de encontrar lugar na nossa realidade através do antiplatonismo insurgente na arte desde o século XIX: “ E se não é simplesmente na arte, é na arte principalmente que se concentram, no mundo moderno, em nosso mundo, as formas mais intensas de um dizer-a-verdade que tem a coragem de assumir o risco de ferir (Foucault:2011). ” A pergunta sugerida nesta exposição é: Nesta nossa turbilhonar atualidade do hiperconsumo e do capitalismo artista (Lipovetsky; Serroy: 2013), como esse risco, como esse exercício da verdade é possível de ser operado [na arte]? Cabe aqui, uma pirueta ao evocar outras palavras de Foucault (Ariadne enforcou-se:1969): “Chega então o momento de errar(...) vagar na festa sombria da anarquia coroada”.

**Palavras-chave:** modos de vida; artes visuais; estética da existência.



## SIMPÓSIOS

### Simpósio I O político na memória e nas formas de silenciamento

#### O QUE SE SILENCIA E O QUE APARECE COMO VERDADE NO DISCURSO SOBRE IMIGRANTES E REFUGIADOS NA MÍDIA?

Camila Borges dos Anjos (UFRGS)

Nesta pesquisa, vamos analisar o discurso sobre (MARIANI, 1996) imigrantes e refugiados na mídia, o que requer pensar como esse discurso é marcado ideologicamente. Essa discussão nos leva a discutir acerca dos sentidos mobilizados e convocados pela mídia para retratar os processos migratórios, impedindo/obstruindo outros espaços de interpretação, na medida em que lineariza e homogeneiza a memória das migrações. Nessa construção midiática, os sentidos aparecem como dados, como já-lá, na superfície, produzindo efeitos de verdade, sendo, portanto, controlados/racionalizados. O percurso metodológico desta pesquisa se dá a partir do recorte de uma série de notícias veiculadas em sites, jornais e revistas no meio digital acerca das questões migratórias, as quais são formuladas a partir da posição-sujeito assumida/ocupada pelo veículo de comunicação que dissemina tais informações. Pensando então no discurso sobre imigrantes e refugiados, percebemos que estes são colocados, em muitas circunstâncias, em posições que os desqualificam socialmente na medida em que a mídia recupera de/em lugares de memória, sentidos que se ressignificam e se atualizam, trazendo também consigo uma imagem estereotipada sobre esses sujeitos. Diante desses modos de discursivização é que determinados saberes são legitimados sobre imigrantes e refugiados – intrusos, invasores, bárbaros – e, ainda, “concorrentes no trabalho, inimigos da pátria, indesejáveis raciais e culturais” (PAYER, p. 2015, p. 30-31), visto que pela ordem da repetição os sentidos vão sendo direcionados e significam na e para língua. Assim, buscamos nos dedicar aqui, a partir da perspectiva teórica da Análise do Discurso, a investigar o papel social da mídia na construção dos sentidos sobre imigrantes e refugiados: o que se silencia e o que aparece como verdade. Os sentidos são produzidos não só quando a mídia seleciona um termo pelo outro, imigrante ou refugiado, mas também quando veicula notícias categorizando, classificando esses sujeitos, pois é a partir destes



dizeres que, pela memória discursiva, uma gama de sentidos são acionados no interdiscurso – estorvo, empecilho, desordem, problema, inimigos, terroristas, entre outros –, legitimando saberes que passam a fazer parte da memória social, pois surgem como efeitos de verdade. A mídia, ao veicular noticiários recheados de sentidos estanques, que direcionam nosso olhar para o que não se quer: a abertura de fronteiras para imigrantes e refugiados, vai, neste caso, contribuir para a proliferação de discursos de ódio, aversão, medo e rejeição ao estrangeiro. Compreendemos, dessa forma, que o discurso sobre imigrantes e refugiados catalisa sentidos presentes numa rede de memória, advindos de discursos outros, os quais se atualizam e se ressignificam no momento atual que vivemos. Essa rede administra os sentidos da migração, ao recuperar dizeres que significaram na/para história em outras condições de produção – invasão dos bárbaros –, e que agora são trazidos à tona em discursos de resistência a esses sujeitos. Desta forma, buscamos aqui refletir a respeito do papel da mídia enquanto formadora de opinião sobre os modos de pensar a questão migratória, identificando, ainda, os lugares de memória acionados no discurso sobre esses sujeitos.

**Palavras-chave:** migrações; mídia; memória.

## **O SUJEITO MULHER NO PODER E(M) PROCESSOS DE SILENCIAMENTO**

Fernanda Luzia Lunkes (UFSB)

Dantielli Assumpção Garcia (UNIOESTE)

Silmara Cristina Dela da Silva (UFF/FAPERJ)

O título do presente trabalho lança mão das diferentes direções de sentidos possíveis com o emprego da conjunção “e” e com a preposição “em” para marcar o (tenso) funcionamento do discurso sobre a mulher ao ocupar posições de poder e os processos de silenciamento que, muitas vezes, são a ela impostos. Trata-se de compreender como, de lugares ocupados pelas mulheres, são enredados funcionamentos que, nas tramas do discurso, tornam previsíveis certos sentidos a respeito de sua relação com o poder, fazendo funcionar uma memória discursiva e também impondo silenciamentos acerca dessa relação. Retomando Eni Orlandi, é possível refletir sobre o funcionamento da linguagem a partir de uma “política da palavra”, na qual são impostos alguns sentidos enquanto outros sofrem processos de censura. Mas há também outra política do silêncio, a qual aqui tomamos como ponto de reflexão: trata-se do silêncio constitutivo, que trabalha, conforme explica Orlandi, nas fronteiras de formações discursivas nas quais ao se dizer X, inscrito em uma dada formação discursiva, deixa-se de dizer Y, o que poderia inscrevê-lo em outra região do dizer. Com esta perspectiva, coloca-se nesta proposta a seguinte questão: considerando que nossa formação social é fortemente marcada por relações cujos vestígios se inscrevem em uma formação discursiva machista, como a mulher é discursivizada ao ocupar uma posição de poder? A partir dos dispositivos teórico-metodológicos da Análise de Discurso, constituímos o nosso corpus de análise tendo como objetos a composição fílmica O novíssimo Testamento, de Jaco van Dormael (2014, lançado no Brasil em 2016), e uma edição especial da revista Isto É, de novembro de 2010, denominada pela própria revista de Edição Histórica, que traz como chamada de capa “A mulher no poder. Dilma Rousseff”, e que circula por ocasião da primeira eleição de Dilma à presidência do Brasil. Nossa proposta consiste, assim, em analisar algumas produções de efeitos de sentido nesses dizeres sobre a mulher (no poder), voltando nosso olhar ao funcionamento da memória e aos processos de silenciamento que os constituem.

**Palavras-chave:** Análise de Discurso; mulher (no poder); silenciamento; O Novíssimo Testamento; Dilma Rousseff.

## **ENTRE O APAGAMENTO E O ESQUECIMENTO: TRAJETÓRIAS DE MEMÓRIA DO ENUNCIADO “SOMOS TODOS PETROLEIROS”**

Evandra Grigoletto (UFPE)

Fabiele Stockmans De Nardi (UFPE)

Neste trabalho, buscamos recuperar a trajetória de memória do enunciado “Somos todos petroleiros”, surgido durante a greve dos Petroleiros de 1995 e retomado, posteriormente, em 2015, durante outra greve da categoria. Considerada uma greve histórica, que teve duração de 33 dias, período em que as principais refinarias da Petrobrás foram ocupadas, o movimento de 1995 tinha como principal objetivo barrar o





processo de privatização da empresa. A luta foi fortalecida pela ampla adesão dos petroleiros e o apoio de outras categorias do funcionalismo público, como correios e telefonia, tendo sido marcada por um posicionamento claramente contrário à política neoliberal que vinha se fortalecendo no Brasil. Apesar de ter sido alvo de ataques constantes da grande mídia brasileira, parte significativa da população se identificou com a causa do movimento, fazendo ecoar nas ruas o enunciado em análise. Em 2015, “Somos todos petroleiros” é retomado nos discursos da greve e a luta contra a privatização segue sendo uma bandeira, no entanto o enunciado e a memória que ele carrega parecem não ecoar para além do espaço restrito do movimento. Nosso objetivo, então, é compreender como esse enunciado se inscreve na memória do acontecimento histórico de 1995 e de que forma se dá sua retomada recente em 2015. Quais os efeitos de sentido produzidos por “Somos todos petroleiros” em 1995 e 2015? Quem são os sujeitos que ocupam esse lugar e que se identificam com essa luta? Como o político se inscreve no funcionamento da memória desse enunciado e em sua atualização: Esquecimento? Apagamento? Para tratar dessas questões, partimos da noção de memória, conforme é entendida por Pêcheux (1999, p. 56), como um “espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, de réplicas, de polêmicas e de contradiscursos.” Pelo que temos observado, há uma tensão contraditória que se produz em torno desse enunciado e sua relação com os acontecimentos históricos em que ele comparece: se, por um lado, a greve de 1995 é “absorvida na memória, como se não tivesse ocorrido” (idem, p. 50), a de 2015 não chega a se inscrever como acontecimento. O enunciado se repete sem que, em sua repetição, ecoe a memória. Assim, podemos dizer que “somos todos petroleiros” não é um enunciado cujo sentido se sedimentou na memória coletiva dos brasileiros. Entendemos que esse processo se deu pelo apagamento, na narrativa midiática, do sentido político-ideológico desses acontecimentos, condenando-os a uma memória restrita aos arquivos do sindicato da categoria. Isso levou a um esquecimento, nos termos de Robin (2016, p. 93), que se marca por uma substituição, “o fato de imediatamente colocar uma coisa no lugar de outra”. Então, o que vemos hoje, na retomada dessa estrutura, sendo colocado no lugar de “petroleiros”? “Somos todos Cunha”, “Somos todos Moro”, entre outros, se ficarmos apenas no campo da política.

**Palavras-chave:** “Somos todos petroleiros”; memória; esquecimento; político.

## NOTÍCIA OU INFORMAÇÃO? EFEITOS DE NEUTRALIDADE E SILENCIAMENTOS HISTÓRICOS

Giovanna Benedetto Flores (UNISUL)

Nádia Régia Maffi Neckel (UNISUL)

Compreender o funcionamento do discurso jornalístico é de fundamental importância para compreendermos o momento político conturbado em que estamos vivendo. Tenho buscado marcar, em minhas pesquisas, a diferença entre noticiar e informar no discurso jornalístico e como os efeitos de neutralidade e silenciamento produzem. Tendo como base teórica a Análise do Discurso de linha francesa, conforme Pêcheux e Orlandi, propomos analisar discursivamente as condições de produção da notícia e como as interpretações produzem o efeito de neutralidade no discurso jornalístico. Segundo Cazarin e Menezes (2014) “o processo de naturalização do discurso das mídias de referência, tornaram legítimos o modo de produção de notícias, sem que o leitor se dê conta de seu funcionamento, entendendo como neutra e imparcial”. Portanto é no/pelo discurso jornalístico que as instituições vão produzindo sentidos que interessam a determinados grupos/seguimentos da sociedade, apagando para o leitor/espectador o funcionamento da produção de notícia e informação. Também me interessa problematizar como o político se marca e é marcado nessa discursividade da mídia e sua ancoragem no discurso jornalístico. Que efeitos são produzidos pela mídia de referência que apagam a historicidade das notícias e produzem efeitos de neutralidade e imparcialidade? Como se dá o silenciamento/apagamento do funcionamento do político nas mídias de referência? Entendo que o efeito de neutralidade no discurso da mídia está relacionado com a política do silêncio (Orlandi 2002). Também concordo com Courtine (2006) “que o sujeito político, aquele que enuncia em um discurso, está realmente assujeitado a um todo de muitas condições de produção e recepção de seu enunciado. É o ponto de condensação entre linguagem e ideologia”. Para compreender este funcionamento do discurso jornalístico na mídia de referência, tomo como corpus investigativo as reportagens que circularam no período de maio de 2017 sobre a delação premiada a respeito dos acordos entre Michel Temer, Aécio Neves e empresários da JBS. O que estou nomeando aqui como “mídia de referência” trata-se dos periódicos de circulação nacional como a Folha de São Paulo, Estadão e Rede Globo de Televisão.

**Palavras-chave:** discurso jornalístico; neutralidade; silenciamento.





## MEMÓRIA E APAGAMENTO NO PROCESSO DE SUBJETIVAÇÃO DE IMIGRANTES/REFUGIADOS

Maria Onice Payer (UNIVAS/CNPq)

O trabalho a ser apresentado é parte da pesquisa “Processos de Subjetivação, Imigração e Linguagem” realizada como pós-doutorado na Università degli Studi di Genova, Itália (2016). A pesquisa tem como objeto a subjetivação de imigrantes/refugiados no contexto atual (especialmente Itália) em seus aspectos discursivos. Subjetivação é entendida como processo no qual se significam, gerenciam e (re)produzem sentidos aos sujeitos da imigração, no qual se satura sentidos a partir de já-ditos do ‘domínio de memória’ relativo a processos migratórios anteriores (sobretudo do século XIX) que funcionaram através de categorias nacionais e do capitalismo industrial. Por imigração entendemos um amplo processo social que atende a condições de produção específicas, que atravessa e ultrapassa territórios e populações de Estados específicos, e que, como tal, demanda uma “ciência da imigração” (A. Saiad, 2012). O foco de análise foi o modo como os sujeitos e o processo da imigração vem sendo configurados como “objeto do discurso” na formação social: a partir de formações discursivas diversas, em suas mútuas relações e deslocamentos de sentido, e que se efetuam no seio de uma prática discursiva ampla na qual falam diferentes instituições. Ao enunciarem sobre o tema, configuram diferentes objetos de discurso. Esta prática discursiva configura e significa politicamente de um modo e não de outros o acontecimento contemporâneo da “imigração”. Para o presente Simpósio serão priorizados aspectos descritivo-analíticos de parte dos materiais de linguagem reunidos durante o estágio de pesquisa (julho a dezembro 2016), registrados em diferentes “práticas languageiras” (tais como panfletos de movimentos sociais, cartazes de órgãos públicos, programas de TV local, reportagens do jornal *Corrière dela sera*, intervenções artísticas e culturais e os discursos políticos). Os fatos linguístico-enunciativos focalizados apontam para um ‘objeto discursivo’ em que as identificações que se dão no domínio de memória da nacionalidade saturam sentidos e capturam os sujeitos quanto às imagens que eles (se) fazem, fazendo emergir o que indicamos como uma “retórica da imigração”, que funciona de modo a não deixar ouvir/dizer novas formas e configurações sociais e de sentidos, como a do plano jurídico em instâncias supranacionais e do plano do sentidos que a experiência mesma de migrar faz emergir. Este processo discursivo se observa nos elementos do discurso, a saber: suas condições de produção (contexto sociohistórico e situação imediata da imigração) bem como os sujeitos, considerados em seus lugares sociais, no jogo do imaginário e da ideologia (M. Pêcheux, O. Orlandi). As categorias do já-dito nacional (séries remetidas a nacionalidades como nacional/estrangeiro, estrangeiro/estrangeiro, cultural/universal, raça/povo/país, culturas/habilidades/conhecimento de línguas) funcionam portanto no discurso sobre a imigração fazendo com que categorias obsoletas do nacionalismo sejam retomadas, e assim operando na obstrução de outras interpretações, escutas e ações possíveis. Por um lado, as generalizações e categorizações simplificam aquilo de que se trata, no cotidiano das práticas político-econômicas do capitalismo mundializado. Por outro lado, a opacidade assim gerada na interpretações dessas mesmas condições de produção impede a sua plena nomeação.

**Palavras-chave:** subjetivação, imigrante/refugiado, nacionalidade, cidadania, retórica da imigração.

SUPLENTE

## NAS FRONTEIRAS DA HISTÓRIA: MEMÓRIA, DESIGNAÇÃO E SILENCIAMENTO NO DISCURSO DE MÉDICI

Erasmu Da Silva Ferreira (UFPE)

Este trabalho tem como objetivo investigar a constituição, os processos de legitimação e funcionamento do discurso político-presidencial. Portanto, o campo discursivo de referência encontra-se resguardado no domínio discursivo da Ditadura Médici (1969-1972). O *corpus* empírico, que submetemos às análises, está organizado de maneira documental pela Biblioteca da Presidência da República em um arquivo: “O Jogo da Verdade” (07/10/1969). Para tanto, esta investigação filia-se ao quadro teórico da Análise do Discurso instaurada por Michel Pêcheux [1969]. A partir dos gestos analíticos, realizamos um recorte do *corpus* empírico para chegarmos às sequências discursivas que são os alvos do olhar teórico-analítico a partir desse campo discursivo restrito (*corpus* discursivo) seguindo a proposta metodológica cunhada por Courtine. Para isso, ancoramo-nos teórico-analiticamente na proposta instaurada por Pêcheux, Althusser, Indursky, Courtine, Henry, Maldidier, Orlandi, Gadet e Pêcheux, entre outros. Em suma, a nossa preocupação nesta investigação se volta, sobretudo, para os efeitos de sentido do silenciamento, a partir da apropriação do discurso do Outro, bem como da representação imaginária do Outro e suas formas de



materialização através do modo de dizer de Médici, por meio do jogo ideológico das formações imaginárias e suas respectivas inscrições em formações discursivas heterogêneas e antagônicas. Verificamos, assim, duas questões centralizadoras quem apontam – a nosso ver – para uma dupla violência: em primeiro lugar, a representação do Outro, através da denominação/designação, recobre um espaço de violência silenciadora quando dispersa o discurso do Outro por meio do discurso sobre o Outro trabalhando, para isso, com a diluição dos sentidos ressignificados, que, por sua vez, são sempre constituídos por relações dentro do jogo de formações imaginárias atravessadas pela ideologia; em segundo lugar, compreendemos que a sustentação de um discurso, por meio de um simulacro discursivo democrático, recobre também a esfera da violência simbólica, à medida que utiliza o discurso sobre o Outro para justificar o próprio discurso do sujeito presidencial legitimado como porta-voz do “povo”.

**Palavras-chave:** Análise do Discurso; discurso político; silenciamento; ditadura.

## **Simpósio II** A política, o discurso e a luta de classes

### **A POLÍTICA DE INTERDIÇÃO E CONTROLE NO DISCURSO DO PROGRAMA ESCOLA SEM PARTIDO**

Ricardo da Silva (UFAL)

Este trabalho tem por objetivo apresentar reflexões acerca dos efeitos de sentidos no discurso do Programa Escola Sem Partido – ESP, Projeto de Lei PL - 7180/2014, atualmente em discussão na Câmara Federal. O referido projeto defendido principalmente pela extrema direita brasileira, intenta sobre a alteração da LDB lei 9394/96 na busca por uma fantasiosa neutralidade ideológica e também por uma ação coercitiva e punitiva para os docentes desalinhados com os preceitos conservadores da classe dominante. Sob o crivo da censura e dos impedimentos já vivenciados pelos trabalhadores brasileiros nos tempos da ditadura, à proposta resgata à memória discursiva presente no decreto lei n.º 477/69. Esse resgate se constitui nos contextos sociais e nos conflitos que ainda permeiam a nossa sociedade fazendo ressurgir com voracidade ataques à liberdade de cátedra dos professores, à escola pública e à pluralidade de ideias que são frutos de diversas lutas emancipatórias. No âmbito engendrado por ataques simultâneos aos direitos sociais, o programa escola sem partido, tenta impor a todo custo a responsabilidade pelo fracasso escolar brasileiro aos professores e escamoteia uma disputa hegemônica pela educação que os filhos da classe trabalhadora devem receber do Estado. Com uma manobra bem articulada o projeto pretende instaurar legalmente a censura em sala de aula, impondo medidas de controle ao trabalho docente. A partir do entendimento de que o discurso é práxis humana que só pode ser compreendida a partir da percepção das contradições sociais que possibilitam sua objetivação, buscamos desvelar as condições de produção que possibilitaram o surgimento do discurso que sustenta o projeto escola sem partido e seus efeitos de sentido. Para tanto, lançamos mão dos pressupostos teórico metodológicos da análise do discurso ancorada na perspectiva ontológica marxista, estabelecendo interlocução com Pêcheux, Voloshinov e Lukács. Esse referencial teórico nos possibilitou o entendimento de que o discurso materializado no projeto de lei, institucionaliza a interdição e o controle do trabalho docente, visando à criminalização de uma prática pedagógica crítica e emancipadora.

**Palavas-chave:** política; discurso; controle; trabalho docente.

### **REFORMA DA PREVIDÊNCIA: A CONSTITUIÇÃO CONTRADITÓRIA DE UM OBJETO DISCURSIVO**

Renata Adriana de Souza (UNICENTRO)

A luta de classes é constitutiva dos processos de reprodução/transformação das relações de produção, sendo seu funcionamento contraditório em uma formação social, tendo em vista a existência de um mundo que se divide em dois, contrário a qualquer forma de unificação. Trata-se de considerar a luta de classes, de acordo com Pêcheux ([1978-1979] 2009), como contradição histórica motriz responsável pelos conflitos e



revoltas instalados. Tendo por base a noção de luta de classes, a discussão proposta para esta apresentação consiste em analisar as relações de verticalidades impostas pelo mercado universal e pelos governos mundiais na política nacional a partir de um caso específico: a reforma da previdência no Brasil, mais especificamente, os discursos produzidos por diferentes meios de comunicação sobre essa reforma. A proposta apresentada pelo governo de Michel Temer aumenta a idade mínima, assim como o tempo de trabalho para se conseguir aposentaria integral. Tal como se encontra, as novas regras previdenciárias fazem parte de uma política que visa o desmonte do Estado, a favor da economia de Mercado e do Neoliberalismo, tendo em vista, entre outras questões, o objetivo de forçar as pessoas a investirem na previdência privada. As mudanças nas regras previdenciárias têm instalado um lugar de contradição, tendo em vista a não aceitação da proposta apresentada do governo pela maioria da sociedade, isso ilustra a forma como as mesmas palavras não possuem o mesmo sentido. Nessa conjuntura, a contradição se instala nas fronteiras entre uma formação discursiva a favor das novas regras previdenciárias, e uma formação discursiva contrária a essas regras. Apesar da contradição materializada, os meios de comunicação têm silenciado o conflito existente e colaborado para promover as condições linguísticas necessárias ao exercício do poder de um governo ilegítimo e dos grupos por ele representado. A mídia hegemônica em nosso país contribui para promover a gestão estatal da ideologia dominante, tornando-se um elemento indispensável ao mercado mundial. Nesse cenário, o discurso se materializa nas informações utilizadas como dispositivo de poder, sendo que essas informações são legitimadas e autorizadas por determinados grupos responsáveis pela fabricação de objetos discursivos. Por isso há, no Brasil, monopólio sobre os meios de comunicação, assim como um vínculo entre esse setor e os grupos dominantes em defesa dos valores de mercado. Em posição antagônica, no ciberespaço, muitos sites jornalísticos têm questionado a reforma proposta, materializado um lugar de crítica social e significado a reforma em questão como desmonte da previdência. Esses sites jornalísticos têm constituído um espaço de resistência e de revolta em relação à ordem pré-estabelecida, configurando um outro lugar para a luta de classes. Com isso, nossa proposta para este simpósio é apresentar um gesto de interpretação em relação aos discursos sobre a reforma da previdência considerando a contradição instalada e a materialização da luta de classes.

**Palavras-chave:** contradição; jornalismo digital; luta de classes; mídia hegemônica; previdência social.

## **A DUPLA MEMÓRIA DO MST NO DISCURSO MIDIÁTICO: ENTRE A CRIMINALIZAÇÃO E A LEGITIMAÇÃO DO MOVIMENTO**

Maria Alcione Gonçalves da Costa (UFPE/IFSertão-PE)

Josimere Maria da Silva (UEPB/IFAL)

Apesar da indiferença de uma grande parcela da sociedade, a reforma agrária no Brasil ainda é um problema social grave e de grandes proporções. Isso se deve ao fato de que, infelizmente, até o momento nenhum governo encarou a questão com a seriedade necessária. Com isso, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) continua sua luta “solitária” contra os grandes latifundiários, em busca do direito à terra, da visibilidade e da inclusão na sociedade. Como percebemos que as práticas discursivas que circulam nas mídias são reveladoras de posicionamentos sociohistóricos e ideológicos divergentes em torno desse objeto, o nosso trabalho tem como objetivo analisar a dupla memória do MST no discurso das revistas *Veja* e *Carta Capital*, com base nos postulados teóricos da Análise do Discurso de viés pecheutiano (PÊCHEUX, 2009; 1999). Para tanto, selecionamos o nosso corpus, que é constituído por manchetes extraídas das referidas revistas entre os anos 2007 e 2017, a partir do qual identificamos a forma pela qual o Movimento, enquanto instituição, e os próprios indivíduos que fazem parte do MST são categorizados, assim como investigamos os sentidos que se repetem, se cristalizam, se contradizem e os que são silenciados e interditados nos discursos veiculados pelas duas revistas. Com base nisso, percebemos que, enquanto a Revista *Veja* promove, por meio das escolhas lexicais e da valoração atribuída às ações desenvolvidas pelo Movimento, a deslegitimação e a criminalização do MST; a Revista *Carta Capital* reafirma a legitimidade do Movimento, colocando em pauta as principais reivindicações que justificam a luta dos trabalhadores rurais. Diante disso, podemos afirmar que, mais que construtos linguísticos, os objetos de discurso são o resultado de efeitos ideológicos diversos, uma vez que, com base em nossas análises, ficou evidente que o mesmo objeto de mundo pode ser discursivizado de modos divergentes e até mesmo contraditórios, dependendo da filiação ideológica dos sujeitos do discurso.

**Palavras-chave:** discurso; memória; ideologia; MST.



## **DISCURSO E LUTA DE CLASSES: A CONTRADIÇÃO E O SIMBÓLICO NA DEFINIÇÃO DO POLÍTICO**

Carolina Rodríguez-Alcalá (UNICAMP)

Neste trabalho proponho apresentar alguns elementos para discutir a contribuição de uma teoria materialista do discurso, como proposta por Michel Pêcheux, para compreender as disputas políticas na sociedade e sua relação com a instância econômica, abordadas através da categoria marxista de *luta de classes*. Parto da observação de que a categoria de *classe social* tem sido, desde há algumas décadas, objeto de discussões no interior da própria teoria marxista (E. P. Thompson, E. Laclau, N. Poulantzas, J. Elster). Para alguns autores, as *classes* são um *acontecimento histórico* e correspondem à configuração particular das sociedades surgidas no século XIX; as alterações estruturais nas relações de produção no capitalismo contemporâneo produziram uma pluralidade de clivagens que não se reduziram à divisão de classes. Qual é, nesse quadro, a atualidade do pensamento de Pêcheux? Sem deter-nos na questão da historicidade dessa categoria marxista, o que nos parece central na reflexão que Pêcheux apresenta sobre ela, conforme propomos sustentar aqui, é a ideia de *divisão*, intrinsecamente *contraditória* e elaborada *simbolicamente*, que ancora sua concepção materialista do *vínculo social* – qualquer que seja sua configuração histórica – e que define o *político* (a linguagem é política porque o sentido é dividido, hierarquizado, tem sempre uma direção, nos diz E. Orlandi). É a partir desse olhar que propomos ler a obra de Pêcheux e apresentar alguns exemplos analíticos para dar corpo à discussão proposta.

**Palavras-chave:** discurso, luta de classes, divisão, contradição, político.

## **DISCURSO, ESTADO, CAPITAL/TRABALHO E MÍDIA**

Belmira Magalhães (UFAL)

Esta comunicação tem como objetivo discutir as mudanças na política mundial e local após os últimos acontecimentos gerados pelas crises econômicas. A crise que explodiu em 2008, nos Estados Unidos, país mais poderoso do mundo atual, se expandiu em todas as direções do planeta, chegando a diversas sociedades, exigindo medidas políticas radicais no sentido de reconduzir as potências do mercado a uma nova forma de exploração do trabalhador. Para tanto houve uma radicalização na relação Capital, Trabalho, Estado e Mídia. Para que as medidas de “recuperação” do ritmo de lucro voltem a patamares desejáveis torna-se fundamental a transformação das relações de trabalho. Esses fatos vêm demonstrando a fragilidade das democracias, dos processos eleitorais e, paralelamente, a participação das grandes mídias diretamente no processo “democrático”, o que tem trazido uma alteração cada vez maior do/nos discursos dessas áreas. Propomos discutir, a partir dos pressupostos teóricos e analíticos da AD, a relação entre o Estado, Mídia e Capital, tendo como materialidade discursiva uma notícia publicada em 2 de agosto de 2016, pelo jornal O Globo com a seguinte manchete: “Modernização garantirá crescimento do Brasil”, que se referia a um evento promovido por esse jornal, com o apoio da Confederação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, sob o título de “E agora, Brasil?” e o seguinte subtítulo: “Analistas conceituados debatem o futuro do país e afirmam que é necessário promover mudanças urgentes na CLT”. A matéria informa, ainda, que especialistas, empresários e jornalistas se reuniram na Maison de France para discutir o tema. Nossas conclusões mostram como a crise política brasileira está diretamente submetida às contradições entre Capital e Trabalho.

**Palavras-chave:** discurso; capital; mídia; luta de classes.

SUPLENTE

## **Na mira da censura: movimento estudantil ontem e hoje cerceado pelo discurso oficial**

Mário Jorge Pereira da Mata (UFBA)

O novo Governo Federal, para muitos ilegítimo, (re)produz discursos e ações com sentidos muito próximos aos do período da ditadura militar no Brasil. Uma época em que os partidos políticos de esquerda estavam proscritos, os sindicatos estavam sofrendo uma forte intervenção estatal e os movimentos sociais eram vigiados e controlados pelos órgãos de repressão, foram os estudantes que mais se destacaram na luta contra a ditadura. O movimento estudantil funcionou, de certa forma, como um porta-voz da sociedade contra o regime militar. Hoje, infelizmente, discursos e ações deste período são retomados com suas especificidades, contudo com justificativas semelhantes. Por esta razão, nos propomos a analisar um





conjunto de enunciados contrários ao atual movimento estudantil cujo sentido é acionado por uma memória recente, correspondente ao período de exceção vivida pela sociedade brasileira entre o período de 1964 e 1985. Estabelecemos, assim, a comparação das interpretações de documentos do período da ditadura, com os trechos de reportagens sobre a ocupação de escolas e universidades por estudantes em outubro de 2016. As leituras dos documentos foram extraídas dos estudos da Andréia Zaparte e do Bruno Gonçalves; já as recentes reportagens, de sites de notícia e de telejornais. Para tanto, contamos com o arcabouço teórico/metodológico da Análise do Discurso pecheutiana, teoria na qual estamos filiados, além das contribuições de Ecléa Bosi e Hugo Archugar, Eni Orlandi e suas reflexões sobre memória e sociedade. Vive-se em um momento em que conceitos e concepções são invertidos, subvertidos ou questionados. Entretanto, propor ou discordar de um discurso homogeneizado, por exemplo, desemboca, por vezes, em algum tipo de censura, direta ou velada. O discurso oficial nutre e é amparado por uma onda conservadora na qual os movimentos sociais são marginalizados. Reproduzidos na/pela sociedade, sentidos são recuperados e produzidos nos remetendo ao período de ditadura brasileira, promovendo a circulação de ideologias cujo ódio, intolerância são marcas constantes materializadas em discursos constituídos de deturpações, generalizações e preconceito.

**Palavras-chave:** censura; interdiscurso; memória.

### **Simpósio III** A política: esquecimento, sujeito, resistência

#### **DENUNCIAR "QUANDO SE EXIGE SILÊNCIO"**

Rogério Modesto (UNICAMP/CNPq)

Em Análise de Discurso, aprendemos que o sujeito é afetado por dois esquecimentos necessários. O primeiro, da ordem do inconsciente, faz o sujeito esquecer-se de que ele não é a origem do sentido, do seu dizer. No segundo, que é da ordem da enunciação, o sujeito se esquece de que é sempre possível formular de outro modo. Mas há um outro esquecimento que afeta o sujeito: aquele contra o qual se luta, a fim de que uma demanda, uma questão, uma pauta, enfim, uma voz possa ser formulada e possa circular. É precisamente a luta contra esse esquecimento – que metaforicamente funciona também como luta por justiça – que sustenta o acontecimento da denúncia no funcionamento do social. Não me refiro, portanto, à denúncia que se formaliza no aparelho jurídico, que se adequa “plenamente” na ideologia dominante que é a ideologia jurídico-moral, mas àquela que se apresenta e se quer como prática de resistência. Uma denúncia exercida no social por grupos ou sujeitos que sofrem certas coerções a silenciar suas demandas, mas que, mesmo assim, galgam a construção do que se pode chamar de “lugar de fala”, a fim de que suas denúncias não caiam em esquecimento. No célebre “Delimitações, inversões, deslocamentos”, M. Pêcheux vai elencar uma série de resistências que se incubam sob a dominação ideológica e que precisam aparecer nos furos e falhas do ritual (de interpelação) para que seja possível começar a desconstruir os sentidos que reproduzem o discurso da dominação, de modo que o irrealizado advenha formando sentido do interior do sem-sentido. Entre essas resistências está aquela que pressupõe “falar quando se exige silêncio”. Meu objetivo, finalmente, com este trabalho é justamente refletir sobre essa prática (d)enunciativa de sujeitos que falam quando se exige silêncio na esperança de que sua fala provoque alguma consequência diferente do esquecimento. Proponho, então, me debruçar sobre narrativas que estão no documentário “Menino Joel”, considerando especialmente, como condição de produção, os discursos de promoção do documentário o qual, em certo momento de sua circulação, precisou lutar contra a censura já que foi proibido, pela Polícia Militar da cidade de Salvador/Bahia, de ser exibido. A partir de uma narrativa que busca problematizar a ação policial nos bairros de periferia, “Menino Joel” toma a história de Joel da Conceição Castro como mote para fazer circular denúncias já bem conhecidas, mas ainda escamoteadas no funcionamento ordinário do social: o racismo estrutural que produz um genocídio negro, o despreparo policial nas comunidades de periferia, a impunidade corriqueira quando a violência urbana é protagonizada por agentes do Estado, etc. Diante disso, gostaria de perguntar: quais sentidos de resistência e esquecimento atravessam a demanda e a injunção à denúncia que se estabelecem nas narrativas e nos discursos de promoção do documentário “Menino Joel”?

**Palavras-chave:** esquecimento; denúncia; resistência.



## A RESISTÊNCIA DO ARQUIVO

Fábio Ramos Barbosa Filho (UNICAMP)

No dia primeiro de outubro de 1878 o delegado Joaquim Velloso escreve a Francisco Rodrigues da Silva, provedor da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, pedindo a este que tenha a bondade “de mandar admitir” uma mulher “de cor parda” que vagava pelas ruas da cidade há quatro noites. “Reconheceu-se ser alienada”, diz o delegado, fazendo atravessar na materialidade documental um enunciado que rasga, desdobra o pedido e nos coloca diante de uma miríade discursiva que articula loucura, vadiagem e raça. Busco, a partir da leitura desse (e de outros) documento(s), compreender de que modo o entrecruzamento dessas discursividades significa a cena pública de Salvador determinando, de modo substancial, a forma política das relações sociais na cidade. O arquivo, aqui, será compreendido como uma forma-material que consigna a voz do seu objeto ao se apropriar dele fazendo dizer, falando o acontecimento ao mesmo tempo em que o silencia, suturando (ou tentando) os limites da sua incontornável equivocidade. Em suma, o arquivo textualiza a equivocidade de qualquer acontecimento histórico. O esquecimento de que o arquivo poderia não ter lugar o articula diretamente ao acontecimento (esquecimento de que o documento tem uma historicidade e uma materialidade) e à contingência (na medida em que não há nenhuma necessidade no acontecimento). O arquivo resiste – e aqui podemos tematizar o próprio, a singularidade do gesto analítico discursivo diante do corpo documental – e o arquivo textualiza a resistência, ou seja, se resiste no arquivo, há resistência no arquivo. Diz o delegado que a tal mulher era “de uma obstinação tal que se nega a dizer o seu nome”. A alienada resiste – ao não (se) enunciar quando se exige a fala – à interpelação policial e instaura uma dobra no documento, que determina a sua materialidade: o arquivo como aquilo que não deixa esquecer, que não permite que o acontecimento se dissipe, se espalhe e circule de qualquer maneira. Ele institui o domínio de pertinência, uma política de inventário que determina os modos de construção e circulação da memória. Mas não apenas. O “arquivamento” também faz esquecer, jogando a história para fora da (inscrição na) memória, da pega, da duração, inventariando não apenas documentos, mas os riscos do acontecimento na saturação da custódia documental. Essa, talvez, seja a contradição específica do arquivo no jogo da sua materialidade específica e quando pensado em relação ao sujeito, à língua e à história: um lugar onde se pode dizer o que o sujeito nunca disse, um espaço em que o sujeito é falado e significado justamente pelo que deixou de enunciar, um lugar onde o inscrito é ponto de inflexão entre o real da língua e o real da história. É, portanto, no campo dessas questões, que proponho pensar a singularidade do gesto analítico discursivo diante da materialidade documental, as políticas da alteridade no social e a dimensão política do arquivo.

**Palavras-chave:** discurso; língua; arquivo; resistência; esquecimento.

## NARRAR E PROSCREVER: ESQUECIMENTO, PERSISTÊNCIAS, EFEITOS DE ARQUIVO (ARGENTINA, 1956)

Mara Glzman (UBA/CONICET)

O golpe de Estado que deixou inconcluso o segundo governo peronista pode ser lido como um hiato na produção de formas, dispositivos e instrumentos estatais orientados ao apagamento de um adversário, de experiências políticas, de uma rede de significantes. Da multiplicidade de documentos produzidos no seno do governo do Estado logo do golpe, esse trabalho se propõe analisar dois, como ponto de referência para uma leitura mais ampla. O primer documento está constituído pelo decreto-lei 4161, mediante o qual se institucionalizou a proibição dos significantes “peronismo”, “peronista”, “justicialismo”, a menção dos nomes “Perón” e “Eva Perón”, e outros elementos considerados análogos; o segundo é o Libro negro de la segunda tiranía, um volume que compila informes e matérias produzidos pela Comisión Nacional de Investigaciones, criada com o propósito de identificar e dar a conhecer “os crimes da ditadura deposta”. Trata-se de documentos concomitantes que apresentam funcionamentos, a nosso entender, diferentes e articulados. O primeiro constitui um lugar onde se materializa um equívoco entre o efeito performativo do acontecimento jurídico e a correlação de forças da conjuntura: precisa nomear para proibir aquilo que está nomeando; proscrive aquilo que não pode deixar de nomear. O segundo, composição heterogênea de textos, está dominado por uma forma discursiva, por um modo específico, político, de organizar a trama textual: a narração. Sobe a forma legal da proibição e sobe a forma narrativa, ambos documentos institucionalizam modos de nomear, silenciam e estabilizam sentidos, dados, datas e relações de causa-consequência que continuam marcando os discursos sobre o “primer peronismo” até a atualidade. Partindo de uma caracterização dos materiais referidos, esse trabalho propõe um movimento duplo: refletir sobre a relação entre as formas discursivas e seus funcionamentos no arquivo (o efeito político da articulação proibição-narração), e analisar uma série de textos produzidos nas últimas décadas nos quais podem se-identificar



enunciados do Livro negro de la segunda tiranía e do decreto-lei 4161 que continuam deixando traços. Em particular, para o segundo movimento, será apresentada uma série de formulações relativas a certos domínios de objetos ou esferas: cultura, educação, ciência e propaganda. O trabalho tentará mostrar, numa série dispersa de fragmentos, a persistência das tensões ao redor da nomeação e a persistência da forma narrativa que habilita, inclusive em textos historiográficos, a ausência de aquilo que os historiadores definem como fontes. Os documentos de 1956, esquecidos e apagados, sem ser referidos nem conhecidos, continuam provendo significantes e verdades evidentes.

**Palavras-chave:** proscricção; forma discursiva; efeito de arquivo; Argentina; peronismo.

## **AS FORMAS DO ESQUECIMENTO NO RELATÓRIO DA COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE DE SANTA CATARINA**

Andréia da Silva Daltoé (UNISUL)

A Comissão Nacional da Verdade (CNV), criada no Brasil com a Lei no 12.528 em novembro de 2011, firmou cooperação técnica com alguns estados brasileiros e entidades da sociedade civil, que também criaram suas comissões. Em dezembro de 2014, apesar de muitas destas comissões continuarem seus trabalhos, todas entregaram um relatório final, que marcou o fim deste trabalho, reunindo toda uma investigação e coleta de depoimentos possíveis num período de, aproximadamente, dois anos. Analisando alguns dos relatórios, desafiamos-nos a pensar como este material, passados 50 anos do início do golpe de 64, possibilitou a construção de uma narrativa outra sobre a ditadura civil-militar no Brasil, a partir de documentos, perícias e, principalmente, o que nos motiva aqui, a partir do depoimento das vítimas e/ou familiares das vítimas, que, depois de tanto tempo, ainda lutam por fazer conhecer sua/nossa história. É, então, sobre estes depoimentos que nos debruçaremos para investigar no relatório da Comissão Estadual da Verdade de Santa Catarina (CEV-SC) como este poder dizer de agora volta ao período da ditadura e o (res)significa no hoje, levando-se em conta o trabalho da memória e do esquecimento? Objetivamos, assim, investigar que formas o esquecimento assume no discurso das vítimas ouvidas pela CEV-SC e como é possível problematizá-lo discursivamente para além de um sujeito que julga ter controle sobre o que deve/pode lembrar/esquecer do passado. Para tanto, selecionaremos nos depoimentos das vítimas as falas que trouxeram o enunciado esquecer/lembrar um nome (próprio ou não), dada a importância que assumem determinadas informações quanto a isso para que a história se conte e seja contada. Julgamos que, pela via desta materialidade linguística, possamos discutir o trabalho do político na língua enquanto funcionamento das relações de poder, investigando se/como o esquecimento da vítima passa pela questão da censura e/ou resistência. Além da importância teórica em trabalhar as formas do esquecimento, o que faremos a partir de Semântica e Discurso (1997) e Leitura e Memória: projeto de pesquisa (2011) em Pêcheux, bem como a partir da questão do esquecimento do nome em Freud (1987) e Paveau (2015), este estudo faz trabalhar a leitura do relatório da CEV-SC não como o conjunto de dados de uma verdade agora mostrada, o tudo que faltaria, enfim, ser dito, mas como um material que precisa ser significado e problematizado continuamente, porque nos diz muito sobre um lado da história que teima em se dizer. Para que se diga, para que nunca mais se repita.

**Palavras-chave:** Comissão da Verdade de SC; esquecimento; resistência.

## **FELIZES PARA SEMPRE?": O ESTILHAÇAMENTO DO (SUJEITO NO) SOCIAL**

Renata Marcelle Lara (JEM)

Ao se interrogar uma afirmativa ("Felizes para sempre") que funciona no imaginário social pelo efeito estabilizador da ideia de fechamento, de completude, de "satisfação plena", de desejo realizado, e que perturba pela própria impossibilidade de sua realização (no/do sujeito) social, também se põe em jogo outros efeitos estabilizadores na/da própria interrogação (como se esta fosse propriamente abertura aos sentidos) e da negativa ("Não é possível sermos felizes para sempre") ou afirmativa negativa ("Infelizes para sempre") retornando na afirmação como resposta à pergunta que se quer desestabilizadora (como se ela /se/abrisse à contradição e não meramente à oposição). Este estudo, que tematiza o estilhaçamento do (sujeito no) social, na Minissérie "Felizes para sempre?", exibida pela Rede Globo de Televisão em 2015, volta-se a uma análise discursiva de sujeitos sociais (i)legítimos, em tomadas de posições ao mesmo tempo perturbadoras e reforçadoras da lógica disjuntiva provocada por uma demarcação desses lugares, em jogos imaginários de afirmação, negação e denegação, ditos/significados no/pelo discurso da minissérie. Sujeitos em projeções imaginárias, ideologicamente perturbados, que, inconscientemente, insistem em resistir à lógica estabilizadora de uma imagem de resistência discursivizada midiaticamente, e que nos levam a interrogar o que esta



minissérie não dá a ver acerca do (sujeito) social e o que se estabiliza naquilo que, aparentemente, se desestabiliza. Lagazzi, em “Análise de Discurso: A Materialidade Significante na História”, publicado no livro *Linguagem, História e Memória: Discursos em movimento*, texto em que traz um percurso de análise do filme “Tropa de Elite”, afirma que “a visibilidade que se dá o social na contemporaneidade é marcada por dicotomizações redutoras da contradição que o constitui, numa constante reafirmação da disjunção lógica e tentativa de enquadramento do que escapa” (LAGAZZI, 2011, p. 279). “Feliz para sempre?” busca se (a)firmar como um dizer que se quer denunciador dessas dicotomizações, ao mesmo tempo em que reforça estabilizações naquilo que perturba. Como lembra Mariani em “Um Imaginário e Outros”, capítulo do livro *Análise do Discurso e sua História: Avanços e Perspectivas*, “a imagem do lugar de onde se fala não é garantia de nada, ao contrário, essa imagem pode se desfazer no próprio ato de tomar a palavra” (MARIANI, 2016, p. 39). É considerando esse jogo de imagens (visuais e formações imaginárias) que o investimento analítico de “Felizes para sempre?”, cujo recorte é aqui descrito, faz parte de um trajeto discursivo do Projeto de Pesquisa Docente “Imagens-Visuais e Projeções Imaginárias de Sujeitos em Materiais Artísticos e Midiáticos” (2016-2019), desenvolvido na Universidade Estadual de Maringá (UEM), e integra as investigações do Grupo de Pesquisa em Discursividades Cultura Mídia e Arte (GPDISCMIÍDIA-CNPq/UEM).

## **RESISTÊNCIA E ÉTICA EM TEMPOS DIFÍCEIS: A POLÍTICA NO ESQUECIMENTO EM “ESSE VIVER NINGUÉM ME TIRA”**

Suzy Lagazzi (UNICAMP)

Vanise Medeiros (UFF)

“Há uma crise ética em curso no mundo”, nos fala Maria Rita Khel (2002), situando essa crise em duas vertentes principais: a do reconhecimento da lei e a da desmoralização do código. Ambas tocam a ascensão da classe burguesa e a relação com o outro posto como semelhante ou estranho. A autora nos lembra que ao estranho cabem as formas de racismo, de intolerância étnica, religiosa, nacional e, acrescentamos, sexual. Diferenças que transbordam na forma de intolerâncias e racismos, que não cabem nas relações sociais, e nos interessam para falar de trajetos de resistência no sujeito. Tomamos para análise, em tempos difíceis, o documentário “Esse viver ninguém me tira”, de Caco Ciocler, que nos conta um pouco de Aracy Moëbius de Carvalho Guimarães Rosa, o anjo de Hamburgo, que na Alemanha nazista promoveu a fuga de judeus para o Brasil forjando vistos e passaportes. Pretendemos promover uma reflexão sobre ética e resistência, pensando essa relação na ordem do esquecimento, discutindo a dimensão ética da resistência na sua relação com o outro, posto tantas vezes como estranho com quem não se tece laço social. Mas sabemos que a alteridade se constitui na contradição. Com Michel Pêcheux (1988), reiteramos que são várias as formas e gestos de resistência. O autor nos lembra que resistir implica identificar-se a sentidos outros que não aqueles da dominação, “de modo que o irrealizado advenha formando sentido do interior do sem-sentido”. Objeção, recusa, antagonismo, luta, desobediência, defesa, persistência, vigor, decisão, preguiça, confusão, incompreensão, ignorância. De um polo a outro, os processos de resistência do sujeito se marcam em diferentes formulações, produzindo esquecimento e se produzindo no esquecimento, de modo que é preciso perguntar pela ética em suas naturalizações, coerções e constrangimentos. Pensar a resistência na relação com a ética, pela ordem do esquecimento, nos permitirá ir além, seguindo Khel, do pacto cínico que se fortalece em períodos de opressão, pondo em cena a contradição na prática política dos sentidos para discutir a responsabilidade da alienação em tempos sombrios.

**Palavras-chave:** discurso; resistência; ética; esquecimento; contradição.

## **Simpósio IV O político nos discursos de ódio**

### **A DISCURSIVIZAÇÃO DO ANTAGONISMO E O DISCURSO DO MEDO EM DONALD TRUMP: EFEITOS DE SUBJETIVAÇÃO E PARRESIA**

Antonio Genário Pinheiro dos Santos (UFRN/UFPE)

Considerando a discursividade mobilizada pela mídia de grande massa em função do pleito político-eleitoral de 2016, esse estudo objetiva discutir a constituição do discurso do medo e a operação de efeitos de





subjetivação e parresia nele materializados. Trata-se de problematizar a discursivização do antagonismo a partir dos efeitos de sentidos oportunistizados quando da evidência midiática das afirmações do então candidato republicano Donald Trump. Tais afirmações, que circularam em diferentes veículos midiáticos, transvestidas em matéria fundante de promessas de campanha e fomentadoras de um projeto de governo, são trazidas no escopo da discursividade dos efeitos de ruptura e ameaça de uma liderança político-governamental, discutida como sendo de aventura e de envolvimento empírico-partidário. Ancorada nas contribuições de Michel Pêcheux acerca do discurso e de seu acontecimento, e na articulação com os pressupostos de Michel Foucault no que tange à subjetividade, verdade e parresia, essa proposta de trabalho enfatiza a constitutividade e o imbricamento de força e de relações de poder, materializadas no cerne da política e da história. Tais relações incitam efeitos de violência, de supremacia e de superioridade do político face às demandas de gestão governamental e de administração política na sociedade contemporânea. Nesse percurso, o gesto de leitura discursiva traz à tona as estratégias, as séries, os mecanismos que balizam um jogo em torno da verdade, provocando um movimento de olhar não só a formulação, mas, sobretudo, a circulação e a colocação das dizibilidades midiáticas em determinadas condições de emergência do discurso. As análises apontam para a operação de sentido em torno do antagonismo de forças políticas e para o batimento de relações de poder, que na esteira da constituição de um regime de discursividade – inscrito no espaço do medo e do ódio – oferecem condições para a ocupação de posições-sujeito e para a inscrição parresiástica do discurso político no trajeto da veridicção da fala pública.

**Palavras-chave:** política; antagonismo; verdade; sujeito.

## **SUJEITO DO DISCURSO DE ÓDIO: CINISMO E DESCONHECIMENTO COMO MODALIDADES SUBJETIVAS DE TOMADA DE POSIÇÃO**

Thiago Alves França (UNEB/UFPE)

Pretendo, neste simpósio, discutir sobre o que proponho chamar de “sujeito do discurso de ódio”. Na verdade, me inspiro na designação de Liiceanu (2014), que formula sobre o sujeito do ódio em oposição ao objeto do ódio. Poderia dizer que o sujeito do ódio, segundo ele, é aquele que produz tal discurso, dirigindo-o contra o objeto do ódio. Sim, é verdade que o modelo lembra, pelos polos (emissor-receptor), o modo de uma certa teoria da comunicação entender o processo comunicativo, que foi, inclusive, criticado por Pêcheux (1969). Ainda assim, a partir da formulação de Liiceanu (2014), com esta proposta, quero refletir sobre o sujeito do discurso de ódio, já com uma primeira diferença que é caudatária do pressuposto de que discurso é efeito de sentidos entre sujeitos, entendidos como posições, como projeções imaginárias de lugares na estrutura social. O discurso de ódio, concebido assim, pressupõe a existência de sujeitos, de modo que não entendo como sujeito do discurso de ódio apenas aquele a quem poderíamos chamar de “agressor”. Se o discurso de ódio se produz envolvendo dois pontos, dois sujeitos, são sujeitos do discurso de ódio tanto aquele que “produz” o discurso quanto aquele contra quem o discurso é “produzido”, mesmo que em relações de força desiguais, e ainda que haja espaço para pensar um efeito de reificação, uma vez que o rebaixamento via coisificação do outro parece ser, como apontam Liiceanu (2014), Sémelin (2009), Glucksmann (2007) entre outros, um caminho para que se produza e organize o ódio, e o discurso de ódio, eu acrescento. Um outro aspecto que pretendo discutir diz mais sobre modalidades subjetivas pelas quais diferentes indivíduos se constituem como sujeitos do discurso de ódio. Quero, nesse sentido, tomando como corpus formulações que tematizam o “ódio ao PT” e a “terceirização do ódio”, pensar pelo menos em três tomadas de posição, sendo duas delas caracterizadas pelo cinismo: primeiro, quando se sabe que o ódio que se pretende massificar não é justo, sendo, por isso, necessário que sejam inventados alguns motivos que serão reiterados até que pareçam legítimos e, por isso, defensáveis por uma massa; segundo, quando se conhece o mecanismo mas se identifica com ele, numa adesão cínica. E uma terceira tomada de posição, caracterizada pelo desconhecimento, isto é, quando se chega a odiar com a sensação de legitimidade, mas, de fato, desconhecendo a arquitetura que sustenta o discurso de ódio, quando se acaba repetindo como seu o que “originalmente” não é daquele que o assume. São, os três, sujeitos do discurso de ódio, mas em posições diferentes. Assumindo, ainda, a incitação como uma das características do discurso de ódio (BRUGGER, 2007; MEYER PFLUG, 2009), pretendo pensar em como mesmo a tomada de posição pelo desconhecimento, quando manifesta, pode funcionar como difusora do ódio.

**Palavras-chave:** sujeito do discurso de ódio; cinismo; desconhecimento.



## O DISCURSO DE ÓDIO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Ercilia Ana Cazarin (UCPEL)

Mariana Jantsch de Souza (UCPEL)

Neste texto, procuramos refletir sobre o funcionamento discursivo do discurso de ódio na sociedade contemporânea. Em especial, nos dedicamos a compreender como tem funcionado e se disseminado esse discurso, no Brasil, no espaço tempo que abarca o pós-eleição presidencial de 2014 a maio de 2017. Lançamos nosso olhar sobre com quem e como se estabelece a interlocução nesse espaço tenso de contradições e antagonismos, bem como que sentidos é possível produzir a partir desse processo. O discurso de ódio nasce, do ponto de vista jurídico, do excesso de liberdade de expressão, aliás, um excesso no uso, no exercício de um direito legítimo - o direito fundamental de liberdade. Configura-se, assim, como um transbordar da liberdade de expressão: é exceder seus limites e entrar na zona da ofensa, da violência contra o outro em virtude de sua raça, cor, etnicidade, nacionalidade, sexo ou religião, entrando na zona da incitação à violência e assim instigando a discriminação e o ódio (BRUGGER, 2007). Ou seja, são práticas discursivas dirigidas a determinado grupo ou pessoa, como alvo, produzindo efeitos de violência, discriminação e/ou ódio. Nosso objetivo é, sob a perspectiva teórica da Análise de Discurso de filiação pecheuxiana, nos moldes em que é trabalhada no Brasil, pensar a relação de alteridade em tempos em que o outro é desumanizado, rechaçado por ser diferente e/ou por assumir posições diferentes. Este é o viés político das práticas discursivas analisadas neste texto - relações de força que, materializadas no discurso, expressam o ódio e produzem efeitos de hostilização ao outro. Na análise, trabalhamos com cinco enunciados coletados em redes sociais e/ou expostos em área pública. Os mesmos giram em torno de cinco situações distintas: 1. a repercussão da reeleição de Dilma Rousseff em 2014; 2. a violência em um protesto contra o governo Temer e contra o impeachment em 2016; 3. a morte de Marisa Letícia; 4. o processo contra Lula na operação Lava Jato; 5. A operação da PGU e da Polícia Federal deflagrada no dia 17 de maio. Estamos tomando os enunciados em pauta como representativos de um processo discursivo no qual o discurso de ódio prolifera a intolerância ao outro, ao diferente. Nesse contexto de discursivização de relações antagônicas na sociedade brasileira, o embate de forças se instaura a partir da dicotomia cartesiana o que presta / o que não presta. É um discurso que abre espaço para o ódio entre classes, para a intolerância entre sujeitos e materializa o acirrado confronto político-ideológico não só nas redes sociais, mas também em espaços públicos. Observamos, ainda, que o discurso de ódio assume viés antidemocrático, pois (re)significa ódios e intolerâncias já em circulação social. Antidemocrático também porque se constrói a partir de uma dicotomia que pressupõe a não igualdade entre sujeitos e a não aceitação de posições político-ideológicas antagônicas.

**Palavras-chave:** discurso de ódio; Análise de Discurso; político; liberdade de expressão; democracia.

## NOTAS DE LEITURA SOBRE O DISCURSO DE ÓDIO E SEUS ESPECTROS INTERDISCURSIVOS CONTRA MINORIAS BRASILEIRAS

Roberto Leiser Baronas (UFSCar)

Em célebre artigo, traduzido e publicado aqui no Brasil no Caderno de Estudos Linguísticos, da Unicamp, número 19, em 1994, com o título de *Delimitações, inversões, deslocamentos*, Michel Pêcheux assevera: “[o] nazismo não recomeçará provavelmente como tal, mas ‘o ventre é ainda fecundo’, e ele gera a cada dia meios mais eficazes para dominar o que lhe resiste: as línguas de vento se aperfeiçoaram consideravelmente, desde os anos 30 [do século passado] na arte da anestesia e da asfixia”. Nesta intervenção, discutimos a presença do discurso de ódio contra as mais diferentes minorias brasileiras, engendrado principalmente pelos atores políticos Jair Bolsonaro, Levy Fidelix e Marco Feliciano, em seus pronunciamentos políticos. São tomados textos que circularam em diferentes dispositivos tecno-discursivos durante os últimos anos e que incitam a discriminação, o preconceito e a violência contra os sujeitos negros e os sujeitos homossexuais. Para dar conta dessa empreitada epistemológica, mobilizamos inicialmente as categorias de pré-construído e de discurso transversal, forjadas por Michel Pêcheux ao longo dos anos setenta e oitenta do século passado em seu programa de pesquisa de uma análise materialista do discurso. Nesse sentido, Pêcheux em *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (1993), compreende o interdiscurso como o lugar mesmo em que se dão intimamente imbricadas duas formas materiais: por um lado, as articulações. Por outro lado, o pré-construído, que no discurso do sujeito, constitui os *traços daquilo que o determina*, e que são reinscritos no seu discurso. Nossa questão de fundo é verificar as ressonâncias dos discursos fascistas e as reatualizações de suas línguas de vento, “produzidos antes,



independentemente e em outro lugar”, nos discursos dos sujeitos políticos Bolsonaro; Fidélis e Feliciano, buscando *desvisualizar* os espectros interdiscursivos (pré-construídos e discursos transversos) de seus discursos de ódio.

**Palavras-chave:** discurso de ódio; discurso nazista; línguas de vento.

## “ISSO NÃO É LITERATURA” É RACISMO? MEMÓRIA, PRÉ-CONSTRUÍDO E EFEITOS DE SENTIDO NA ACADEMIA CARIOCA DE LETRAS

Laís Virginia Alves Medeiros (UNICAMP)

Sabe-se que, na análise de discurso pecheutiana, o sentido não se dá apenas pela língua, mas principalmente por sua relação com a formação discursiva, pelas condições de produção, pelo interdiscurso e pela memória. Este trabalho responde a uma inquietação surgida quando da homenagem à escritora Carolina Maria de Jesus, escritora negra, brasileira conhecida por destacar em suas obras o cotidiano da favela, pela Academia Carioca de Letras em abril de 2017: como as condições de produção conduzem a um efeito de sentido não previsto por uma sequência discursiva tomada isoladamente? Como *corpus*, tomo a resposta da atriz Elisa Lucinda, em sua página do Facebook, à fala do professor Ivan Proença, quando este afirmou que a obra de Carolina Maria de Jesus não é literatura durante a cerimônia da referida homenagem. Ainda que sua declaração, segundo o professor, refira-se estritamente a aspectos técnicos da construção do livro, ela reverberou nas redes sociais como uma manifestação de racismo contra a escritora. Para tentar compreender o funcionamento desse movimento de sentidos, a análise toma o referencial teórico da análise do discurso pecheutiana em seu propósito de compreender as determinações históricas dos sentidos. Desse modo, a discussão é remetida aos pré-construídos (tomados como aquilo que fala em outro lugar, anterior e independentemente) que a atravessam, levantando questões como: o que é racismo? O que pode ser lido como racismo? Como é possível falar de racismo quando se está falando, a princípio, de literatura? Atréadas à noção de pré-construído, estão as de memória e interdiscurso, a partir das quais questionamos: quais efeitos de sentido são resgatados do interdiscurso para legitimar um possível sentido racista na declaração do professor? Como a memória discursiva aponta para sentidos outros não diretamente relacionados à literatura? Finalmente, atentamos para as condições de produção, no sentido estrito e no sentido amplo (ORLANDI, 1999) na qual o debate se desenvolveu, considerando também a relevância e o impacto dos lugares sociais.

**Palavras-chave:** racismo; memória; efeitos de sentido; pré-construído; condições de produção.

SUPLENTE

## “O NORDESTE NA REDE”: UMA ANÁLISE DAS DISCURSIVIZAÇÕES SOBRE O SUJEITO NORDESTINO EM PERÍODOS ELEITORAIS

Josefa Maria dos Santos (UFAL)

As eleições presidenciais de 2014 foram uma das mais acirradas e tensas da história do Brasil, e, embora a polarização política entre os brasileiros não seja um tema recente, a vitória da candidata da esquerda, Dilma Rousseff, intensificou de forma vertiginosa essa problemática, principalmente porque contou com a ajuda das redes sociais digitais que, diferentemente de outras eleições, funcionou não só como um espaço público de discussão e ativismo, mas também de manifestações de ódio e ofensas, principalmente contra nordestinos. Nesse sentido, é objetivo deste trabalho investigar como as identidades nordestinas foram discursivizadas nos sites de redes sociais, tomando o acontecimento das eleições presidenciais de 2014 como recorte histórico. Para tanto, utilizamos os pressupostos teóricos da Análise do Discurso Pecheutiana (PÊCHEUX, 2009; 1999) como aporte por entendermos que o sentido não existe em si mesmo, uma vez que sofre o efeito da determinação das posições ideológicas em jogo nos processos sócio-históricos. Nossa materialidade discursiva constitui-se, assim, de comentários postados no Facebook e Twitter após o resultado das eleições presidenciais, 1º e 2º turnos, de 2014, e que foram reunidos pelo blog “Esses nordestinos...”, com o objetivo de denunciar e repudiar manifestações xenofóbicas. O estudo revelou que sob o significante “nordestinos” pesam questões éticas e morais como preguiça e ignorância, e isso produz como resultado, no dizer dos comentaristas, problemas sociais sistêmicos como pobreza, baixa escolarização e atraso. Observamos que há nos discursos analisados uma culpabilização do povo nordestino não só pelo resultado das eleições, mas pela sua própria condição econômica. Fatos históricos e



sociais que corroboraram para a formação dessa região e de seus habitantes foram silenciados numa tentativa clara de criar um efeito de verdade e, a partir disso, deslegitimar o direito ao voto e a inclusão no sistema político, econômico e social.

**Palavras-chave:** eleições; discurso; identidade; Nordeste; rede social.



## **Simpósio V** O político nas materialidades digitais

### **O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DE UM ARQUIVO ELETRÔNICO DE UMA PESQUISA: FORMULAÇÃO, CONSTITUIÇÃO E CIRCULAÇÃO**

Maristela Cury Sarian (UNEMAT)

A fim de colocar em evidência a materialidade específica do campo digital para pensar o político, este trabalho, que se inscreve na perspectiva da Análise de Discurso proposta por Michel Pêcheux e Eni Orlandi, tem por objetivo dar visibilidade ao processo de constituição de um arquivo para a elaboração de uma tese de doutorado, composto de materiais que foram produzidos e que circularam eletronicamente, em páginas oficiais e em páginas não oficiais disponíveis na internet, bem como recebidos via e-mail, relativos ao Programa Um Computador por Aluno (PROUCA). Com nosso gesto analítico, procuramos colocar em evidência as condições de produção da própria constituição desse arquivo, composto de documentos inscritos no âmbito jurídico, administrativo e institucional, ao mesmo tempo em que o remetemos às condições de produção – parte delas, sempre – daquilo que se configurou enquanto arquivo. Interessa-nos compreender o funcionamento dos arquivos digitais, no sentido de desnaturalizar a noção de arquivo eletrônico, a fim de analisar o modo de constituição dessas discursividades que circularam por meio da rede em seu caráter material, o que vem dizer da impossibilidade de considerá-lo como uma materialidade empírica. Daremos visibilidade ao modo de circulação desses materiais, que têm, na internet, a ancoragem para sua condição (provisória) de existência, o que nos demanda compreender o funcionamento da memória institucional na relação com a memória metálica, desnaturalizando o sentido evidente de internet como uma grande biblioteca em que tudo se pode encontrar. Considerando a natureza eletrônica desse material, como resultados, apontamos a tensão estabelecida na leitura de arquivos digitais, que coloca em relação a produção de acontecimentos enunciativos e acontecimentos discursivos instalados na internet, produzindo efeitos nas imbricadas relações construídas historicamente entre conhecimento, Estado e sociedade na proposição de políticas públicas de Estado e, para o que nos concerne, para as políticas de ensino de língua mediadas pelo computador munido de Internet.

**Palavras-chave:** arquivo; corpus; internet; memória; leitura.

### **PÓS-VERDADE E FAKE NEWS: EQUÍVOCOS DO POLÍTICO NA MATERIALIDADE DIGITAL**

Juliana da Silveira (UNISUL)

Guilherme Adorno (UNICAMP)

As discursividades em torno do digital têm colocado problemas de compreensão quanto ao seu funcionamento discursivo, sobretudo em relação aos modos de circulação e formulação, na estruturação significativa das materialidades, na constituição da autoria em diferentes práticas da rede e na produção e leitura do arquivo. Nessa direção, os discursos sobre “pós-verdade” e “fake news” desenharam um cenário propício de investigação para compreender esse funcionamento complexo entre o simbólico, o político, o técnico e o ideológico. Os discursos sobre “pós-verdade” e “fake news” fazem trabalhar os sentidos de verdade e mentira, real e ficção, atual e virtual. Entendemos que as discussões nas redes sociais sobre “pós-verdade” e “fake news”, confrontadas com a leitura discursiva em torno das noções apontadas, permitem pensar o político no social tendo em vista o modo como o dizer das mídias sociais digitais parece produzir um embate (uma polêmica, uma disputa) com as mídias tradicionais, como a imprensa e a instituição televisiva. Para descrever e interpretar essa conjuntura político-midiática, tomamos como material





específico de análise o vídeo do youtuber Felipe Castanhari, intitulado “Isso precisa parar! Correntes no WhatsApp e notícias falsas”, nos perguntando pelo modo como o vídeo estrutura um discurso sobre verdade e mentira e historiciza esses sentidos em relação ao funcionamento do digital? Nosso intuito é traçar, em relação ao objeto delineado, a maneira como as produções textuais próprias da internet colocam em jogo noções como as de autoria, legitimidade, circulação, formulação e arquivo. No procedimento de (des)montagem do corpus, recorremos aos trabalhos da Análise de Discurso Materialista, principalmente aos conceitos de Discurso da Escrituralidade (Solange Gallo), Efeito-Rumor (Juliana da Silveira) e Composição Autoral (Guilherme Adorno). Assim, o processo analítico começa a apontar para a tomada de posição do youtuber que se sustenta, contraditoriamente, pela recusa dos saberes legitimados advindos das instâncias midiáticas tradicionais, ao mesmo tempo em que parece se sustentar em um senso comum que permite retomar um discurso advindo das próprias mídias tradicionais, reforçando, desse modo, a noção de legitimidade como evidente de um campo institucional. Equívocos do político imbricados no funcionamento dissimétrico da memória discursiva.

**Palavras-chave:** composição autoral; contradição; digital; efeito-rumor; escrituralidade.

## O VAZAMENTO NA INTERNET COMO FORMA POLÍTICA DE CIRCULAÇÃO E ACESSO

Caroline Foppa Salvagni (UFRGS)

Para esta apresentação, tomamos a Internet como espaço inaugural do vazamento como prática política e como modus operandi dos processos discursivos de militância e de ativismo (MALIN; ANTOUN, 2013); um fenômeno não mais acidental, ou tido como raro, portanto. Representativo dessa nova realidade é a organização WikiLeaks que, a partir de seu site, recebe de forma anônima, e publica (também em parceria com outras mídias) informações privilegiadas, sigilosas e confidenciais de governos, empresas e instituições. A partir das possibilidades oferecidas pelo ciberespaço é que discursos, antes circunscritos a certos espaços, podem circular para outras instâncias discursivas, permitindo novas interpretações e ressignificações. Para nós, a circulação está relacionada ao acesso, ou seja, ao trabalho de divisão social da leitura de que fala Pêcheux (2010) e, sendo assim, tomamos esse funcionamento observado por meio do WikiLeaks como político, não apenas no sentido da militância, mas naquilo que é intrínseco a esse movimento, em seu sentido ideológico. A tecnologia é tratada por nós, e sob a perspectiva da Análise do Discurso, de um modo geral, da forma como Dias (2013) coloca: uma questão simbólica, política e ideológica; como instância de produção de discursos e de relações de poder. A partir desse olhar, consideramos também a censura (controle), portanto, como parte integrante do processo de vazamento (da Internet como mídia de vazamento) e da circulação (acesso), e é sobre esse conflito que buscamos discutir, sem perder de vista que as direções nas quais essa engrenagem se movimenta são sempre ideológicas, sempre políticas. É neste jogo do funcionamento tecnológico que o WikiLeaks trabalha ao tomar a transparência radical (a revelação acelerada e inesperada de material no meio digital) como bandeira. Essa noção apaga o fato de que os vazamentos feitos pelo WikiLeaks são sempre seletivos. Se considerarmos o funcionamento das formações discursivas no espaço do arquivo, sabemos que o discurso será sempre seletivo, já que nunca é possível dizer tudo. Esse apagamento que funciona no arquivo do WikiLeaks, entretanto, além de ocorrer pelo trabalho de interpretação dos sujeitos que decidem o que esse arquivo pode e deve reunir, se dá essencialmente em seu funcionamento tecnológico. É pela técnica que o discurso da neutralidade e transparência é construído. Temos, assim um jogo entre o controle e o acesso; a ilusão de que tudo circula em um embate como a noção do vazamento seletivo.

**Palavras-chave:** vazamento; circulação; discurso tecnológico; arquivo.

## ACESSOS E DISPUTAS EM UM REDÁRIO DE NÓS E ESGARÇAMENTOS

Solange Mittmann (UFRGS)

Partindo do pressuposto de que o ciberespaço é um lugar onde se apresentam as mesmas disputas já presentes fora dele, pretendo discutir aqui alguns aspectos a respeito de imposições próprias da atual conjuntura da sociedade em rede sobre a constituição, a formulação e a circulação de discursos e sobre a interpelação dos sujeitos nesse ambiente. Para isso, abordarei dois eixos de discussão entrecruzados: um sobre o acesso e outro sobre a disputa. O acesso será discutido a partir dos questionamentos: quem acessa? acessa o quê? acessa de que forma? Cada vez mais o acesso às novas tecnologias de produção de discursos aparece em nosso país como algo da ordem da evidência. Por exemplo, sujeitos são



interpelados, não só pela sociedade do espetáculo, mas pela ordem econômica, pelos aparelhos ideológicos e pelo Estado a responder com sua presença na grande rede das novas tecnologias. Interpelação que os instaura no lugar de indivíduo, usuário, consumidor, produtor, cidadão, membro ou representante de grupo social, e que é interpretada sob os efeitos Münchhausen e La Palice, ou seja, como se todo e cada sujeito estivesse sempre situado em e munido de todas as condições de responder ao chamado. Sabe-se, porém, que mesmo que as tecnologias estivessem disponíveis para todos, seu acesso não se resume ao mero contato, nem ao mero clique em links. Ter acesso a significa também ter certo conhecimento sobre o que (e como) se pode e deve, e ainda não se deve clicar, acionar, postar, compartilhar, dizer etc. E aí os três aspectos – constituição, formulação e circulação – se entrelaçam na constituição do sujeito e na determinação dos sentidos pelas tecnologias, pelas relações econômicas que as sustentam e controlam, e pela ideologia. Nesse ponto é que se atravessa o segundo eixo da discussão: a colocação dos sujeitos e dos sentidos em certos lugares se dá por relações de disputa: a disputa pelo direito a dizer e a ter seu dizer considerado, inserido, situado e significado numa das muitas redes da grande rede. Embora já situado na grande rede – seja pelo CPF, seja pelas alianças sociais, seja por outras formas – é pelas redes menores que o sujeito se apresenta. E essas redes menores estão em constante movimento de aperto e esgarçamento de nós, por onde o sujeito é laçado, conduzido, mas também por onde pode se rebelar. É o que pretendo discutir analisando algumas dessas redes.

**Palavras-chave:** ciberespaço; interpelação; disputa de sentidos.

## A FORMULAÇÃO DOS DISCURSOS DE ESCRITORALIDADE

Solange Gallo (UNISUL)

Meu interesse neste trabalho é precisar, um pouco mais, algumas teses defendidas anteriormente, no SEAD. Uma delas é a proposição de que a internet se constitui em um espaço de acontecimentos enunciativos e discursivos (SEAD 2011); a outra é de que nas discursividades *on line* percebemos uma relação contraditória entre uma posição-sujeito de um discurso, e um efeito-sujeito, próprio desses espaços enunciativos informatizados (SEAD 2013); e a constatação do surgimento de um novo processo de escritura, que é a escritura digital (SEAD 2016) Essas primeiras conclusões têm relação com a análise dos discursos da internet no nível da circulação. Esse primeiro método de análise que adotei, obedeceu aos mesmos procedimentos, anteriormente adotados para a análise de discursos de escrita. Em outras palavras, na mesma medida em que eu analisara o processo de legitimação da forma material gráfica, até percebê-la como uma discursividade específica que eu chamei de discurso de escrita, também assim analisei os processos de legitimação da forma material digital, até percebê-la como uma discursividade específica que eu chamei de escritorialidade. Nessa perspectiva, os discursos de escritorialidade puderam ser caracterizados como discursos cuja circulação se dá em espaços enunciativos informatizados que produzem acontecimentos enunciativos e discursivos, além de colocar em contradição uma posição-sujeito de um discurso e um efeito-sujeito próprio desses espaços, e onde estão em curso processos específicos de legitimação relacionados à forma material digital. No entanto, ainda há mais a dizer, a saber: os processos de legitimação produzidos a partir desses espaços enunciativos informatizados, incidem principalmente sobre os discursos que são neles formulados, e muito pouco naqueles que não se formulam aí, apesar de terem a forma material digital. Essa nova tese se tornou possível, então, quando avançamos na pesquisa, para a análise dos discursos da internet no nível da formulação, e não somente da circulação. Isso porque, é na instância da formulação que os discursos encontram, de forma incontornável, a resistência normatizadora de um espaço enunciativo específico. No caso dos discursos que se formulam na internet, tanto os discursos de escrita quanto os de oralidade, ambos encontram, aí, a resistência material própria do digital, articulado de forma específica nesses espaços, resistência com a qual entram em relação de consenso ou de contradição, dependendo de sua própria materialidade. A tese mais precisa que estou propondo neste momento é a seguinte: ao se formular na internet, qualquer discurso se transforma em um discurso de escritorialidade. Em outras palavras, diremos que: 1 - os discursos na forma digital (sejam de escrita ou de oralidade), que apenas circulam na internet, mas não se formulam aí, não se transformam em discursos de escritorialidade (ex: revistas científicas(DE), sites institucionais(DE), documentos/vídeos particulares(DO), etc - aqui valerá um investimento para se observar uma possível relação entre esses discursos e o uso obrigatório de senha de acesso); 2 - a forma-discurso de escritorialidade caracteriza-se por comportar um discurso de escrita ou de oralidade na forma digital, que é formulado em um espaço enunciativo informatizado e que, por essa razão, passa a ser legitimado pelos processos de legitimação próprios desse espaço. Pretendemos descrever/interpretar esse processo de transformação por meio de uma análise de materiais que encontram-se no youtube.

**Palavras-chave:** espaços enunciativos informatizados; formulação dos discursos de escritorialidade.



SUPLENTE

## **CORPO-INTÉRPRETE E SURDEZ NA ESCRITORALIDADE DAS REDES SOCIAIS**

Elaine de Moraes Santos (UFMS)

Fronteiras menos explícitas quanto ao que pode ser associado à dizibilidade de um autor e/ou o que decorre apenas do compartilhamento do leitor-usuário são parte das reconfigurações pelas quais passaram as discursividades em interfaces online com a democratização do acesso à internet no Brasil. Nas novas mídias digitais, cada vez mais sujeitos encontram espaço para sua incursão na heterogeneidade de funcionamentos virtuais. Na direção desse processo e a partir da promulgação da Lei nº 10.436/2002, é crescente a circulação de práticas discursivas nas quais sujeitos-usuários experienciam a arriscada ordem dos discursos (Foucault, 2010) digitais assumindo a posição de sujeitos autores/tradutores de conteúdos em Língua Brasileira de Sinais (Libras). Dada a irrupção histórica desse movimento, interessa-nos contribuir com o debate, questionando o modo como o confronto de formações discursivas acerca da surdez se inscrevem na forma discurso da Escritorialidade (Gallo, 2012), colocando em jogo as noções de autoria/tradução/interpretação. Consideramos que o confronto de tais formações discursivas instaura um complexo jogo de relações de forças produzindo uma clivagem no arquivo que vem se constituindo a partir da elaboração e circulação de produções multimídias em língua de sinais. De forma dissimétrica essa divisão no arquivo confere a uns e não a outros o direito de uso da língua de sinais em circulação no digital. Compreendendo que a forma discurso de Escritorialidade permite pensar as bordas não delineadas da autoria/tradução nesses ambientes, buscamos analisar como as margens não estabilizadas da materialidade digital possibilita a circulação do corpo e da “voz” por uma multiplicidade de sujeitos. Situado em tais condições de possibilidade e considerando que aí podemos pensar o funcionamento do político na materialidade digital, também buscamos a heterogeneidade das produções desse corpo-intérprete a partir da noção de tradutoria (Mittmann, 2014), avaliando como esse “corpo-intérprete” se formula e produz sentidos ao fazer circular vídeos de tradução/interpretação em Língua Portuguesa/Libras de objetos midiáticos populares - músicas sertanejas, funks, forró e demais hits de consumo - no Youtube e no Facebook, fazendo de seu corpo um verdadeiro arquivo humano-virtual. Para tanto, serão cruzados os produtos visuogestuais hospedados nos sites de compartilhamento aos efeitos de sentido que deles repercutem em comentários e ações de internautas nos dois ambientes. Entre os resultados preliminares, estão a desestabilização dos efeitos de evidência que (des)legitimam a livre autoria na rede e o delineamento da forma como a legitimidade do uso da Libras para esse fim entra em contradição com os sentidos advindos das instâncias legitimadas como entidades representativas dos surdos no país.

**Palavras-chave:** escritorialidade; tradutoria; surdez; corpo-intérprete; discursividade digital

## **Simpósio VI O político nas questões de gênero e sexualidade**

### **DISCURSO DO EMPODERAMENTO (FEMININO): EFEITOS DE EVIDÊNCIA SOBRE POLÍTICAS DE GÊNERO**

Eduardo Alves Rodrigues (UNIVÁS)

Neste trabalho, procurei compreender e dar visibilidade à produção de efeitos de sentidos pelo funcionamento do discurso do empoderamento (feminino) remetido a um processo discursivo de determinação histórica da construção de certas políticas de gênero. Um dos principais objetivos norteadores da análise produzida foi o de situar o discurso do empoderamento (feminino) face à evidência naturalizada de que a questão do gênero pode(ria) reduzir-se ao binarismo masculino-feminino, em que o feminino sofre, normal e regularmente, o repasse pelo/do masculino, numa formação social dada cujos contornos são trabalhados no âmbito de um espaço semântico logicamente estabilizado em que primam gestos administrativos – jurídicos, econômicos, políticos – sustentados numa plataforma simbólica regida pela aparência da coerção lógica disjuntiva: lugar de produção de uma divisão-hierarquia supostamente natural determinante de tal repasse. Como parte desse trabalho de leitura, busquei identificar nesse lugar de tensão marcada pela disputa de forças, de sentidos, de poder, se o discurso do empoderamento (feminino)



consegue produzir enquanto efeito alguma inclinação que pudesse situar a produção de sentidos para a questão de gênero na direção de uma referencialidade discursiva outra, colocando em xeque, por exemplo, a discursividade do binarismo citada acima. Para proceder à análise remeto esses questionamentos a um corpus constituído de montagens discursivas – enunciados e cartuns – que circula(ra)m em mídias digitais (sites e redes sociais) nos últimos anos, sobretudo entre 2015 e 2017. Assim procedendo, procurei remeter o discurso do empoderamento (feminino) às certas condições verbais de sua existência, em uma dada conjuntura sócio-histórica (PÊCHEUX), enquadrando tal discurso e seu funcionamento à uma materialidade discursiva que lhe seja própria ou pelo menos pertinente. Creio que, a partir dos resultados analíticos, foi possível restituir a esse objeto de estudo/pesquisa – o discurso do empoderamento (feminino) – algo de suas condições de leitura, ou seja, algo do processo discursivo que lhe atribui um movimento específico.

**Palavras-chave:** empoderamento (feminino); gênero; político; montagem discursiva; leitura.

## REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO: DO BINÁRIO NATURALISTA À TRANSGRESSÃO DA "RELAÇÃO PURA"

Maria Thereza Veloso (URI)

Partindo da teoria pecheuxiana que vê o discurso como um objeto produzido histórica e socialmente pelo uso da linguagem, tendo a arte poética como objeto, o corpo como canal de expressão do sujeito, visto este sujeito numa perspectiva de lugar de sentido em que o conceito binário de gênero masculino/feminino se erigiu como representação sexual patriarcal, preponderante na cultura judaico-cristã, o foco analítico deste trabalho recai sobre o processo de subjetivação generificada que acontece num entre-lugar, de sentido distinto dessa ordem, à margem do histórico roteiro política, ideológica e socialmente traçado e aceito. O entre-lugar aqui mencionado parte da noção ditada pela filosofia moral, aludida por Butler (2015, p. 13), ou seja, das questões morais “dentro de um referencial social contemporâneo”, sabendo-se que questões dessa natureza não são estanques nas relações sociais, mas que também se contextualizam, especialmente quando as normas morais se transformam, deixando de ser autoevidentes e indiscutíveis na vida de uma comunidade, como, lembrando Adorno, explica autora na mesma obra e página. O arquivo proposto à análise provém da literatura grega e visa a estabelecer um diálogo comparatista desta com o imaginário e o simbólico que tecem, pelos fios do discurso, a constituição do sujeito. Para tanto, tomam-se os poemas “Uma noite”, “Lembra, corpo”, “A mesa ao lado” e “Flores brancas e belas como tão bem convinha”, poemas em que a temática é o corpo sexualizado e generificado, identificado com o entre-lugar antes mencionado. São poemas escritos como relatos do si mesmo do autor, o grego Konstantinos Kaváfis, um dos herdeiros do Simbolismo, a quem se reconhece o “empenho de exprimir o invisível da subjetividade pelo visível da objetividade”, na definição dada pelo tradutor José Paulo Paes, no estudo crítico que fez como autor da tradução brasileira da coletânea “Poemas” (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, s/d), do poeta grego.

**Palavras-chave:** discurso; sujeito; corpo; gênero; entre-lugar.

## BELEZA EM TRANSFORMAÇÃO: A FALTA, O EXCESSO E O ESTRANHAMENTO NO DISCURSO DAS PUBLICIDADES DE COSMÉTICOS PROTAGONIZADAS POR MULHERES TRANS

Leonardo Mozdzenski (UFPE)

"Sua bela transformação inspira a todos nós a viver o melhor de nossas vidas em honra do que realmente somos. Diferenças são o que nos tornam interessantes". Esse é o início da campanha publicitária da marca norte-americana de cosméticos MAC, estrelada por Caitlyn Jenner em 2016. Alguns meses antes, Caitlyn -- famosa mundialmente por ser uma medalhista olímpica e por participar de um popular reality show nos Estados Unidos -- havia revelado, aos 66 anos, ser uma mulher transexual. No Brasil, a modelo cearense Valentina Sampaio foi a personagem principal do filme publicitário em homenagem ao Dia da Mulher produzido pela L'Oréal Paris em 2016. Narrado em primeira pessoa pela própria Valentina, o anúncio tem como mote o primeiro Dia da Mulher 'oficial' da modelo transgênera. "Beleza é algo que transcende o nosso corpo. Vem da alma. Eu amo ser mulher. É muito bom a gente se aceitar, se amar, reconhecer o nosso valor", declara Valentina na peça publicitária. Nessas duas propagandas, é possível observarmos as profundas transformações por que vem passando o discurso publicitário da indústria de cosméticos femininos. Aos poucos, a publicidade vai conseguindo se livrar de um ideal de beleza "camisa de força",





composto por mulheres cisgêneras, heterossexuais, brancas, magras, altas, ricas ou de classe média e "domésticas" (Vestergaard e Schroder, 2004), passando a adotar uma beleza mais diversificada, inclusiva e não normativa (Hoff, 2016). No presente trabalho, proponho refletirmos acerca desse 'novo' discurso publicitário. O que é dito e o que não é dito nessas atuais publicidades menos opressoras e despóticas? O que é dito demais, o que é dito de menos ou o que simplesmente parece não ser dito nesses discursos? E, mais particularmente: que estratégias intradiscursivas (isto é, ligadas à materialidade discursiva) e interdiscursivas (relacionadas à memória discursiva) são usadas na constituição dos mais variados modos do dizer e do não-dizer nessas peças de publicidade? Buscando dar conta desses questionamentos, pretendo lançar mão dos princípios metodológicos elaborados de Ernst-Pereira (2009), a partir dos conceitos-chave de falta, excesso e estranhamento. Fundamentando-me nessa sistematização, objetivo discutir e tensionar diferentes gestos de interpretação das publicidades de cosméticos protagonizadas por mulheres trans, tais como a coleção "Oh!Maria" da Lola Cosmetics, com a universitária pernambucana Maria Clara Araújo; a campanha "Outubro Rosa" da Avon, com a cantora Candy Mel (da Banda Uó); o comercial "Chromatics haircolor" da marca nova-iorquina Redken, com a modelo brasileira Lea T.; entre outras. No movimento interpretativo desse corpus discursivo, este artigo se sustenta nos pressupostos teóricos da Análise de Discurso francesa de filiação pecheuxiana (Pêcheux, 1990 e 1993; Orlandi, 2005), aqui concebida como um dispositivo que nos permite examinar a textualização do político na compreensão da relação entre o simbólico e as relações de poder, com base em dadas condições de produção sócio-históricas e/ou enunciativas. Desse modo, objetivo, enfim, contribuir para o avanço das discussões sobre a construção discursiva da sexualidade e do gênero, e sobre que posições discursivas são assumidas pelos indivíduos enquanto sujeitos sexualizados/generificados na contemporaneidade.

**Palavras-chave:** discurso publicitário; transexualidade; gênero.

## **“É METAFÍSICA PURA OU PUTARIA DAS GROSSAS?”: O (BAIXO) MATERIALISMO NO CORPO DA LÍNGUA**

Tyara Veriato Chaves (Unicamp)

Karine de Medeiros Ribeiro (Unicamp)

“É metafísica pura ou putaria das grossas?”, a questão colocada pelo personagem Crasso de Contos D'Escárnio e Textos Grotescos, de Hilda Hilst (1992) extrapola os limites do próprio romance para nos desafiar diante de categorias estáveis que dividem e classificam os textos como filosóficos, sérios, cômicos, chulos, pornográficos, poéticos, dentre outros. Nesse sentido, no tocante à tetralogia erótica de Hilda Hilst, Alcir Pécora (2002, p.5) afirma que há “[...] uma verdadeira anarquia de gêneros em sua disposição discursiva que desordena completamente a narrativa [...]”. Nessa mesma via, Eliane Robert Moraes diz que a escrita de Hilda Hilst “instaura a fusão do alto e do baixo no corpo da própria linguagem” (2008, p. 12). Já pelo viés discursivo, Pêcheux (1983) aponta que, ao lado de objetos discursivos de talhe estável, existem aqueles outros sobre os quais ninguém pode estar certo do que está falando, justamente porque a sua existência é regida pela maneira como se fala deles. Soma-se a isso uma tomada de posição que considera que o humor e o traço poético não são o “domingo do pensamento”, mas as armas fundamentais da inteligência teórica e política. Esse conjunto de reflexões nos leva a pensar as relações entre o corpo, a sexualidade e a escrita na obra de Hilda Hilst, especialmente em sua tetralogia erótica – O caderno Rosa de Lory Lamby (1990), Cartas de um Sedutor (1991), Contos D'Escárnio e Textos Grotescos (1992) e Bufólicas (1992) -, pensando em como os deslizamentos dessa leitura/escritura entre o alto e o baixo nos leva a deslocamentos e desnaturalizações sobre os corpos e a sexualidade dos sujeitos. Sendo assim, nosso investimento analítico terá como recorte os momentos em que o corpo surge nas narrativas como fragmentado, híbrido, lascivo, sujo, enigmático, desafiando a estabilidade das dicotomias macho e fêmea, homem e mulher, passivo e ativo, etc. Se Orlandi (2012) nos aponta que sujeito e sentido dão corpo à linguagem e se dão corpo na linguagem, poderíamos, então, pensar em um movimento em que tanto o corpo como a escrita se dissolvem na e pela linguagem? Tal gesto de leitura tem como ponto de partida a Análise do discurso materialista (Pêcheux, 1975, 1981, 1983), propomos também um diálogo com os estudos de gênero (Butler, 1990, 2010) e autores do campo literário que abordam o erotismo, a pornografia ou a “bandalheira” em Hilda Hilst (Duarte, 2016; Moraes 2008; Pécora, 2002). Trata-se de considerar que os sentidos sobre os corpos na escrita de Hilda Hilst podem colocar em xeque relações essencialistas que classificam e normalizam sujeitos, posto que o processo metafórico está em relação com o processo revolucionário (Gadet, Pêcheux, 1981), na medida em que desloca as evidências.

**Palavras-chave:** Análise do Discurso; literatura; corpo; sexualidade; Hilda Hilst.



## O POLÍTICO NAS QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE

Mônica Zoppi-Fontana (Unicamp)

Aracy Ernst (UCPEL)

A relação gênero-discurso pode parecer bastante próxima porque ambas as áreas do conhecimento têm preocupações análogas referentes à compreensão da realidade social em suas continuidades e descontinuidades históricas e possuem, além de um quadro teórico diametralmente oposto às ciências formais e positivistas, uma dimensão política. Primeiramente, destaca-se o fato de as duas disciplinas, Estudos de Gênero e Análise de Discurso, produzirem uma crítica crucial à produção do conhecimento científicodominante, propondo novas alternativas, dentre elas, a consideração à subjetividade. Nasceram as duas, no cerne de um engajamento político: a primeira, da militância do movimento feminista, a segunda, da adesão de Pêcheux, seu fundador, às ideias de Althusser, fato que definiu sua construção teórico-política com base no marxismo e gerou uma crítica severa às duas formas de exploração das ciências pelo idealismo, o realismo metafísico e o empirismo lógico. Podemos chamá-las de áreas de resistência, tendo ambas origem no posicionamento político de esquerda. Os estudos em Análise de Discurso surgiram no contexto político conturbado do final dos anos sessenta em que a esquerda encontrava-se em crise devido à dissipação do sonho da internacional comunista. Isso, de alguma forma, impulsiona os questionamentos de base da Análise de Discurso, formulada por Michel Pêcheux, na configuração dessa disciplina. Gadet (1993) a caracteriza como uma crítica ideológica apoiada numa arma científica. Trata-se de uma proposta de intervenção política e teórica porque, assumindo os postulados do materialismo histórico, opõe-se à política positivista e se contrapõe ao formalismo linguístico, inserindo nos estudos linguísticos a exterioridade, ou seja, sujeito, sentido e história, elementos que haviam sido denegados anteriormente. Já os estudos de gênero surgiram especificamente como recusa à hegemonia masculina que produziu a exclusão do feminino, portanto, de um outro também negado e recalcado historicamente. Esses estudos têm como preocupação a questão do poder das instituições e das práticas discursivas e seus efeitos em sociedade num trabalho político que provoca a desnaturalização dos pressupostos androcêntricos. Inclusive, tem-se, nesses estudos, incursões especificamente materialistas que colocam fundamentalmente o capitalismo e o patriarcado como criadores e gestores do sistema de opressão da mulher, insistindo na necessidade do conhecimento das condições materiais de um dado momento histórico para a compreensão da produção social de gênero, aí implicados fatores políticos e econômicos. Tomam criticamente a definição de ideologia de Althusser, uma vez que o gênero não é contemplado por ele, mas assumem o caráter imaginário da relação dos indivíduos – homens e mulheres – com suas condições de produção reais de existência. Nessa perspectiva, as categorias de feminilidade e masculinidade são vistas como construções históricas. Tal assunção teórica dentro dos Estudos de Gênero obviamente facilita o diálogo com a Análise de Discurso em vista dos pressupostos marxistas, da tomada de posição contra a hegemonia, dos princípios gerais comuns referentes à crítica aos paradigmas tradicionais sobre o conhecimento e a realidade, baseados na bipolarização lógica que necessariamente provoca uma simplificação desastrosa dos fenômenos sociais, e da compreensão da subjetividade e do sentido a partir da história e do discurso. Proceder a um estudo que identifique os pontos de aproximação e os de distanciamento entre as duas áreas, viabilizando a possibilidade da reconfiguração desse conceito à luz do quadro epistemológico da Análise de Discurso, é a pretensão deste trabalho.

**Palavras-chave:** discurso; gênero; sexualidade; política.

SUPLENTE

## BORDA COMO O LUGAR DO DISCURSO SOBRE O CORPO DA MULHER

Luciane Botelho Martins (UCPel)

Ana Paula Vieira de Andrade Assumpção (UCPel)

O olhar sobre o corpo, historicamente objeto da medicina e da biologia, vem sendo permitido às ciências humanas que o revelam submetido ao inconsciente, à linguagem, ao imaginário e à ideologia. É nessa perspectiva que o presente trabalho se situa. Ele propõe uma reflexão sobre o discurso que circula em torno especificamente do corpo feminino, na posição de borda, isto é, na posição marginal definida pelo falocentrismo. Busca-se compreender o funcionamento do discurso sobre a mulher presente na mensagem postada na página do facebook da Santa Casa de Misericórdia de São Lourenço do Sul, por um médico ginecologista, como forma de homenagear os colegas pelo seu dia. Convém observar que a mensagem rejeitada por internautas de diferentes partes do país, devido ao conteúdo machista, desencadeia um discurso-outro – discurso em defesa da instituição, da qual partiu a publicação. Nota-se que, nos enunciados



analisados, há apagamentos e silenciamentos dos discursos sobre a mulher e, em contrapartida, emerge um discurso em torno do lugar de onde partiu a postagem; em outras palavras, a partir do deslocamento do discurso sobre a mulher para uma posição marginal, surgem como centro das discussões os discursos tanto de defesa quanto de repúdio em torno do lugar institucional da postagem. Com base nisso, propõe-se um estudo que busca descrever e interpretar o funcionamento do discurso de objetificação do corpo da mulher. É, pois, com o objetivo de compreender os efeitos de sentido através de ditos, não-ditos e silêncios produzidos sobre a mulher, que se procede à análise discursiva dos enunciados produzidos em nome do hospital e enunciados produzidos pelo médico em defesa própria e do hospital ao qual esteve vinculado. O presente estudo pauta-se pelas seguintes questões: que efeitos de sentido, decorrentes de ditos, não-ditos e silêncios, são produzidos em discursos que envolvem o corpo feminino? Que pistas linguísticas e imagéticas apontam a(s) posição(ões)-sujeito no discurso vinculadas à instituição/hospital e ao médico? O que permite a permanência do discurso androcêntrico e seus efeitos, quando a consolidação do discurso feminista parece impor-se, de alguma forma, como força no campo acadêmico e em alguns espaços sociais na contemporaneidade? O que da borda, da descentralidade do discurso sobre o corpo da mulher, restou em termos de efeito de sentido, se o deslocamento operado nos enunciados sobre o acontecimento em foco parece invisibilizá-lo? Esse deslocamento que centraliza discursivamente o espaço institucional deriva do que se convencionou chamar "dominação masculina"? O que permite o discurso que se serve da facticidade do corpo da mulher em situação de vulnerabilidade — um consultório ginecológico — derive para o grotesco? Essas questões trabalham o processo de desconstrução da evidência dos sentidos estabelecidos historicamente para a mulher. O "estranhamento" causado pela mensagem veiculada por um médico numa instituição hospitalar sobre a mulher com o fito de homenagear seus colegas definiram, nas discussões observadas, o lugar que a sociedade atual estabelece para ela: um lugar de borda.

**Palavras-chave:** borda; corpo feminino; lugar institucional; posição-sujeito.

## Simpósio VII O político na relação inconsciente-ideologia

### O ERRO COMO UM TESTEMUNHO DE SI

Juliana Santana Cavallari (UNIVÁS)

Com base na construção de um dispositivo de articulação teórico-conceitual entre os campos da Análise de Discurso e da Psicanálise, a análise dos registros discursivos que compõem este estudo se propôs a entrever modos de o sujeito de linguagem (re)visitar sua relação com o seu dizer-fazer e com sua constituição subjetiva, a partir de alguns episódios ocorridos no espaço de sala de aula de Língua Inglesa que, aparentemente, produziram uma significação singular. Entendendo a noção de erro para além das categorias gramaticais e semântica, nos episódios abordados, os aparentes erros, lapsos e/ou tropeços cometidos pelo aprendiz foram tomados, pelo professor-pesquisador, como um testemunho de si que resta irredutível a classificações, apontando para um saber 'insabido' e para traços do sujeito desejanste. Em outras palavras, esses aparentes erros oferecem um testemunho sobre a verdade inconsciente do enunciador, verdade essa que desliza sob a cadeia significante, produzindo diferentes significações e deslocamentos subjetivos. Olhar para o erro como um testemunho de si, como um deslizamento metafórico que permite a aparição fugaz do inconsciente e do que há de mais singular no aprendiz nos auxilia a compreender certas resistências vivenciadas no espaço de sala de aula que, a princípio, haviam sido interpretadas como falha(s) de aprendizagem que poderiam ser facilmente sanadas por meio da aplicação de técnicas específicas. Oferecer um lugar privilegiado ao erro, à falha, à fal(t)a e ao equívoco constitutivos do sujeito e da linguagem, ao invés de tentar apagá-los ou silenciá-los do complexo processo de ensino-aprendizagem de línguas, nos lança a uma escuta singular e consequente dos processos de significação e de subjetivação. Na relação com o outro professor e com as línguas que se pretende ensinar e aprender, algo sempre resta inapreensível no/pelo simbólico. Sem essa escuta singular e sem a presença e intervenção daquele que se propõe a ouvir de um outro lugar, o erro seria apenas um erro a ser evitado e corrigido e não uma possibilidade subjetiva. Uma escuta ancorada nos pressupostos discursivos em uma interface com a psicanálise nos permite ir além do conteúdo ministrado pelo professor e dos sentidos já cristalizados sócio historicamente, apontando para saídas singulares e subjetivamente consequentes que se apresentam no trabalho simbólico com as línguas.

**Palavras-chave:** erro; testemunho; AD; psicanálise, ensino de línguas.



## CONSIDERAÇÕES SOBRE INCONSCIENTE E IDEOLOGIA A PARTIR DO TODO-SABER DAS CIÊNCIAS DA VIDA

Paula Chiaretti (UNIVÁS)

Este trabalho busca realizar uma articulação entre os conceitos de inconsciente e ideologia partindo da consideração de dois aforismas lacanianos, portanto, referidos ao campo da Psicanálise, “o inconsciente é o discurso do Outro” e “o inconsciente é a política”, e dos conceitos de materialidade e discurso, presentes na Análise de Discurso. Assumindo que a partir dos dois aforismos seja possível abordar relações de dominação – seja pela referência ao discurso do Outro como discurso do mestre ou, mais recentemente, como discurso do capitalista, seja pela consideração da política como aquilo que “consiste em negociar e [...] por atacado, aos pacotes, os mesmo sujeitos, ditos cidadãos, por centenas de milhares” (LACAN, 1964/1998, p. 13) –, este trabalho objetiva compreender o processo de constituição do sujeito tendo como foco o conceito de materialidade, do qual Althusser (1970) já nos deu pistas ao retomar Pascal – “ajoelhai-vos, mexei os lábios como se fosseis rezar, e sereis crentes” – e ao elaborar o conceito de interpelação ideológica e suas práticas de reconhecimento e desconhecimento. No lado aparentemente oposto dessas relações de força e dominação, pretendemos convocar à articulação um terceiro aforisma laciano, “o Outro não existe”, a partir do qual buscaremos compreender o lugar de diferentes produções discursivas na ficcionalização de um Outro, barrado e, logo, sempre passível de tornar-se outro, que visam estabilizar o laço social por meio de uma resposta à incompletude do Outro, formulando, assim, uma narrativa que busca organizar e administrar sujeitos e os sentidos compartilhados socialmente. Considerando por fim a afirmação de Lacan de que seria próprio do político a ideia de que o saber pudesse se constituir como uma totalidade, propondo, para tratar tal tema, o “todo-saber”, que ele coloca relaciona ao enciclopedismo e à burocracia, buscamos compreender as produções discursivas presentes nos campos das Ciências da Vida (CANGUILHEM, 1990/2012) no contexto desse processo (político) de totalização do saber e que resultariam em processo de medicalização, entendido em seu sentido lato, ou seja, como um estado de hegemonia que, por sua vez, ofereceria, de forma privilegiada na atualidade, ao indivíduo (sempre-já-sujeito) as formas materiais para a sua subjetivação.

**Palavras-chave:** materialidade; saber; ideologia; inconsciente; discurso.

## SOBRE A CAUSA DAQUILO QUE FALHA: O FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DA VOZ DE MICHEL TEMER EM SEU PRIMEIRO PRONUNCIAMENTO COMO PRESIDENTE INTERINO

Luciana Iost Vinhas (UFPEL)

Hannah Arendt, no texto sobre o julgamento de Adolf Eichmann em Jerusalém, comenta sobre a voz curiosamente desencarnada do acusado. A própria autora metaforiza a voz para o corpo que era seu dono: corpo presente, mas estranhamente desencarnado. O duplo desencarne pode ser compreendido como o efeito da máquina totalitária na forma como o sujeito se subjetiva. A voz desencarnada de Eichmann toma a nossa atenção, e provocamos, com isso, a possibilidade de a voz ser objeto de teorização via Análise de Discurso. Na esteira de reflexões já desenvolvidas sobre o funcionamento discursivo da voz, pretendemos realizar um trabalho de compreendê-la através da relação entre as estruturas-funcionamento inconsciente e ideologia na discussão sobre os processos de subjetivação. Os processos de subjetivação, teorizados por Pêcheux através de modalidades de funcionamento, são atravessados pela disputa entre ideologia e inconsciente na forma como o sujeito se relaciona com as formações discursivas que atuam no processo de interpelação ideológica. Para que possamos colocar em marcha nossa proposta, temos como corpus a voz de Michel Temer em seu primeiro pronunciamento como Presidente Interino, em 12 de março de 2016, após a aprovação do processo de impeachment contra a Presidente Dilma Rousseff no Senado. O pronunciamento de Temer não passa despercebido aos ouvidos do analista de discurso: ele tosse, fica afônico, enrouquece. A falha na voz de Temer, ou seja, a falha intradiscursiva, surge como vestígio da falha do trabalho da ideologia. Como diz Pêcheux, o ritual ideológico estilhaça no lapso, e esse lapso na voz denuncia a falha de inscrição do Real que emerge como sintoma. Corpo e voz materializam a singularidade subjetiva e, conforme Souza (2016, p. 74), “o ato subjetivante toma a via do real do sujeito, ou seja, do plano de produção de subjetividades que, expostas ao abismo do não-sentido, trabalham fora e à revelia das amarrações do simbólico”. Ao compreender a causa daquilo que falha como o que excede a cadeia simbólica, articulamos a teoria do discurso pêcheuxtiana ao materialismo do encontro de Althusser. Com isso, deparamo-nos com duas possibilidades interpretativas a partir da discussão sobre a relação entre voz, ideologia e inconsciente: (1) Considerando o teor material da relação entre o recalque inconsciente e o assujeitamento ideológico, temos que as relações de produção são determinadas pelo funcionamento subjetivo, sendo possível realizar uma deriva para pensar no papel do inconsciente na cena política e ideológica. Estaria o acontecimento enunciativo que emerge a





partir da voz de Temer denunciando o funcionamento cínico da ideologia? Ou: (2) Nos moldes da interpretação de Freud sobre “os que fracassam no triunfo”, com base no exemplo de Lady Macbeth, estaria a voz solapada de Temer representando o funcionamento da culpa? Para que essa proposta seja possível, aliamos as reflexões de Pêcheux, Althusser, Lacan e Zizek. Essa discussão não pode, portanto, ser desatrelada das modalidades de funcionamento subjetivo, considerando o jogo político entre a singularidade subjetiva e a impossibilidade de o sujeito não se identificar com formações discursivas.

**Palavras-chave:** voz; ideologia; inconsciente; falha; cinismo.

## **“ESSE DIA LONGO QUE PERSISTE EM NÃO ACABAR”: LUTO, MEMÓRIA E TESTEMUNHO EM "MÃES" E "APELO"**

Thales de Medeiros Ribeiro (Unicamp)

Leonardo Paiva Fernandes (USP)

Em 1940, meses antes de sua morte, Benjamin escreveu: “os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer” (BENJAMIN, 1987, p. 225). Contra o esquecimento produzido pelas diferentes formas de saturação da memória, há uma memória subterrânea que irrompe, enquanto fratura, amputação e perda, na tessitura da história (ROBIN, 2016): “não esqueceremos essa parte amputada, essa dor que dói como uma fisgada, de um membro que já não existe mais” (IANNI; SILVA, 2014). Se a História oficial é um grande cortejo triunfal em que os vencedores de ontem e hoje caminham sobre os corpos dos vencidos, os vídeos “Mães” (2013) e “Apelo” (2014) apresentam uma outra versão da história, dando lugar à escuta do rumor dos mortos – uma escuta do eco silencioso dos “filhos, pais e avós” soterrados pela história. A partir do quadro materialista da análise do discurso (LAGAZZI, 2011; PÊCHEUX, 1981, 1999, 2011), lançamos um olhar para materialidades significantes produzidas no ponto crucial da prática artística e da prática testemunhal (AZEVEDO-BOCCHI, 2017). “Mães”, produzido por Clara Ianni conjuntamente com o Movimento Mães de Maio e com o coletivo Margens Clínicas, registra, em Split-Screen (tela cortada), o testemunho de mulheres vítimas da “violência do Estado brasileiro no período democrático”, refletindo sobre o caráter de “‘exceção permanente’ do contexto brasileiro e sobre as dificuldades em dar forma às experiências que residem às margens das narrativas hegemônicas” (IANNI, s.d.). Em “Apelo”, Debora Maria da Silva, membro e fundadora do Movimento Mães de Maio, recita um manifesto no Cemitério de Perus, lugar onde foi erigido um monumento de memória dos mortos e desaparecidos. O cemitério serviu de vala clandestina durante a ditadura civil-militar, e, atualmente, ainda é utilizado para o enterro de indigentes. Para a diretora, “o vídeo é uma tentativa de criar, através de uma proposição artística e colaborativa, um espaço para a elaboração da memória coletiva e para o luto” (IANNI, 2014). Diante desse material, buscamos trabalhar a problemática do luto e do testemunho no encontro complexo e contraditório dos campos que tomam o discurso como seu objeto de desejo: a análise de discurso, a psicanálise e a história. Para tanto, traremos para o debate as proposições de Jean Allouch sobre a relação paradoxal entre luto e história. Contra a “posição de pregação” de uma versão medicalizante e deshistoricizada do luto, Allouch (2004, p.11) propõe pensá-lo enquanto um ato: “que o luto seja elevado a seu estatuto de ato. A psicanálise tende a reduzir o luto a um trabalho; mas há um abismo entre trabalho e subjetivação de uma perda. O ato, este, é suscetível de efetuar no sujeito uma perda sem qualquer compensação, uma perda seca. A partir da Primeira Guerra Mundial, a morte não espera menos”.

**Palavras-chave:** Análise do discurso; luto; memória; Movimento Mães de Maio; testemunho.

## **FORMULAÇÃO E CIRCULAÇÃO DE DISCURSOS: LUTO E TESTEMUNHO**

Lauro Baldini (Unicamp)

Bethania Sampaio Correa Mariani (UFF)

Para Freud, há um trabalho a ser realizado no luto. Em seu texto “Luto e melancolia”, Freud afirma que, em termos de economia psíquica da dor, o penoso trabalho do luto segue um caminho que, em seu término, atribui ao desprazer uma aceitação. Apoiados em Allouch, Butler e Agamben, nosso trabalho tem nos discursos de testemunho do luto seu objeto teórico de discussão a ser refletido na perspectiva da psicanálise e da análise do discurso. Para tanto, pensando especificamente no trabalho a ser apresentado, partimos da dificuldade do relato de si como ponto para discutir a função testemunhal e para a crítica que Allouch, apoiado em Lacan, faz do conceito de “trabalho do luto”. Afinal, seria possível afirmar que, se o testemunho porta um conhecimento obtido a partir de uma experiência, qualquer relato de si poderia ser transmitido e, assim,



apresentar alguma validade epistêmica e de transmissão? Por outro lado, seria possível afirmar que aquilo de que se trata no luto implica uma substituição de objeto, quando na verdade essa experiência nos traz o sentimento do objeto justamente enquanto insubstituível?

**Palavras-chave:** discurso; psicanálise; luto; testemunho.



## **Simpósio VIII** O político na produção de sentidos: paráfrase, polissemia, deslizamento

### **ENTRE UM E UM OUTRO: SENTIDOS SOBRE A HOMOSSEXUALIDADE NO DISCURSO JORNALÍSTICO**

Alexandre da Silva Zanella (IUPERJ/EBPMF)

Neste trabalho, temos como objetivo dar a saber dos funcionamentos do discurso jornalístico sobre os sujeitos homossexuais e sobre a homossexualidade, no modo como estes sujeitos são inscritos na cidade. A partir de um significante pivô – gay-friendly –, queremos salientar como processos parafrásticos se enredam no discurso jornalístico em relação aos espaços ditos como destinados a sujeitos homossexuais, produzindo sentidos que deslizam em torno do mesmo. Entretanto, considerando-se que “em se tratando de linguagem não se pode dizer tudo” (Ferreira, 2000, p. 9), isto é, levando em conta que a linguagem não é feita sem falhas e sem furos, observamos como um mesmo objeto discursivo também comporta posições outras, que vão abrindo fendas num dizer que é apenas aparentemente estabilizado. Em outros termos, estamos considerando que os sentidos sempre deslizam, ora em torno do mesmo, ora abrindo para o diferente. A partir desta posição, pensar a relação entre paráfrase e polissemia, determinada pela contradição dos sentidos e dos sujeitos, é pensar o político enquanto “divisão entre sujeitos e divisão do sujeito” (Orlandi, 2012, p. 72) que se inscreve na língua. O percurso de análise, decorrente de pesquisa de doutorado em Estudos de Linguagem concluída em 2017 na Universidade Federal Fluminense, sinaliza para o deslizamento de sentidos no discurso jornalístico – especificamente, em portais de notícias on-line – em três eixos discursivos: i) efeitos de comportamento, ii) segurança e iii) consumo, dos quais um quarto eixo se desdobra: o da iv) segregação. No trabalho que aqui propomos, iremos mostrar como um mesmo significante – gay-friendly – possui distintos funcionamentos discursivos, uma vez que é determinado pelo político que o atravessa. Nesse jogo do dizer que se faz entre o mesmo, isto é, as regularidades, e o diferente, isto é, os deslocamentos, sentidos sobre os sujeitos homossexuais, sobre a homossexualidade e sobre os espaços na cidade emergem em redes de memórias várias, abrindo veredas que ora filiam o sujeito a um sentido, ora filiam-no a um sentido outro.

**Palavras-chave:** gay-friendly; discurso jornalístico; homossexualidade; paráfrase; polissemia.

### **NO MUNDO DA LUA: PRODUÇÃO DE SENTIDOS E PROCESSOS METAFÓRICOS**

Renata Chrystina Bianchi de Barros (UNIVAS)

Partindo dos pressupostos teóricos e metodológicos da análise de discurso, neste estudo objetivo investigar os processos metafóricos constitutivos nas leituras possíveis de uma materialidade significativa que é tomada para atividades de ensino de leitura: uma metáfora produzida em um primeiro episódio de uma série televisiva que formulou uma metáfora para a produção de sentidos podendo remeter o sujeito-leitor, a partir de um certo conceito de leitura, à um possível deslizamento/deslocamento na relação com as formações discursivas, e que seria renovada a cada vez que o menino repetisse o ritual de narrativa com o seu aparelho de gravação de voz: – Alô, alô, alô alô, planeta Terra. Esta é a primeira edição do diário de bordo de Lucas Silva e Silva falando diretamente do Mundo da Lua! O vídeo analisado é o primeiro episódio da série “Mundo da Lua”, produzida entre os anos de 1991 e 1992, totalizando um número de 52 episódios que foram televisionados pela TV Cultura ao longo de muitos anos – atualmente, a série compõem a programação da TV Rá Tim Bum, canal transmitido mediante assinatura de televisão paga –, e fez parte do cotidiano de muitas crianças e jovens nascidos entre os anos de 1980 e 1990. Criado por Flávio de Souza,



a trama narra a história de um menino que ganha um gravador de seu avô paterno como presente pelo seu aniversário de 10 anos, com o qual ele cria narrativas a respeito de diferentes temas do seu itinerário de vida. Para a análise dessa materialidade significativa, e da metáfora “mundo da lua” parto, fundamentalmente, da formulação de Pêcheux e Fuchs, que apontaram que no processo de produção de sentidos, a metáfora é primeira e constitutiva, e não segunda e derivada. Metáfora que, como fenômeno semântico, se produz como processo polissêmico. O episódio analisado é uma materialidade significativa com o qual se pode produzir, tanto na produção da leitura, quanto no ensino de leitura, um compromisso com os processos que permitem ao sujeito constituir uma relação de alteridade na produção do conhecimento, ao passo que a partir dele, e com ele, os sentidos serão produzidos na provisoriamente da metáfora, onde os sentidos não têm parada (A autora agradece à FAPEMIG pelo apoio concedido. Processo PEP-00873-17).

**Palavras-chave:** linguagem; metáfora; ensino de leitura.

## O POLÍTICO COMO ESPAÇO DE PRODUÇÃO DE SENTIDOS

Verli Petri (UFSM)

Marilei Resmini Grantham (FURG)

A fundação da Análise de Discurso pecheuxiana, nos anos 1960, na França, é marcada pelo interesse recorrente em se compreender o funcionamento do discurso político engendrado por diferentes processos de produção de sentidos. Os desenvolvimentos dos trabalhos na área foram indicando, através dos anos, que seria preciso tomar o "político" como uma noção teórica para além do seu funcionamento como determinante de um discurso em específico, assim sendo a noção de político vai passar a funcionar como constitutiva dos discursos em análise, sobretudo nos trabalhos que têm sido desenvolvidos no Brasil nos últimos 30 anos. Nossa proposta, para essa apresentação, é de refletir sobre a noção de político em suas relações com as outras noções teóricas que com ela se articulam na Análise de Discurso, tal como a concebemos atualmente, estabelecendo as devidas relações com os processos de produção de sentido em evidência nesse simpósio: paráfrase, polissemia e deslizamentos de sentidos. Tomamos como referência Pêcheux (1975, p.169) quando o autor afirma que “a produção de sentido é estritamente indissociável da relação de paráfrase entre sequências tais que a família parafrástica destas sequências constitui o que se poderia chamar a matriz de sentido”. Desta forma, é no interior dessa família que se constitui o efeito de sentido, a possibilidade de uma leitura subjetiva é uma ilusão constitutiva do efeito-sujeito em relação à linguagem. Nesta perspectiva, assumir a palavra implica retomar dizeres, mexendo na rede de filiação dos sentidos e criando uma espécie de jogo entre aquilo que já foi dito e aquilo que temos a dizer, ou seja, um jogo entre o mesmo e o diferente. É nesse jogo que os sentidos se sedimentam, se solidificam, ou se movimentam, re-significam. A partir de pressupostos como esses, tomamos o fio do discurso como espaço de movimento de sentidos, num constante processo de estabilização-desestabilização-estabilização de sentidos, o que fornece ao sujeito a necessária ilusão de estar produzindo discursos em um mundo "sematicamente normal".

**Palavras-chave:** político; discurso; sujeito.

## DO MESMO E DO DIFERENTE: DAS CORPORAÇÕES DE OFÍCIO ÀS UNIVERSIDADES CORPORATIVAS

Maurício Beck (UESC)

Karoline da Cunha Teixeira (UFF)

O escopo de nossa proposta é analisar o discurso das e sobre as universidades corporativas tendo em conta as memórias que ressoam na história, a saber: as das palavras universidade, educação e corporação (do latim, corporatio); as das antigas corporações de ofício; e as das contemporâneas corporações transnacionais. São sentidos que deslizam por via de uma dialética da reprodução/transformação das condições de produção material, sobredeterminados pelo desenvolvimento das forças produtivas em contradição com (mesmas e/ou diferentes) relações de produção. Com Pêcheux (2010 [1990]), compreendemos a produção de sentidos como um processo que se dá na tensão entre paráfrase e polissemia, isto é, para que um dizer faça sentido, é preciso que se filie a sentidos já-ditos, que ecoam em outros lugares do interdiscurso. Assim, os sentidos não têm origem, nem fim, estão sempre em curso e em



relação às condições de produção em que circulam. Em pesquisas anteriores (TEIXEIRA, 2016), analisamos como se constituem os efeitos de sentido na/da designação universidade corporativa na mídia. Uma das definições para a designação universidade corporativa é de “pessoas que sabem, ensinando para outras que não sabem” [13’18”], esse discurso remonta, via memória de dizeres, à organização hierárquica das corporações de ofício do Medievo, mas, diferentemente dessas, a universidade corporativa se significa como um “aprimoramento da área de treinamento e desenvolvimento”. Desse modo, há uma demanda do mercado, nas condições de produção atuais, pela qualificação e atualização ininterrupta do trabalhador para que este assuma cargos de gestão e/ou liderança (conforme um modelo de produção toyotista). Há que saber gerir os corpos e as subjetividades de outros trabalhadores que compõem tais empresas, de modo a reproduzir as condições para relações de produção desiguais, na manutenção da divisão técnica e social do trabalho via a relação patrão-empregado. Formação universitária e treinamento (dos corpos dos trabalhadores) são ressignificados na dialética da paráfrase e polissemia? Não é a “universidade formal” inadvertidamente atravessada pelo discurso corporativo, via incitamento à competitividade produtivista, em suas condições de produção de conhecimento acadêmico? Que deslizamentos de sentidos ocorrem em decorrência das condições de trabalho e de mal-estar urbanas deste início de século, em que a divisão entre o trabalho intelectual e o trabalho braçal ganha outros contornos? Para responder a estas questões tomaremos como corpus os canais do youtube Liderança Educadora e Fundação Dom Cabral.

**Palavras-chave:** universidade; corporações; trabalho intelectual; treinamento.

## O JOGO DE FORÇAS ENTRE PARÁFRASE E POLISSEMIA NOS PROCESSOS TRADUTÓRIOS

Gláucia da Silva Henge (IFRS)

Pensar o político no processo de produção de sentidos é antes de tudo pensar o papel da língua na história e da ideologia na linguagem. Assim, neste trabalho resgatamos uma abordagem que carece de espaço e visibilidade em Análise do Discurso: o processo de produção de sentidos na relação entre línguas, mais especificamente no que tomamos como processo de produção de sentidos na tradução. E para tanto analisamos sequências discursivas oriundas de dois espaços de saber distintos, os textos literários (e assim propomos a noção de efeito-arte que marca o discurso literário enquanto tal) e os textos não-literários (nos quais discutimos o efeito-literalidade que marca, entre tantos, o discurso político). Metodologicamente, faz-se imprescindível tomar a produção de linguagem em seus dois grandes processos para então analisar o processo tradutório e os efeitos de sentidos nele emergentes. Orlandi (A linguagem e seu funcionamento, 1996, p.27) distingue os processos de produção de linguagem como sendo da ordem da paráfrase e da polissemia. Enquanto na paráfrase existe o retorno a um dizer já sedimentado/garantido, na polissemia se tem o rompimento. Ou seja, há no texto um conflito entre o “mesmo” e o “diferente”, pois este conflito é manifestação da relação do homem com o mundo. Orlandi (Análise de Discurso: princípios e procedimentos, 2013, p.36) ainda pontua que a paráfrase se dá no retorno aos mesmos espaços do dizer, tendo por efeito a produção de formulações diferentes de um mesmo dizer sedimentado, portanto, garante a estabilização. Já na polissemia se dá o deslocamento, a ruptura, portanto, o espaço ao equívoco. Este deslocamento só é possível uma vez que a incompletude do sujeito, a equivocidade da língua e o trabalho da história são mutuamente constitutivos de todo o dizer. Desta forma, não há discurso, ou melhor, processo discursivo sem o jogo constante e tenso entre paráfrase e polissemia, embora ocorra a predominância de uma ou de outra, o que só é perceptível pela análise discursiva. Procuramos compreender como isto se dá no processo tradutório, uma vez que as condições de produção do discurso se relacionam com o jogo entre paráfrase e polissemia, logo, as condições de produção da tradução também. Na análise, podemos discutir a estabilização dos sentidos em efeitos-tradutivos quando marca o retorno ao mesmo, naturalizando como evidência de/na tradução, sem margem ao deslizamento, assim como a tensão entre paráfrase e polissemia faz com que outras palavras sejam utilizadas como efeito-tradutivo, deixando visível o deslocamento, a ruptura. [\*Trabalho vinculado ao projeto de pesquisa "Processo tradutório do literário: análise discursiva das relações de sentido na tradução", com apoio financeiro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul -IFRS Campus Canoas.]

**Palavras-chave:** processo tradutório, paráfrase, polissemia, efeito-tradutivo.





## O NOME “REPÚBLICA DE CURITIBA”: O FUNCIONAMENTO DA IDEOLOGIA NOS DESLIZAMENTOS DE SENTIDO

Gesualda de Lourdes dos Santos Rasia (UFPR)

Lígia Negri (UFPR)

Raquel Ribeiro Moreira (UTFPR)

Levando em conta a circunscrição do foco determinado pelo simpósio, que tematiza preferencialmente o político, pretendemos focalizar os processos polissêmicos e de deslizamento de sentido em torno da expressão “República de Curitiba”. Discutiremos o processo discursivo que deriva, duplamente, efeitos de cristalização e de desestabilização nessa forma de nomear. O epíteto “República de Curitiba” foi empregado inicialmente pelo ex-presidente Lula, como forma de designar as ações centralizadas na capital paranaense, no processo investigativo conhecido como Operação Lava-Jato e conduzido pelo juiz Sérgio Moro. A expressão sob análise, usada inicialmente sob determinadas condições de produção, sobre cujos efeitos de sentido incidia ironia, passa a ser submetida a um processo de apropriação por um discurso-outro, o das forças opostas. Neste, passa a se constituir como força identitária e, em nome do estabelecimento da ordem e da instituição de um princípio de normatização, produz sentidos em uma acepção positivista. Ocupação central já entre os pensadores da Grécia Antiga, o campo da designação diz respeito à relação entre linguagem e conhecimento. Porque circunscrito na esfera da historicidade e considerado em perspectiva discursiva, convoca olhar como palavras e expressões produzem sentidos, dizendo respeito, sobretudo, a considerar como os sujeitos se inscrevem na ordem do dizer, instados por sua identificação ao domínio das Formações Ideológicas. Essa perspectiva concerne a adentrar cadeias de repetibilidade (discursivas, sobretudo), designadas como domínios parafrásticos, mas também à produção de rupturas e deslizamentos nesses mesmos domínios. Tais deslocamentos são da natureza do próprio discurso, a saber, do ideológico que certamente engloba o político, na medida em que se materializam na língua embates/jogos de força da ordem do social. Para efetivar essa análise, buscaremos ocorrências da materialidade linguística na mídia e em redes sociais, a fim de não só captarmos a expressão efetivamente em uso, como também seus contextos imediatos de emprego, isto é, suas condições de produção. A análise foi motivada inicialmente pela flutuação de sentido que a expressão tem apresentado nas diferentes posições de onde emergem os discursos. A partir dessa percepção inicial, investigaremos os processos de constituição dessa Formação Ideológica, bem como os processos polissêmicos e parafrásticos que a constituem.

**Palavras-chave:** “República de Curitiba”; processo discursivo; jogos de força; processos parafrásticos; processos polissêmicos.

## O MOVIMENTO DO SUJEITO DEFICIENTE INTELECTUAL ENTRE A PARÁFRASE E A POLISSEMIA

Vera Regina Martins e Silva (UNEMAT)

Em Análise do Discurso o sentido é sempre *relação a*, e a completude é uma ilusão... Compreender o sentido da deficiência intelectual, enquanto *falta*, na ordem do simbólico, significou nos colocar o desafio de investigar por que o deficiente mental não tem uma posição sujeito reconhecida na sociedade. Ao analisarmos o discurso *sobre* o deficiente intelectual, percebemos tratar-se de um discurso que, por funcionar pelo viés da organização, produz efeitos de sentido que invisibilizam uma ordem simbólica diferente. Essa organização administrativa desconhece que a falta constitutiva do deficiente intelectual se materializa em sua fala como *indistinção*, rupturas, embaralhamento do discurso do outro ao seu. Daí a incompreensão que se instala nas relações com o outro que ao interpretar o deficiente de "seu" (do outro) lugar, semântica e logicamente estabilizado, no modelo social vigente, considera incoerente, sem-sentido, a fala do deficiente intelectual. Porém, são exatamente esses lugares de transgressão, de desestabilização que vão constituir o espaço possível de subjetivação e produção de sentidos desse sujeito. Significar *a/na* falta se configura num espaço onde a resistência à normalidade toma corpo, acolhendo uma ordem simbólica diferente. A trajetória analítica que percorremos deu visibilidade ao processo de constituição do deficiente intelectual numa posição sujeito autor que é desconhecida do intérprete (pais, escola, etc.). Por mais que o Estado tenha instituído uma política de inclusão da pessoa com deficiência, ela não ocorrerá enquanto não formos capazes de aceitar sua diferença radical, onde o Eu e a alteridade convivem indistintamente. Foi a partir dessa reflexão que passamos a compreender melhor a inexistência da palavra pública para o deficiente mental. Como a escuta que a sociedade se permite produz discursos estabilizados



administrativa e juridicamente, no sentido de gerir os enunciados e os significados sociais, essa posição de autoria não é nem reconhecida, nem legitimada para o deficiente intelectual. Até no meio familiar seu discurso é desqualificado, pois para quem se espelha num mundo semântica e logicamente organizado, o que ele fala constitui *bobagem*. É por isso que sua palavra não circula. E é por isso que ressaltamos a necessidade do reconhecimento da sua posição de autoria para que o seu discurso irrompa no espaço público. O deficiente intelectual ocupa uma posição de sujeito autor de seus enunciados, caracterizada enunciativamente pela *indistinção de vozes*. Embora essa indistinção se reflita na linearidade, para o deficiente intelectual ela é estruturante, da ordem do simbólico; enquanto para os ditos "normais" ela constitui uma mera possibilidade, no discurso do deficiente intelectual ela é uma constante. Mas, justamente porque o outro escuta somente a partir do lugar da organização, do plano linear, ele não reconhece a posição de autoria do deficiente intelectual que se dá exatamente nos lugares de desorganização de seu discurso. Neste trabalho, queremos dar visibilidade ao processo de subjetivação do deficiente intelectual, enquanto sujeito de seu discurso, que se movimenta no jogo entre paráfrase e polissemia, num simbólico diferente, afetado pela *falta*.

**Palavras-chave:** subjetivação; simbólico; indistinção de vozes.

## Simpósio IX O político na produção e circulação do conhecimento

### EFEITOS DO POLÍTICO NA INSTRUMENTAÇÃO DA LÍNGUA PELO GOOGLE: UMA ANÁLISE DA PALAVRA-CHAVE “GOVERNABILIDADE”

Ronaldo Adriano de Freitas (IFF/UFF/CAPES)

Conduzido pelas reflexões de Pêcheux de que a epistemologia e história das ciências tem “um lugar capital a ocupar no próprio nível da produção de conhecimentos” (Textos Escolhidos, p.197, itálico do autor), e de que “a língua aparece como base comum de processos discursivos diferenciados” (idem, p. 309), proponho para esse simpósio uma análise dos modos de produção de saberes sobre a língua no buscador de conteúdos do Google, sustentando que, ao organizar, sistematizar e oferecer conhecimento sobre a língua, as ferramentas de busca na internet funcionam como sistemas de produção/legitimação desse conhecimento, assumindo, de acordo com a abordagem teórica de Sylvain Auroux, lugar de Instrumento Linguístico, uma vez que, mais que apontar páginas externamente situadas, os servidores do Google filtram, gerenciam e disponibilizam a partir de sua base de dados o Dicionário Google; modo de designar e produzir sentidos na/sobre a língua. Em conjunto com outras formas de instrumentação linguística em rede, esse dispositivo online apresenta alto poder de circulação/interpelação, uma vez que usuários conectados à rede por computadores, celulares ou outros dispositivos terão essas como as primeiras fontes a serem utilizadas para consulta sobre o uso de determinada unidade lexical ou gramatical, o que torna o gesto de digitar uma palavra no Google para descobrir seu significado ou forma de uso uma atitude rotineira e automatizada. Na pesquisa em tela, busca-se compreender o funcionamento do político/partidário no ato de produção de sentidos sobre a língua, considerando com Pêcheux que tais ações de gestão linguística do político se dão pela ação “de bons espíritos que assumem a missão de ‘moralizar’ a política (...) por uma espécie de ‘terapia da linguagem’ que fixaria enfim o sentido das palavras” (Op. cit. p. 137). Ao fornecer meios de inscrição na língua para os acontecimentos político-partidários, o serviço de busca do Google participa da dinâmica de sobreasseveração dos sentidos e de produção de efeito de verdade, pelo estabelecimento de designações e controle dos modos de dizer. Para a compreensão desse funcionamento, apresento um gesto de leitura de arquivo através da busca da palavra “governabilidade” no mecanismo do Google, associando-a a chaves que remetem a diferentes recortes temporais e redes parafrásticas, de modo a salientar as marcas do registro instrumental da determinação política no funcionamento da língua. A escolha da chave “governabilidade” é motivada pelo dizer do historiador Marcos Napolitano, que a qualifica como “palavra mágica em nosso vocabulário político” (in: Mattos, Bessone e Mamigonian: Historiadores pela democracia). Listada entre as palavras que estiveram no epicentro dos processos de disputa de sentido na recente e conturbada história da sucessão presidencial brasileira, “governabilidade” se mostra um exemplo produtivo da inscrição do político/histórico na língua e do seu gerenciamento pela produção dos instrumentos linguísticos em rede.

**Palavras-chave:** Google; instrumento linguístico; político.



## NO ENTRECRUZAR DE DISCURSOS SOBRE CONHECIMENTO, TRABALHO, ECONOMIA: DAQUILO QUE SE DIZ “ENCICLOPÉDIA”

Phellipe Marcel da Silva Esteves (UERJ)

Os embates entre os discursos de e sobre a ciência, a divulgação científica, o trabalho e a economia são frequentes em materialidades distintas. Considerando, com a tradição materialista, que há uma relação intrínseca entre as estruturas econômicas e as estruturas ideológicas, bem como que a ciência é afetada pelas ditas ideologias práticas, entendemos ser necessário pensar em como objetos de conhecimento materializam essas relações. Para além disso, parodiando o filósofo Louis Althusser, as ideologias teórico-científicas reverberam nas ideologias práticas, ou as práticas teórico-científicas dominantes ressoam nas práticas teóricas pré-científicas. A relação, portanto, é dialética. Com isso, neste trabalho pretendemos analisar materialidades em que se evidencia o atravessamento do político-ideológico pelo econômico-classista e pelo científico/divulgação científica. Tomamos como ponto de partida o fato de que há uma ligação indissociável entre legitimação da produção de conhecimento, escrita e imprensa. As práticas (inclusive as econômicas) não estão desligadas da constituição das ciências, da produção teórica e da circulação de saberes. Os fazeres vinculam-se diretamente ao conhecimento, visto que o “fazer” passa pelo “como fazer”. E não somente quem ocupa a posição de cientista é interpelado pelo saber científico. Ele incide pontual e maciçamente nas formas de viver, de pensar, de fazer o que se sente obrigado ou à vontade para fazer. Uma das materialidades que analisaremos aqui é a dos objetos que se autodesignam enciclopédias em meados do século XIX/começo do século XX, nesses embates entre o econômico, o ideológico e o científico/de divulgação científica com o discursivo. No Pará, de 1855 a 1858, foi publicado o periódico — ou eventual, pois não havia edições regulares — O Colono de Nossa Senhora do O: Encyclopedia popular de agricultura, industria, commercio, navegação e artes mecânicas. Na cidade do Rio de Janeiro, saiu em 1861 o Ilustração brasileira: jornal encyclopedico. Em 1899, em São Paulo, é fundado O Archivo Ilustrado: Encyclopédia Noticiosa, Scientifica e Litteraria. Em 1900, na cidade de Volta Redonda, começa a rodar o Almanach do Armazem Encyclopedico: contendo o calendario, informações uteis e catalogo dos artigos que compõe o seu variadissimo sortimento. Todas publicações que se apresentavam como periódicas e que carregavam consigo o propósito civilizatório das enciclopédias, o que se percebe pela leitura dos títulos. Agricultura, indústria, comércio. Ilustração. Ciência, Literatura. Informações úteis. Significantes que remetem a um aprendizado, e que também se desdobram para algo mais: se é necessário ensinar, é porque há sujeitos que não sabem, que precisam aprender o necessário nessa recém-nação. E de que se trata esse necessário? Ou: o que está em jogo nesse “propósito civilizatório”?

**Palavras-chave:** discurso científico; discurso econômico; enciclopédias; trabalho.

## O PROJETO DE LÍNGUA NACIONAL EM "URUPÊS" DE MONTEIRO LOBATO

Simone de Brito Corrêa (UFF)

Este trabalho, que tem como aporte teórico-metodológico a Análise do Discurso (Pêcheux, 1983, 1988; Orlandi, 1990, 2001, 2003, 2007; Mariani, 1996, 2001, 2004) na articulação com a História das Ideias Linguísticas (Auroux, 1992; Guimarães, 1993, 1994), apresenta pesquisa sobre o projeto de língua nacional no livro *Urupês*, de Monteiro Lobato. A referida pesquisa visa contribuir para os processos do processo brasileiro de gramatização (Auroux, 1992). Tendo como foco as ortografias em disputa por um lugar de afirmação nacional no cenário do Brasil na primeira metade do século XX, tomamos como corpus uma nota dos editores de *Urupês* (1945, 1964 e 1994). A análise da materialidade discursiva dessa nota revelou traços linguístico-histórico-discursivos relativos a polêmicas sobre a língua nacional no/do Brasil, em especial, àquelas concernentes a reformas ortográficas do início do século XX. Outros escritos de Monteiro Lobato - cartas pessoais e críticas, entre outros - mostraram-se caros a esta pesquisa, na medida em que também contribuíram para revelar indícios sobre as condições de produção e posições discursivas acerca de língua nacional. Desse modo, possibilitaram desvelar uma extensa e complexa trama linguístico-político-discursiva, em que literatos, filólogos e lexicólogos brasileiros e portugueses, além de membros da Academia Brasileira de Letras, entre outros, disputavam espaço em favor da adoção, nas reformas ortográficas no/do Brasil do início do século XX, de ortografia de base etimológica, simplificada ou mista. Destacou-se, ainda, a contradição constitutiva do sujeito literato/editor que, partindo em defesa de uma língua nacional do/no Brasil, não deixa de remeter com constância à matriz de sentidos europeia.

**Palavras-chave:** gramatização brasileira; disputas ortográficas.



## O POLÍTICO E A POLÍTICA (DE LÍNGUA/S) NA PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DO CONHECIMENTO

Amanda E. Scherer (UFSM)

Sabemos, desde sempre pela posição teórica que ocupamos, que uma língua não vale pelo que ela é, mas pelo que o Estado determina como valor através de uma política linguística. Política de Estado, política na ordem da/pela língua. No caso da política atual da CAPES visando à internacionalização dos programas de pós-graduação e à circulação do conhecimento produzido pelos nossos pares, estamos cada vez mais atrelados a um monolinguismo absoluto, decretado por uma evidência submissa a uma ordem da/na língua. Ordem de submissão à política de Estado, submissão à circulação, pelo Estado, da produção do conhecimento produzido no contexto brasileiro. Ordem, por sua vez, avessa a qualquer discussão e reflexão sobre a determinação de uma língua única e indivisível, à procura de uma língua internacional/universal. Mas de qual ordem tratamos quando projetamos e decretamos um monolinguismo subjacente? De qual evidência de sentidos se coloca o Estado para uma possível internacionalização? A presunção de tal ordem está posta a partir de qual parâmetro? O que da ordem da língua se faz presente no lingüístico, no discursivo, no espaço social de circulação? O que de uma política científica é determinado pela língua? O fazer acadêmico, ao se submeter a tal política, consegue subverter uma ordem estabelecida pelo Estado naquilo que o científico determina? As questões que trazemos para discussão em nosso simpósio estão inscritas na perspectiva pêcheuxiana naquilo em que as injunções e os jogos de força conseguem responder às instâncias de circulação e legitimação do que é produzido pelo sujeito na sua historicidade determinada também pelas diferentes formas de apreensão do real da língua, do real da história e do real do inconsciente.

**Palavras-chave:** ordem da língua; jogo de força; político/política.



## Simpósio X O político-ideológico no ensino de língua(s)

### O SUJEITO URBANO ESCOLARIZADO E AS POLÍTICAS DE LÍNGUAS: DE POBRE A EXCLUÍDO

Mariza Vieira da Silva (Unicamp)

A história da difusão da escrita está ligada à história da cidade, sendo que o aprendizado e a difusão da escrita se desencadeiam e se desenvolvem em relação aos processos de urbanização em conjunturas historicamente determinadas, em condições de produção heterogêneas. Os processos discursivos presentes na escolarização de uma língua tida, imaginariamente, como comum a todos os cidadãos de uma nação em relação à urbanização de dada formação social, têm na noção de sujeito o que realiza a contradição da linguística, mas também a da educação. Nesse sentido, nosso objetivo nesta Comunicação, é explicitar os processos discursivos que estruturam a posição sujeito (brasileiro) urbano e escolarizado e seus efeitos no que diz respeito à educação fundamental, tomando como trajeto de leitura e de análise, sob a perspectiva da Análise de Discurso pechetiana, alguns termos/noções atribuídos a ele – pobre, marginalizado, incluído -, e observando o confronto que aí se dá do simbólico com o político, marcado pela divisão do sentido, do sujeito, da sociedade. Buscamos, assim, ampliar nossa compreensão sobre os diferentes processos de significação que comandam a textualização das políticas públicas de educação e de línguas, bem como as práticas escolares e sociais, levando em consideração os espaços de heterogeneidade nos quais funcionam as contradições. Nesse sentido, a constituição de nosso arquivo se deu em referência a dois momentos históricos: as décadas finais do século XIX, quando acontecimentos como a abolição da Escravatura e a proclamação da República produzem movimentos político-sociais decisivos em relação à urbanização e à escolarização – ou não – de grande parte da população brasileira, e a segunda metade do século XX, em que se dá efetivamente a universalização da educação fundamental em meio a uma crescente e desordenada urbanização. Trata-se de um momento em que sob o ideário do capital humano, o problema da desigualdade de classe social desloca-se para a desigualdade educacional, ficando, então, a educação, a escola, o ensino da língua, a língua como responsáveis pela superação da desigualdade primeira. O trabalho permitiu-nos compreender como se dá a relação entre língua/sujeito/história na divisão social do trabalho, analisando os





deslizaamentos de sentidos – efeitos metafóricos, ideológicos - presentes em termos/noções que identificam e classificam o sujeito (brasileiro) urbano escolarizado; explicitar os conflitos, confrontos, resistências, apagamentos que se dão nesses processos de nomeação, de construção de referentes discursivos, de processos de individuação do sujeito.

**Palavras-chave:** sujeito urbano escolarizado; exclusão; inclusão; efeitos metafóricos.

## **SENTIDOS DE LEGITIMAÇÃO DO ENSINO BILÍNGUE PORTUGUÊS-INGLÊS: EFEITOS DO DISCURSO INSTITUCIONAL**

Laura Fortes (UNILA)

Nossa pesquisa de doutorado propôs um estudo discursivo de sentidos de bilinguismo, educação bilíngue e currículo em escolas bilíngues português-inglês. Teoricamente orientada pela análise de discurso pecheutiana, a pesquisa configurou-se a partir da construção de corpora compostos de discursividades heterogêneas produzidas em torno do real da expansão dessas escolas, frequentemente justificada por uma demanda crescente pela aquisição da língua inglesa cada vez mais cedo. Apresentamos, neste trabalho, um recorte de nosso corpus, a saber, o discurso institucional – constituído de dizeres que configuram o processo de construção imaginária da identidade institucional da escola – a partir de suas incidências no discurso profissional – constituído de dizeres de professores e coordenadores de escolas bilíngues português-inglês em São Paulo. Nessas condições de produção, concluímos que dois elementos constituem a base para a compreensão desse processo discursivo: 1) a representação da instituição sem falhas; 2) suas relações com discursividades da mídia e do mercado. Nossa leitura centralizou as discussões em torno do discurso institucional como um lugar de produção de um imaginário sobre a escola bilíngue cuja base significativa predominante está na legitimação pela veneração de sua imagem, o que formulamos como a construção discursiva da legitimação – espaços de “perfeição” pelos quais os sujeitos são interpelados-identificados, afetando a configuração de suas subjetividades na (im)possibilidade de alcançar seu desejo de completude, de plenitude. A análise discursiva permitiu, num segundo movimento de interpretação, delinear a representação da instituição escolar bilíngue como uma instituição sem falhas, funcionando a partir de sua sustentação em discursividades do mercado e da mídia, num processo de seleção, organização e circulação de sentidos que denominamos uma metonímia de celebração da vantagem bilíngue. Os efeitos de sentido filiados a essas discursividades foram compreendidos a partir do processo histórico-econômico da inserção do campo da educação no setor terciário nas condições impostas pela economia internacional mundializada do neoliberalismo. Essa inserção criou novas possibilidades de dizer sobre a educação, fazendo irromper significantes outrora restritos ao campo da economia/mercado, tais como “serviço” e “(controle de) qualidade”, por exemplo, que passaram a fazer parte de um repertório de marcas linguísticas de exaltação/glorificação da instituição, produzindo representações da escola bilíngue como um “lugar sem falhas”. Concluímos, finalmente, que o efeito de legitimação da instituição bilíngue funciona como um simulacro que vem ocupar o lugar de uma falta, que formulamos como uma ausência de determinações regulamentadoras acerca do funcionamento de escolas bilíngues português-inglês. Tal ausência, especialmente circunscrita em torno de uma regulamentação curricular, constitui um silenciamento produzido pela falta de produção de espaços de regulação específica – impactando o trabalho do professor em diversas dimensões e também produzir seus efeitos na educação da sociedade brasileira em geral, uma vez que a falta de regulamentação acaba ampliando as possibilidades de oferta dessa modalidade de ensino pela iniciativa privada. Como consequência, tais modalidades de ensino transformam-se em novos “nichos de mercado”, que são colocados em intensa circulação pelo discurso midiático, dando visibilidade e legitimação a representações de língua como “produto” e de ensino como “serviço”, tal como analisamos neste trabalho.

**Palavras-chave:** ensino bilíngue; discurso institucional; mídia; mercado.

## **O POLÍTICO-IDEOLÓGICO NA (NOVA) BASE NACIONAL CURRICULAR COMUM: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DAS 'COMPETÊNCIAS' E 'HABILIDADES'**

Juciele Pereira Dias (UNIVÁS)

Luciana Nogueira (UNIVÁS)

Filiadas à perspectiva teórico-metodológica da Análise de Discurso, buscamos analisar o discurso das 'competências' e 'habilidades' e seus efeitos de sentidos em relação à constituição do sujeito na terceira



versão da Base Nacional Curricular Comum (BNCC), em tramitação final para parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE). Compreendemos o político, na/pela língua, enquanto divisão dos sentidos em disputa, constitutivos do discurso, materialidade específica da ideologia (Pêcheux, 1975). Pfeiffer (2014) coloca que as políticas de ensino se estruturam sob o mesmo funcionamento que sustenta as políticas públicas em relação ao discurso da “capacidade de adaptação”, uma prática consensual determinante da nossa sociedade capitalista atual. Orlandi (2010) salienta que nem o sentido de público, nem os sentidos das políticas públicas são evidentes quando tomados na perspectiva discursiva, considerando que as disputas de sentidos são desiguais e com dominância, permeadas de tentativas de recobrimento das significações. Segundo Mariani e Dias (2017), sobre as políticas públicas, há sempre um resto não significado, ou seja, o real circunscreve a impossibilidade do tudo dizer no campo da linguagem, o que nos leva a questionar sobre a constituição do sujeito em/por essas políticas. Nossa proposta, desse modo, volta-se para uma análise discursiva da constituição do sujeito “autoempreendedor” (Nogueira, 2015) nas políticas públicas e, por sua vez, nas políticas linguísticas de documentos norteadores de práticas educacionais no Brasil, no caso a BNCC e, sobretudo, buscando compreender os modos de individuação (Orlandi, 2012) desse sujeito, na/pela língua, em uma “Sociedade Neoliberal” (Dardot e Laval, 2009). Estamos, desse modo, problematizando as maneiras como a Educação está se constituindo em uma articulação mais direta com o mercado e suas regras de competitividade internacionais, sendo o Estado o legitimador dessa articulação. Nesse sentido, uma questão que fundamenta teoricamente este trabalho é o lugar do político, no sentido em que este vem sendo deslocado para outro lugar que não lhe seria próprio. Trata-se de um efeito ideológico. Isto é, estamos dizendo que há um apagamento daquilo que é constitutivo das relações de classe no capitalismo. Consideramos, portanto, que os discursos sobre o (mercado de) trabalho e sobre as relações de trabalho afetam a constituição desse sujeito “autoempreendedor”, em tentativas de regular o que se pode e deve ser estudado na escola, colocando em jogo as relações Língua-Estado-Nação enquanto recobertas por certo funcionamento ideológico do consenso na contemporaneidade e, por sua vez, seus efeitos nos discursos sobre educação e ensino em reforma política-educacional. Para compreender essas questões, tomamos como corpus de análise a última versão da BNCC – que está sendo discutida atualmente no Brasil – em relação a discursos outros em que uma articulação entre educação e trabalho é evidenciada. O recorte é especificamente sobre a questão das “competências” e “habilidades” e o modo como estão presentes nesse texto na condição de algo já-dado, sempre-já-lá, na história do saber metalinguístico brasileiro e das formas de institucionalização desse saber (Dias, 2012), de maneira que nos interessa remeter esse discurso da BNCC às suas condições de produção.

**Palavras-chave:** discurso; político; ideologia; BNCC; competências e habilidades.

## REFORMA DO ENSINO MÉDIO – DIVISÕES, DISPUTAS E INTERDIÇÕES DE SENTIDOS

Claudia Pfeiffer (UNICAMP)

Marisa Grigoletto (USP)

Procuraremos construir um lugar de análise sobre a textualidade da reforma do ensino médio, sancionada pelo atual governo brasileiro, ancorando nosso gesto na textualidade da lei e suas relações intertextuais e interdiscursivas, observando sobretudo a proposta vigente da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no que se refere ao ensino de línguas. Procuraremos trabalhar o lugar político de leitura frente à textualidade da reforma do ensino médio, bem como trabalhar o lugar político em que professor e escola são colocados por esta textualidade de política pública que materializa determinadas direções de sentido sobre educação, de modo mais geral, e ensino de línguas, especificamente. Na tensão entre ler e ser significado pela textualidade da leitura, procuraremos trabalhar as equivocidades e contradições de uma política de estado educacional brasileira que estabelece lugares e sentidos para o ensino, o ensino de línguas, para os professores, a escola e os alunos, dentro de uma formação ideológica neoliberal na evidência da necessidade da formação significada enquanto capacitação para o trabalho. Nossa entrada analítica se dará pela forma material *itinerários formativos* para dela partir para suas redes de significação, levando em consideração nossa compreensão analítica de que esta forma material engendra a visibilidade e a evidência de um jovem/estudante – não qualquer um – que é responsável pela queda dos números positivos na educação, mas que também é, contraditoriamente, um jovem/estudante necessário. Dito de outro modo, este jovem precisa estar no sistema educacional e, para tanto, é necessário que se ofereça “um currículo atrativo e convergente com as demandas para um desenvolvimento sustentável” (Brasil, EM. 84/2016/MEC, p. 2). Isso porque este jovem é significado como responsável, ao entrar no sistema educacional, pela queda dos resultados educacionais que é, por sua vez, explicada pelo fato dele não ver sentido algum no que a escola ensina, porque, finalmente, fechando o mundo semanticamente estável, o que se ensina está desalinhado ao mundo



do trabalho e, conseqüentemente, o sentido do ensino, para alguns, não todos, está no alinhamento a este mundo: o do emprego. É aí que “naturalmente”, por suposto, deve estar a escolha deste jovem/estudante por um itinerário formativo condizente com seu projeto de vida, o qual compreendemos discursivamente como o efeito de evidência de um mínimo e necessário para atender com qualidade ao mundo do trabalho.

**Palavras-chave:** Reforma do Ensino Médio; Base Nacional Comum Curricular; ensino de línguas; políticas públicas; Análise de Discurso.

## **POLÍTICA DE ESTADO: MODOS DE DIZER PARA A FORMAÇÃO DOCENTE**

Ana Di Renzo (UNEMAT)

Ana Luiza Artiaga R. da Motta (UNEMAT)

O Estado com o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência/PIBID/CAPES tem, dentre seus objetivos: “incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica”; “contribuir para a valorização do magistério” e, ainda, “elevar a qualidade da formação inicial de professores”. Trata-se de políticas públicas de ensino que, pela linguagem, mediatizam parcerias entre a universidade e a escola com vista à inserção do futuro profissional – o professor – no espaço da escola. De um lado, a universidade sustentada pela teoria no processo de formação acadêmica e, de outro, a escola como o exercício dessa práxis. Deste modo, o fato de a universidade instituir o Programa PIBID em sua prática de formação docente é um gesto político que expõe, de certa forma, o modo como a licenciatura é pensada no seio universitário para a rede da educação básica. Nesse dizer institucional, interessa-nos pensar o processo da formação acadêmica dos alunos bolsistas ancorados pelos pressupostos teóricos da Análise de Discurso, cunhados por M. Pêcheux (França) e Eni Orlandi (Brasil), considerando o modo como o discurso produz efeitos de sentido a partir de uma distinta condição de produção. Para tanto, mobilizaremos conceitos teóricos de sujeito, formação imaginária e memória pelo modo como as instituições, universidade e escola, enquanto porta voz do Estado, tomam corporeidade nos documentos institucionais do PIBID, no que concerne a formação docente. Nessa direção, a nossa questão incide em estudar discursivamente o funcionamento da linguagem dos documentos de Estado que normatizam o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência PIBID/CAPES como uma política de ensino que acena a um produto novo, isto é, o modo como a intervenção feita na escola afeta à formação acadêmica deles. Assim, nesse movimento de linguagem, o Estado ao instituir pela regularidade jurídica a proposta de melhorias na formação docente faz a projeção imaginária do profissional e a escola passa a funcionar como espaço de mercado de trabalho. Nesse sentido, o aluno de iniciação à docência ao experimentar o ir e vir à escola, toca imaginariamente uma outra posição: a de sujeito professor de Língua Portuguesa. Neste caso, articula, gesta o futuro, infere, mexe tanto com a memória de posição sujeito aluno quanto com a posição sujeito professor. Em suma, são sentidos, tensões, relações distintas. Dessa forma, a questão que nos instiga é: como a política de formação à docência poderá intervir em novos gestos de leitura, em outras políticas de ensino, que reverbere sentidos ao imaginário da profissão da posição sujeito professor?

**Palavras-chave:** Estado; escola; sujeito; discurso.



## **Simpósio XI O político entre a memória e a resistência**

### **RESISTIR À RESISTÊNCIA É PRECISO. UMA ANÁLISE DISCURSIVA DO PROCESSO DE DESLIZAMENTO DOS SENTIDOS DE “OPRESSÃO” E DE “LUTA”**

Carolina Fernandes (UNIPAMPA)

Com a Análise do Discurso aprendemos que não há uma relação direta entre o homem e o mundo, entre as palavras e as coisas, visto que a linguagem faz a mediação imaginária e necessária nesse encontro do homem com o real que lhe é inatingível (Gadet; Pêcheux, 1982). A linguagem está no mundo e não fora dele para representá-lo. Isso implica dizer que a exterioridade constitui a materialidade linguística, sendo essa relação, portanto, inerente ao processo significativo. Assim, não vemos um sistema linguístico mobilizando



objetos previamente significados, mas um sujeito ideológico produzindo sentidos para tal objeto a partir de um intercurso do qual lhe permite recuperar sentidos já produzidos em outros dizeres através do processo parafrástico. Esse processo de significação é, então, apagado pela ideologia que faz a linguagem funcionar como se fosse transparente. Segundo Orlandi (1996), esta é a função do imaginário: produzir o efeito de evidência de sentidos, de transparência da linguagem, de que só pode se falar assim. Entretanto, Pêcheux (1983) alerta para o fato de os sentidos sempre estarem em movimento e, assim, todo enunciado pode vir a ser outro, rompendo com o imaginário instituído e instaurando um novo modo de dizer. O que o autor destaca é essa possibilidade do sujeito rejeitar o já-dito e produzir outros dizeres que rompam com a ordem da continuidade, o que Orlandi (1996) chama de polissemia. Neste trabalho, buscamos compreender o deslizamento de sentidos das palavras opressão e luta que circulam em páginas consideradas de direita das redes sociais. Com a resistência ao regime militar, o discurso contra a opressão discursivizou a necessidade de luta por liberdade e democracia. Livros, filmes, documentários, entre outros, formam um arquivo de textos e imagens sobre esse período que produz um imaginário para opressão e para luta. Tal imaginário ressoa nos movimentos grevistas de hoje, a canção “Para não dizer que falei das Flores”, de Geraldo Vandré, embala as bandeiras que se agitam por melhores condições de trabalho. Entretanto, ao lado da paráfrase, vemos circular polissemicamente, um outro sentido para opressão e luta oposto a este que se produziu no imaginário sobre ditadura no Brasil. Opressão se torna algo por que lutar e não o inverso. Ser opressor é visto com admiração nas páginas em que analisamos. A luta é contra a ideologia de esquerda e o que chamam de sua “doutrinação”. “Guerreiros” são convocados para “lutar” a favor de uma intervenção militar que reprima essa formação ideológica, ouvimos a própria canção-tema da resistência à ditadura nas marchas em que apresentam cartazes clamadores por intervenção militar. Esses deslizamentos de sentidos resultam do próprio movimento do dizer que materializa a tensão política em torno desses termos. Observar o processo que leva à mudança nas redes significantes implica compreender a que filiações ideológicas os enunciadores dessas palavras se identificam, como também compreender o funcionamento discursivo da linguagem em sua circulação na rede virtual. Concluímos nossa análise com uma reflexão sobre a polissemia e a resistência enquanto constitutivas da linguagem e do sujeito.

**Palavras-chave:** imaginário; deslizamento; direita; opressão; luta.

## O MESMO E O DIFERENTE EM DISCURSOS SOBRE OCUPAÇÕES URBANAS

Greciely Cristina da Costa (UNIVÁS)

Na atual conjuntura sócio-político-histórica, temos acompanhado o modo como, no geral, o discurso jornalístico discursiviza questões em torno da moradia, no Brasil, apagando o direito à moradia e se centrando num processo de criminalização das ocupações urbanas. Em paralelo, observamos, também, a maneira truculenta pela qual o Estado atua, por meio do jurídico e da polícia, seja na vigilância e monitoramento, ou nas violentas reintegrações de posse de terrenos, prédios ocupados. E, ainda, acompanhamos a instalação de políticas governamentais pautadas na privatização dos espaços públicos da cidade. Diante dessa conjuntura, com base na perspectiva teórico-metodológica da Análise de Discurso, interessa-nos analisar o processo de produção de sentidos instaurado pela relação entre moradia, propriedade e mercadoria em discursos sobre as ocupações, sobre o direito à moradia e sobre a financeirização do espaço público. Nosso intuito é observar de que modo se dá o deslizamento de sentidos em uma rede de significações tecida em torno desse processo. Visamos, com isso, discutir e dar visibilidade à delimitação dos espaços da cidade aliado à regulação e controle da vida em sociedade. Nessa perspectiva, observaremos o funcionamento discursivo dos mecanismos ideológicos que operam nessa regulação social e, de outro lado, como falas desorganizadas (ORLANDI, 2004), neste caso, o discurso dos moradores de ocupações vem à tona desorganizando o discurso urbano. Mobilizaremos, para isso, as noções de formações imaginárias, pré-construído, paráfrase, efeito metafórico e memória discursiva com o propósito de mostrar como se dá a produção e divisão dos sentidos e sujeitos na história, por meio da relação do político com o simbólico. Buscamos, assim, compreender como funciona a construção discursiva dos referentes, considerando que a referência discursiva do objeto é construída em formações discursivas (PÊCHEUX, [1984], 2011). E, dessa forma, compreender tanto a reprodução quanto a ruptura dos sentidos, entre o mesmo e diferente, de ocupação, moradia, propriedade e mercadoria.

**Palavras-chave:** político; cidade; ocupação; direito à moradia.





## QUEM FARIA A REVOLUÇÃO? INTERDIÇÃO DISCURSIVA E CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DAS CLASSES DOMINADAS

Rodrigo Oliveira Fonseca (UFSB)

Esta intervenção visa analisar e discutir o papel da interdição discursiva (FONSECA, 2012) no trabalho de deslocamento tendencial do sujeito enunciador quanto aos objetos paradoxais da prática política em uma determinada conjuntura. Tais objetos – povo, liberdade, direito, revolução,... – tendem a ser textualizados em relações móveis de força que podem levar a mudanças bruscas e confusas, e a oposições e alianças instáveis (PÉCHEUX, 2011 [1982], p. 115-116). Partiremos de cartazes revolucionários do século XVIII que interditam, em seus dizeres, o agente da revolução projetada, mediante uma práxis discursiva que explora a ausência do locutor em seu próprio dizer (construção da quarta-pessoa discursiva, cf. INDURSKY, 1997, pp. 78-89). Se as interdições discursivas podem suprimir, recalcar e diluir elementos indesejáveis ou comprometedores do interdiscurso, que fragilizam os processos parafrásticos em suas referências, cabe também considerar o quanto estas interdições estruturam uma repetição na tessitura de uma ordem política particular. Entendemos que essa é uma via fértil para se explorar todo um campo de tensionamentos produtivos – mas muitas vezes negligenciados – entre as práticas enunciativas e as formações discursivas que lhes “fornecem” os sentidos. Enquanto a práxis da ideologia dominante se caracteriza por uma série de mascaramentos da filiação a uma formação discursiva, a práxis das classes dominadas em processo de constituição política passa, em grande medida, pelo tensionamento e perturbação das formações discursivas de origem, trabalhando o seu non sens, seus impossíveis, e interditando os elementos que resultariam em uma captura pela discursividade dominante. No campo dos dizeres, se há captura, há também esquiva; se há filiação ao que já faz sentido, há também militância por sentidos que ainda estão por se constituir. Em 1798, em meio a uma série de apelos em prol de um levante republicano e revolucionário em cartazes espalhados pelas ruas de Salvador, sujeitos oriundos das classes subalternas formularam enunciados como este: "Quer o povo que se faça nesta Cidade e seu termo a sua memorável revolução". Mas, afinal, quem faria a revolução? E, politicamente (e policialmente) mais importante, quem mais deveria se preocupar com isso?

**Palavras-chave:** interdição discursiva; história; quarta-pessoa discursiva; política; deslocamento.

## O EFEITO CORONELISTA NA BAHIA E NO MARANHÃO: UMA ANÁLISE DISCURSIVA

Nadia Pereira Da Silva Gonçalves De Azevedo (UNICAP)

Claudemir dos Santos Silva (UNICAP)

Érika Maria Azevedo Costa (UNICAP)

Na República Velha, o coronelismo foi uma das bases fundamentais de sustentação do domínio oligárquico e um fenômeno com raízes profundas na tradição patriarcal brasileira e no arcaísmo da estrutura agrária do país. A política era controlada e comandada pelos grandes proprietários, autoridades da região, políticos mais influentes, patrões, padrinhos de casamento ou batismo, a quem todos deviam favores e obediência, sujeitos que não hesitavam em usar a força e o poder para conseguirem seus objetivos. Mas, e nos dias atuais? Há um coronelismo político vigente em pleno século XXI? A partir das questões delineadas, o presente trabalho tem como objetivo identificar e analisar, na atualidade, o efeito coronelista na Bahia e no Maranhão, a partir da mídia impressa e online, pela via da memória discursiva. Observamos que a mídia é um lugar interessante para se analisar o funcionamento discursivo dos patriarcas das famílias Magalhães e Sarney, sitiando as principais cidades da Bahia e do Maranhão, respectivamente. Nesse sentido, há possibilidades de identificação, por essa via, das marcas discursivas e de se analisar, ao longo dos anos, se há a perpetuação do efeito coronelista no funcionamento do político. Para tanto, como fundamentação, interessa-nos trabalhar com os pressupostos da Análise do Discurso de linha francesa, fundada por Michel Pêcheux (AD), enquanto ancoragem teórico-metodológica. A mesma teoria de sustentação é também o dispositivo analítico do corpus discursivo, com base na interdiscursividade nas redes de memória discursiva. Dessa forma, analisamos o efeito coronelista em blogs, jornais e revistas impressas e online, considerados como materialidades discursivas sob a perspectiva da AD. Logo, a proposta configura-se em analisar na sociedade e na história a construção das versões/verdades, deixadas como vestígios, marcas discursivas ao longo de toda historicidade, produzindo, então, o efeito coronelista. Com isso, ao longo do trabalho, será possível refletir-se sobre o funcionamento do político na memória discursiva, como regularização de sentidos na/pela linguagem, na qual as condições de produção configuram-se pela busca do poder político e manutenção do status quo desse fenômeno, que, mesmo depois de tantos anos, parece se perpetuar no Brasil.

**Palavras-chave:** coronelismo; mídia; Análise do Discurso (AD); memória discursiva.



## O GIGANTE DAS DIRETAS ESTÁ NA DIREÇÃO CERTA? MEMÓRIA E METÁFORA NO DISCURSO VIRTUAL SOBRE O BRASIL

Gerenice Ribeiro de Oliveira Cortes (UESB)

O estudo tem por objetivo analisar o funcionamento da memória e de efeitos metafóricos em discursos sobre a situação política atual do Brasil, sendo estes inscritos em diversas materialidades significantes da rede virtual, a qual também funciona como uma rede de memórias. O artigo filia-se teoricamente aos aportes teóricos da Análise de Discurso (AD) de filiação pêcheuxiana, além de outras contribuições advindas de estudos das ciências sociais. Para esta análise, o corpus discursivo foi constituído a partir de materialidades digitais sobre o movimento Diretas já, como também de postagens do blog “Direitas já: o Brasil na direção certa”, além de textos relacionados a questões diversas sobre os atuais rumos da situação política e socioeconômica do país, publicados em alguns sites jornalísticos. O movimento conhecido como Diretas já, nos anos 1980, é considerado um acontecimento histórico no Brasil, a maior manifestação pública do anseio popular pela redemocratização do país. A campanha marcou o fim do regime autoritário instaurado no Brasil por meio do Golpe Militar, em 1964. No entanto, após decorridos quase 30 anos, surge o movimento: “Direitas Já: o Brasil na direção certa”. O discurso da Direita política, historicamente, vincula-se aos interesses da dominação e tende a ser favorável às desigualdades sociais, o que pode também ser constatado no blog “Direitas já”, quando este, por exemplo, defende a meritocracia, que imputa a ascensão social como resultado de esforços individuais e não considera a necessidade de mudanças na estrutura social e econômica do país. Notamos, ainda, a despeito da instituição de inúmeras medidas contrárias aos interesses dos trabalhadores, pelo governo brasileiro atual, a construção de uma regularidade discursiva em torno do dito: “O Brasil está na direção certa”, dada a repetibilidade desse dizer em diversos sites jornalísticos. A atualização de um enunciado produz efeitos de memória no discurso, que tanto institui a paráfrase, como também a ressignificação, a polissemia (ORLANDI, 2012). Nessa perspectiva, é possível verificar que a formulação “Direitas já: o Brasil na direção certa” mobiliza a memória do enunciado “Diretas já” na tentativa de negar, apagar os sentidos deste movimento, efetuando um percurso contrário, para legitimar o discurso da Direita. Assim, nosso intuito é compreender o funcionamento dos efeitos metafóricos e os deslizamentos de sentidos produzidos no discurso inscrito no corpus, sendo a internet também considerada como um objeto simbólico e político, um espaço discursivo.

**Palavras-chave:** Movimento Diretas já; discurso da direita no Brasil; memória; efeitos metafóricos; política brasileira atual.

## AS POLÍTICAS MANICOMIAIS COMO PRÁXIS DE SILENCIAMENTO DE SUJEITOS E LUGAR DE TESSITURA DA PARADOXAL RELAÇÃO ENTRE ESQUECIMENTO E RESISTÊNCIA

Ana Boff de Godoy (UFCSPA)

As políticas manicomiais, desde sua fase germinal na Idade Média até suas formas contemporâneas de expressão, sempre tiveram por objetivo o silenciamento de sujeitos encobertos coercitivamente sob o rótulo de loucos, considerados incômodos pela/para a sociedade. Enclausurados e docilizados para serem esquecidos, em nome de uma suposta ordem e assepsia social, tais sujeitos foram sendo apagados – no percurso da história ocidental e das suas histórias individuais - de sua própria condição de sujeito. No entanto, e paradoxalmente, quanto mais esse esquecimento social foi normalizando sentidos, mais a resistência da própria loucura foi se fazendo presente no corpo social. Não é, então, por mera coincidência que vemos se seguir, ao século dos manicômios, o século de eclosão das guerras mundiais e de instauração de insanos regimes totalitários. Não é por mero acaso, também, que à última grande guerra tenha se seguido um movimento de resistência e de enfrentamento às políticas manicomiais. As políticas manicomiais e antimanicomiais, portanto, são parte do tecido social e das relações que o estruturam. O que se pretende, no presente trabalho, é discutir sobre o indissociável entrelaçamento entre esquecimento e resistência que se verifica na práxis manicomial - entendida como forma de dominação política dos sujeitos - em oposição à práxis antimanicomial - entendida como forma de atribuição política aos sujeitos. Para tanto, examinar-se-á o mecanismo discursivo por meio do qual o poder de dominação é exercido sobre os sujeitos e ao qual denominamos delegação discursiva. Ao estudar o percurso histórico-discursivo da política manicomial, observamos que o seu poder é exercido sempre em nome de algo ou alguém, em nome de uma espécie de Entidade superior, por exemplo: o bem-estar e a segurança social, a moral e os bons costumes, a cura do sujeito louco, a ciência, Deus... Em nome dessa Entidade, os representantes da política manicomial (Sujeitos-Opressores), investindo-se da autoridade e do suposto saber que emana da primeira, exercem seu poder sobre os loucos/alienados (Sujeitos-Oprimidos), delegando-se o direito de dominação desses últimos. Os



loucos são, então, apartados da sociedade e relegados a um espaço de esquecimento que lhes confere uma espécie de não-existência, uma vez que são destituídos de seus direitos e de seus desejos. Há algo, no entanto, que insiste em resistir. A presença-ausente desses sujeitos marca o corpo social como uma incômoda ferida que resiste em cicatrizar. Ferida aberta, produzindo sentidos diversos ao longo de séculos, a loucura se inscreve, então, como resistência não-intencional no corpo social, confrontando os sentidos estabelecidos pelo silenciamento e pelo esquecimento que as políticas manicomiais insistem em decretar. A Psiquiatria Democrática da segunda metade do século XX surge como um movimento intencional de resistência às políticas manicomiais, conclamando à luta todos os atores sociais. A resistência, agora, não se resume a algo que escapa, tal qual água represada, e que persiste ainda que negada; a resistência, agora, impõe-se como ferramenta política de garantia do sujeito-de-direito, de garantia de presença do sujeito louco em uma sociedade que insiste em esquecê-lo.

**Palavras-chave:** sujeito; esquecimento; resistência; políticas manicomiais; delegação discursiva.



## PÔSTERES

### Sessão I

#### Eixo I Língua, educação e ensino

##### **MODOS DE PRODUÇÃO DE SENTIDOS NA NOTÍCIA: UMA PROPOSTA DE PROMOÇÃO DA LEITURA NO ENSINO FUNDAMENTAL**

Ana Paula Costa da Silva Santos (UERJ)

Andréa Rodrigues (UERJ)

A leitura e a escrita são apontadas por estudos contemporâneos sobre as práticas de linguagem como instrumento de inserção em práticas sociais. Refutando o ensino de leitura baseado na interpretação homogênea, restrita à apreensão dos significados textuais e à decodificação, o ensino efetivo deve fomentar a leitura como procedimento para a produção de sentidos, no qual os elementos extralinguísticos permitem o processamento do texto. O leitor deve considerar a significação construída por meio da materialidade linguística, construindo, assim, sentidos fundamentados por sua concepção histórico-ideológica. Partimos dos preceitos advindos da Análise do Discurso devido à proposta de associação entre os processos sócio-históricos e à constituição de linguagem, condicionando os sentidos de leitura à situação de produção. Através da análise da interpretação de notícias, da apresentação das relações entre os modos de produção de sentidos nos textos e as suas condições de produção e recepção e da proposta de atividades de interpretação de notícias voltadas para a análise de algumas sequências discursivas e os modos de produção de sentidos nelas inscritos, nosso objetivo é avaliar modos de promover a capacidade leitora de alunos do 9º ano do Ensino Fundamental em uma escola da rede estadual do Rio de Janeiro. Sabemos que o cenário educacional atual exige uma reflexão contínua acerca dos problemas com os quais nos deparamos em sala de aula, buscando, incansavelmente, novas ideias e estratégias para sanar ou, pelo menos, amenizar as dificuldades que impedem nossos alunos de avançarem de modo expressivo no processo de aprendizagem. Nesse sentido, pretendemos, essencialmente, investigar as dificuldades em praticar uma leitura crítica, além da superficialidade textual. Por esse ser um entrave vivido por muitos de professores de língua portuguesa, justifica-se para a intervenção pedagógica a escolha da pesquisa-ação do procedimento metodológico adotado nesse trabalho. Na atividade de pré-elaboração do projeto trabalhamos com uma notícia veiculada pelo Jornal Extra intitulada “Temer rompe costume de Dilma e abre mão de helicóptero”. Observamos que alguns alunos percebem a produção de sentidos construída pelo texto jornalístico. No entanto, ressaltamos uma ingenuidade leitora que torna um empecilho para o questionamento sobre os motivos que levam a notícia a comparar o comportamento dos presidentes a fim de promover o atual. Sendo assim, os alunos limitam-se a reproduzir o discurso veiculado. Desta forma, reiteramos a necessidade do trabalho pedagógico aspirante ao



desenvolvimento de estratégias leitoras a fim de que o aluno perceba as opiniões defendidas no texto jornalístico e, conseqüentemente, questione-as criticamente em vez de reproduzi-las como verdade.

**Palavras-chave:** competência leitora; produção de sentidos; múltiplas leituras.

## **A INCLUSÃO DIGITAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE MATO GROSSO: UMA ABORDAGEM DISCURSIVA**

Ana Paula Moreira dos Santos (UNEMAT)

Pollyana Cunha de Almeida Laurentino (UNEMAT)

A era digital, em especial o advento e popularização da Internet e acesso às redes sociais, aponta que a utilização das tecnologias de informação e comunicação (TICs) tornou-se parte indissociável da sociedade. A Educação não se priva à interpelação e, nesse sentido, tem-se mobilizado. Na rede pública de ensino, a informatização das escolas, a distribuição de notebooks aos professores e de tablets aos alunos, bem como programas desenvolvidos em âmbito nacional, são exemplos da interpelação do poder público, às novas tecnologias, na prática docente. Ao considerarmos que o sujeito é interpelado pela ideologia e que Escola e Estado são aparelhos ideológicos, pretendemos mostrar pela análise de discurso de linha francesa o funcionamento das políticas públicas educacionais do estado do Mato Grosso, em relação à inclusão digital proposta no discurso dos documentos oficiais. Procuramos compreender se o diferente, o novo da variedade tecnológica possibilita a re(significação) das práticas educacionais ou se as relações de poder estabelecidas nestes documentos e programas são um modo de administração da vida do sujeito, pelo Estado. Pela ótica das propostas oficiais, a partir das orientações curriculares do ano de 2012, distribuídas para todas as escolas e debatidas nas formações continuadas dos profissionais da educação básica, incluindo ainda os orientativos pedagógicos enviados às unidades escolares para o ano letivo de 2017, analisaremos os apagamentos ou silenciamentos no uso da tecnologia pelos professores e alunos. Por gestos de interpretação destas materialidades relacionaremos o planejamento e funcionamento das ações pedagógicas e quais os efeitos de sentidos produzidos nos sujeitos envolvidos nestas práticas. O digital muda o quê na Escola?

**Palavras-chave:** Análise do Discurso; tecnologias; políticas públicas educacionais.

## **ENTRE O DESEJO DA UNIDADE E O REAL CONSTITUTIVO: O DISCURSO SOBRE A LÍNGUA NAS/DAS TEORIAS LINGÜÍSTICAS**

Anderson Lins Rodrigues (UFPE)

Mizael Inácio do Nascimento (UFPE)

Partindo do pressuposto de que o discurso da Linguística se constitui como espaço propício para a sedimentação e cristalização de imaginários sobre a língua, na medida em que a representa, legítima e institucionaliza (LAGAZZI-RODRIGUES, 2007), propomos analisar o percurso discursivo sobre as representações de língua, considerando algumas teorias linguísticas, como os estudos situados a partir das reflexões saussurianas, dialógicas e, ainda, da Sociolinguística. Partimos da consideração de que os efeitos de sentidos sobre a língua situam-se a partir de filiações que propõem a relação (por vezes, tensa) entre unidade/diferença. Para tanto, ancoramos na Análise de Discurso (AD) de orientação pecheutiana a fim de discutir como essa disciplina concebe discursivamente/materialmente nosso objeto de estudo. Mobilizamos, de início, a noção de real da língua (GADET e PÊCHEUX, 2004) para problematizar esse objeto afetado pela história para significar, o que nos leva a afirmar que estamos diante de uma perspectiva materialista (lingüístico-histórica). Sendo afetada por esse real, é possível ultrapassar o linguístico e olhar por entre as fissuras dessa materialidade e chegar aos processos constitutivos dos sentidos que dizem a língua - alinhados a um desejo de unicidade e/ou concebendo o real heterogêneo que a constitui ou, ainda, a partir de representações sobrepostas (ORLANDI, 2009). Para tanto, discutimos os efeitos de evidência (ins/es)critos nos discursos tramados e nos sentidos mobilizados sobre/entre língua e representações unitárias/diferentes. Nosso corpus é constituído por sequências discursivas que funcionam no escopo teórico-discursivo da Linguística a partir do estabelecimento dessas representações. Discorreremos sobre conceitos operatórios do arcabouço da AD – Discurso, Interdiscurso, Formação Discursiva, Interpretação, Sujeito, Sentido e Memória -, que serão necessários aos interesses desse trabalho, tomando como referência as reflexões de Pêcheux e seus desdobramentos em território brasileiro.

**Palavras-chave:** língua; representações; unidade/diferença; teorias linguísticas.





## **DISSIMULAÇÃO E INTERDIÇÃO DO POLÍTICO NO PROJETO ESCOLA SEM PARTIDO**

Bruna Maria de Sousa Santos (UFCEG)

Washington Silva de Farias (UFCEG)

A educação tem se constituído, historicamente, como um campo de disputa pelos sentidos sobre o lugar da Escola, do sujeito-aluno e do sujeito-professor no ensino e na formação para a cidadania. Tal disputa se materializa, dentre outras formas históricas, por meio de leis e diretrizes da esfera educacional que incidem diretamente no discurso pedagógico, tensionando posicionamentos políticos e ideológicos e interferindo no modo de institucionalizar a Educação, suas metas e prioridades. No arcabouço de textos dessa natureza, emerge, na conjuntura contemporânea, o Projeto de Lei nº 193/2016, de autoria do senador Magno Malta, que “inclui entre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) o Programa Escola sem Partido (PESP)”. O Projeto, dessa forma, tem como finalidade reorientar os princípios político-pedagógicos da LDB, propondo a neutralidade política, ideológica e religiosa como princípio basilar da educação, por meio de um discurso que produz, ele mesmo, um efeito de neutralidade. Partindo do pressuposto pecheuxtiano de que não há discurso fora da ideologia e que esta opera de modo a dissimular sua atuação sob a forma de efeitos de evidência, esfumando, assim, a historicidade dos sujeitos e dos sentidos, concebemos a aparente neutralidade do discurso do PESP enquanto efeito ideológico que oculta uma posição política e, portanto, não neutra. A partir dessa hipótese, analisamos, neste trabalho, o processo de produção desse efeito no interior do discurso em questão, tomando como referencial teórico a Análise do Discurso francesa. Como corpus analítico, utilizamos dois recortes em contraste: o Artigo 2º do Projeto de Lei Escola sem Partido e o Artigo 3º da LDB, a partir dos quais se pode observar uma relação polêmica no que se refere aos princípios da educação nacional. Os procedimentos de análise contemplaram a observação dos movimentos de sentido que caracterizam o confronto dos dois recortes e, portanto, entre o discurso do PESP e o discurso da LDB. Nesse movimento, orientados pelas proposições teóricas de Pêcheux ([1975] 2014) sobre discurso e ideologia e de Orlandi (1993) sobre as relações entre linguagem, silêncio e política, observamos efeitos de apagamento e ressignificação que caracterizam esse confronto. A análise demonstrou que o efeito de neutralidade do discurso do PESP se constitui a partir de dois funcionamentos, dentre outros possíveis, a saber: a dissimulação do político e a interdição do político na tentativa de controle dos sentidos sobre a educação.

**Palavras-chave:** discurso; ideologia; política do silêncio; Escola Sem Partido.

## **NARRADOR OBSERVADOR: A VOZ ESQUECIDA? UM LUGAR-COMUM ENTRE MENTE, CULTURA E LÍNGUA**

Elizângela Fernandes dos Santos (UFPE)

Norteados pelos efeitos da cultura (BRUNER, 1997a; 1997b, 2001) sob a língua; da história do sujeito (PÊCHEUX, 2004; ORLANDI, 2012) e dos efeitos de cada um destes na/para a constituição da linguagem; este texto pretende analisar como "conjuntos de dizeres já ditos e esquecidos determinam o que dizemos" (Orlandi, p. 59, 2012). Logo, este trabalho se interessa pelo(s) o(s) modo(s) como um sujeito, no caso, um estudante do 7º ano do ensino fundamental de uma escola de referência na região metropolitana do Recife, convida e inscreve as interpretações da leitura da pintura intitulada Futebol em Brodóski (1935), de Cândido Portinari. Isto é, como o sujeito, na condição enunciativa de narrador-observador, articula-se, constitui-se e se esquece na/através da língua durante a produção de um texto de tipologia narrativa. Um esclarecimento necessário, é que não iremos nos ater na classificação do gênero desta tipologia, tendo em vista que o conceito que a mesma adquire neste texto, retoma a composição clássica: personagens, evento narrado, noções de tempo e tipos de narradores, porém, não a didatização e interpretação da mesma. Assim, o que está posto em questão, será a "fotografia" pelas lentes da teoria da Análise do discurso pecheuxtiana, especialmente, através das reflexões de Orlandi (1993; 2007; 2009; 2012), sobre o(s) modo(s) como a cultura organiza e modela o conjunto de práticas de leitura e escrita e, conseqüentemente, revisitar o conceito de língua a partir do funcionamento de certos discursos. Faz-se importante destacar que há uma tentativa de conceituar as implicações do narrador-observador, como lugar-comum entre o simbólico, o histórico-social e o linguístico, ou seja, entre "redes de significantes, filiações históricas, língua" (Orlandi, p. 61, 2012), portanto, as diferentes categorias linguísticas utilizadas e solicitadas durante a análise da produção textual, em questão, tentam deslocar o olhar do dito para o não dito. Tais categorias (adjetivos, advérbios, pronomes e tempos verbais) se esvaziam do conceito linear de comunicação e convidam a historicidade para questionar, demarcar e relacionar os conceitos de língua, cultura e mente na produção de certos discursos.

**Palavras-chave:** mente; cultura; língua.



## **O POLÍTICO NA LÍNGUA E A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA BRASILEIRA COMO POSSIBILIDADES DE PRÁTICAS DE ENSINO**

Giselda Corrêa Dorilêo (IFMT)

O trabalho “Uma Prática de Ensino de Leitura no Entremeio: o Sistema de Representação Político Brasileiro” apresentou uma proposta de intervenção didático-pedagógica ancorada na perspectiva da Análise do Discurso, de Michel Pêcheux, na França, e Eni Orlandi, no Brasil. Visou construir caminhos possíveis para a ressignificação das práticas de leitura, oralidade e escrita de textos, com o objetivo de proporcionar aos alunos do Ensino Fundamental da Rede Pública Estadual de Ensino de Mato Grosso uma prática de autoria sobre o sistema de representação político brasileiro, sendo a autoria uma das várias funções passíveis de serem assumidas pelo sujeito em uma dada conjuntura. Seguimos por um percurso reflexivo para compreender as condições de produção de leitura na escola e também na busca de uma possível mudança na nossa prática didático-pedagógica, principalmente refletindo sobre a posição do professor, que ainda constitui-se afetada pelo discurso autoritário (ORLANDI, 2009) e o reproduz em sua prática profissional nos gestos de leituras e interpretação, controlando os sentidos possíveis do texto, diminuindo assim, os gestos de interpretação e a produção dos sentidos por parte do aluno. Na possibilidade de passagem de uma posição de sujeito-aluno para a posição de sujeito-autor, consideramos importante estabelecer uma relação entre o sujeito-aluno e a oralidade, dentro e fora da escola, porque isso repercute socialmente em sua prática de cidadania, visto que falar sobre politicamente sobre a política não é um privilégio, mas sim uma questão de necessidade, ou até mesmo de poder – em que o aluno terá acesso a posição de autor. Nas análises que realizamos mostramos as possibilidades de o sujeito significar e significar-se ao produzir sentidos e interpretá-los, principalmente através do questionamento/posicionamento diante das questões políticas do país, pois muitas vezes os sentidos que circulam no espaço escolar já estão naturalizados e/ou silenciados, o que interdita os alunos a questionarem o que se apresenta como já legitimado pela instituição escolar. A partir dessa compreensão/apropriação do conhecimento sobre o sistema de representação político brasileiro, os alunos posicionaram-se por meio da oralidade materializando em vídeos, através de vlogs, seu gesto de leitura sobre a importância do voto diante de escolhas políticas. Dessa forma, demonstraram como compreenderam a importância do seu posicionamento político na sociedade.

**Palavras-chave:** leitura; autoria; discurso.

## **A HETEROGENEIDADE CONSTITUTIVA NA IDENTIDADE DO SUJEITO-PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA: RESSONÂNCIAS SOBRE O MODO DE DIZER E LUGARES DISCURSIVOS**

Marcia Iolanda de Souza de Oliveira (IFRO)

Falando da perspectiva teórica da Escola Francesa da Análise de Discurso, nosso estudo trabalha a temática de construção da heterogeneidade constitutiva de sujeitos-professores de língua inglesa. Analisamos discursividades produzidas em relatos empíricos de experiência profissional e pessoal, partindo de vivências experimentadas em contextos, supostamente diferentes, a considerar: um (01) professor de língua inglesa de uma escola de idiomas; um (01) professor de uma escola da rede particular e regular de ensino; um (01) professor da rede municipal, e um (01) professor da rede estadual. Todos com experiência de no mínimo três (03) anos de ensino. Buscamos, sobre esses relatos, demonstrar sobre os modos de dizer a presença da ressonância de dizeres já-ditos por meio de processos parafrásticos. A partir desses dizeres seguimos um viés discursivo apontando as posições que esses sujeitos-professores ocupam em seus discursos. Mostramos também como o sujeito da linguagem produz sentidos significando a si através da discursividade que o constitui. Organizamos este trabalho em três importantes eixos, a saber: memória discursiva, formação discursiva e formação imaginária. As abordagens, a partir desses eixos, permearam os conceitos de sentido e de pré-construído dados em Pêcheux (1995), de exterioridade, de ideologia, de silêncio e de incompletude, dados em Orlandi (1983; 1988; 1996; 1997; 1999); de formas de heterogeneidade (constitutiva e representada) dadas em Authier-Revuz (1990; 1998); de ressonâncias parafrásticas dadas em Serrani (1991; 1997), e de lugar discursivo em Grigoletto (2005). Os conceitos desenvolvidos, a partir desses autores, nos levaram à compreensão dos elementos estruturantes na heterogeneidade constitutiva da identidade dos sujeitos-professores, construída a partir do atravessamento de dizeres alojados na memória discursiva e determinados pelas formações discursivas nas quais esses sujeitos estão inscritos, dizeres estes historicizados e determinados pela ideologia, que levaram os sujeitos a ocupar um lugar no discurso. Assim, chegamos à construção do saber de que, embora os sujeitos desta pesquisa sejam todos sujeitos-professores de língua inglesa, a heterogeneidade que emerge em suas



discursividades também remete a traços singulares, porque no modo como enunciam, há uma significação de si, e do outro (a escola, o aluno, a língua), que ressoa diferentemente.

**Palavras-chave:** Análise de Discurso; heterogeneidade; identidade; sujeito; discursividade.

## **INCLUSÃO DIGITAL: OS EFEITOS DE SENTIDO EM LIVROS DIDÁTICOS DE LÍNGUA PORTUGUESA**

Maristela Cury Sarian (UNEMAT)

Este trabalho busca compreender, pelos fios do discurso do governo federal, os sentidos constituídos sobre a inserção das novas tecnologias digitais nas escolas públicas brasileiras a partir do Programa Nacional de Tecnologia Educacional – ProInfo e seus efeitos nas práticas de ensino de língua portuguesa. Para tanto, nosso olhar, neste trabalho, direcionou-se para as políticas de língua que estão em circulação nas escolas públicas, a partir de recortes extraídos de dois livros didáticos de língua portuguesa, destinados a alunos do 3º ano do Ensino Médio, ambos produzidos para serem utilizados por três anos consecutivos (2012 – 2014). Teoricamente, este estudo filia-se à Análise de Discurso de linha materialista em articulação com a História das Ideias Linguísticas (HIL). O funcionamento discursivo do jogo político-econômico revelou, a partir de nossas análises, que as políticas de inclusão de tecnologias nas escolas trabalham com a ilusão de igualdade entre sujeitos, quer seja pela inclusão digital, quer seja pela inclusão social. O ProInfo, inicialmente denominado de Programa Nacional de Informática na Educação, foi implementado como política pública governamental, lançado pela Portaria nº 522, de 9 de abril de 1997 pelo então Ministro da Educação e do Desporto, Paulo Renato de Souza. Esse Programa estava sustentado em estudos que se voltavam para a inserção da informática no processo educacional, buscando, dessa forma, promover o uso pedagógico das tecnologias nas escolas públicas. Destacamos que, Pensar as novas tecnologias na Escola, em especial, a partir do Programa Nacional de Tecnologia Digital (2007), como uma política pública que visa à inclusão digital e à melhoria da qualidade de ensino, implica uma reflexão sobre políticas de língua que circulam nesse programa. O estudo sobre essas políticas acerca das tecnologias no espaço escolar, especialmente nas aulas de Língua Portuguesa, envolve processos de linguagem que não são neutros, pois são historicamente determinados e neles se inscrevem relações políticas e ideológicas.

**Palavras-chave:** Análise de Discurso; políticas públicas; Novas Tecnologias de Informação e Comunicação; escola.

## **LÍNGUA (DES)COLONIZADA OU LÍNGUA COLONIZADORA?**

Patrícia Helena Nero (USP)

Por muitos anos a língua inglesa se faz presente como língua de prestígio. Sua expansão no século XXI e, sobretudo, sua entrada em vários canais midiáticos nos últimos anos chamam a atenção de vários estudiosos em pesquisas que procuram discutir as implicações políticas e sociais da transparência linguística cujos objetivos principais são facilitar a globalização e oferecer melhores oportunidades para a sociedade global. Porém, como pesquisadores em AD, não podemos ignorar o fato de que onde quer que haja qualquer elemento discursivo, há historicidade e sentidos silenciosamente escondidos em meio ao óbvio (PÊCHEUX, 1975 e 1983). Observando tais considerações, temos como objetivo analisar as representações que emergem no discurso (verbal e não verbal) nos sites das editoras Pearson e Cengage para divulgação de seus materiais didáticos e plataformas de ensino para aprendizagem de inglês. Em nossa pesquisa, ambas editoras inglesa e norte-americana parecem apresentar nas suas páginas virtuais resquícios linguísticos presentes em uma historicidade que evoca seu passado colonial de nação dominadora (PHILLIPSON, 1992 e 2000). Voltando-nos aos anos coloniais e pós-coloniais, seguindo a expansão do inglês como língua dominante, analisamos a historicidade verbal e não verbal nos discursos dessas editoras. Sustentados pela teoria pecheutiana (PÊCHEUX, [1983] 2012, p. 43) que aponta para sentidos “estranhos à univocidade lógica”, além de sua transparência aparente, e valendo-nos de contribuições de Courtine (1981e 2008) e Lagazzi (2010 e 2011) quanto aos efeitos de sentido que emergem no discurso não verbal, suspeitamos que nosso recorte discursivo ainda promove políticas colonizantes (PENNYCOOK, 1998) enquanto divulga o inglês como língua globalizada e de prestígio neste século. Estudos de Heller reforçam nossa suspeita que “entre as últimas críticas sobre a globalização estão aquelas sobre o uso do inglês por corporações britânicas e norte-americanas com o intuito de expandir mercados e criar consumidores” (2010, p. 105). Em outras palavras, por meio da aprendizagem da língua e



sob o pretexto da ajuda humanitária a povos à margem, os sites da Pearson e da Cengage Learning induzem seus visitantes virtuais a acreditar que são elas as empresas capazes de ajudar as nações “in need” para promover melhores perspectivas econômicas. Na verdade, parecem insistir sub-repticiamente em manter o status quo político-economicamente determinado pelas ideologias soberanas.

**Palavras-chave:** inglês como língua estrangeira; língua inglesa; Linguística Aplicada; Análise do Discurso; novas tecnologias.

## AS IDENTIFICAÇÕES DO SUJEITO ENTRE-LÍNGUAS

Tatiana Gritti (UFFS)

Esta pesquisa analisa a constituição identitária do sujeito entre línguas. O aporte teórico utilizado é o da Análise de Discurso (AD) de linha francesa, problematizando a relação língua, sujeito, identidade/identificação, memória discursiva, ser-estar-entre-línguas. Com uma perspectiva interpretativista, o corpus de análise foi constituído a partir de entrevistas semiestruturadas realizadas com estudantes, descendentes de imigrantes italianos e alemães, do curso de Letras Português e Espanhol da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus Chapecó. Por meio dessas entrevistas, foram selecionados recortes discursivos a partir dos quais foi possível analisar como a relação entre-línguas interpela os sujeitos a assumir lugares. Entendemos que fazer parte de um grupo social é parte de um processo de pertencimento do sujeito que, na medida em que se identifica, se sente aceito por este grupo. Para Hall (2006), todos nós temos um sentimento de identidade que está ligado à noção de “pertencimento”, de fazer parte de grupo étnico, linguístico, religioso e, principalmente, nacional. Considerando que a noção de identidade toma a língua como elemento de constituição do sujeito, entendemos que a relação entre-línguas evidencia um sentimento contraditório de estar aqui e lá e de não pertencer nem aqui nem lá. Essa posição in-between (CORACINI, 2011, p. 157) gera tensão, pois enquanto marca a origem do indivíduo “também separa, des-loca, no sentido de tirar do lugar, deixar sem chão, sem pátria, nômade, sem identidade, no meio do caminho, sempre em trânsito: nem cá nem lá” (CORACINI, 2011, p. 149). Assim, nosso gesto interpretativo aponta que essas narrativas revelam cicatrizes que marcam uma tentativa de interdição visando a aceitação pelos grupos sociais aos quais esses estudantes estão ligados. Os traços identificatórios, por nós interpretados, apontam para um sujeito híbrido, envolto pelas diferentes línguas e culturas que o cercam. Dessa forma, estar entre-línguas é estar entre-culturas. É nesse movimento cultural conflituoso que o sujeito se constitui e se estabelece, mas também se apaga. Trabalhar esse sentimento conflitante passa pela aceitação, consiste em compreender o outro e entender que estamos todos entre-línguas.

**Palavras-chave:** língua; identidade; memória discursiva; ser-estar-entre-línguas.



## Eixo II Mídia e espaço virtual

### A REPETIBILIDADE NO PROCESSO DISCURSIVO DAS PUBLICAÇÕES DA MÍDIA INSTITUCIONAL SOBRE A REFORMA DO ENSINO MÉDIO

Aline Reinhardt da Silveira (UCPel)

O governo de Michel Temer se instalou na presidência brasileira de forma ruidosa e controversa em 2016, e vem sendo marcado – a parte de investigações, escândalos e crises – pela proposição de diferentes reformas políticas. Diante desse cenário, e considerando nossa filiação à Análise de Discurso pecheuxiana, interessamos saber como funciona discursivamente o aparato noticioso estatal a respeito de uma reforma específica: a do Ensino Médio (temática de nossa dissertação de mestrado em andamento). Com esse intuito, analisamos o conjunto de matérias publicadas pela Assessoria de Comunicação do Ministério da Educação sobre a reforma no período que antecede a promulgação da Medida Provisória que institui a mudança. A partir da análise, compreendemos estar diante de um processo discursivo que instaura um regime de repetibilidade (INDURSKY, 2013, 2015), o qual se baseia na repetição de argumentos distribuídos espaço-temporalmente





na mídia institucional, promovendo o silenciamento de sentidos diferentes daqueles suportados pela formação discursiva dominante. A repetibilidade de argumentos apresenta “uma posição como se fosse a única posição” (INDURSKY, 2015, p.15). Esse procedimento argumentativo produz um efeito de verdade, e, ao mesmo tempo, de silenciamento do diferente, instaurando o efeito de consenso no corpo social. O desenvolvimento do dispositivo de análise perpassa a construção de um quadro que agrupa os conjuntos de argumentos repetidos ao longo das matérias, bem como as formulações que se relacionam com esses argumentos (dados, exemplos, frases de efeito etc.). Agrupamos os argumentos em torno de três tópicos: urgência, eficiência administrativa e ensino igual para todos. Esses três pontos de fala dos representantes do Ministério, explorados nas matérias que compõem o arquivo da pesquisa, repetem, ao longo dos meses que antecedem a promulgação da Medida Provisória, os mesmos argumentos de forma a criar uma câmara de eco em torno do assunto “reforma do ensino médio”, a qual ensurdece e silencia qualquer ruído vindo do exterior (qualquer saber que venha de outra FD, que não esteja autorizado no conjunto de saberes permitidos pela formação discursiva dominante).

**Palavras-chave:** Análise de Discurso; regime de repetibilidade; efeito de verdade; mídia institucional; reforma do ensino médio.

## **PRODUÇÃO DE SENTIDOS POR PARÁFRASE E POLISSEMIA NA FANPAGE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL**

Ana Elisa Bobrzyk (UFSM)

Rejane Beatriz Fiepke (UFSM)

Este estudo tem por objetivo analisar os efeitos de sentido oriundos da produção de paráfrase e polissemia nas condições de produção da linguagem jornalística. O corpus é formado por postagens - em linguagem escrita e audiovisual - sobre as inscrições para o Enem 2017, publicadas entre 10 e 19 de maio de 2017, realizadas na fanpage oficial, da rede social Facebook, da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), em que há ocorrências desses efeitos. O dispositivo teórico-analítico se dá por meio da Análise de Discurso Francesa, que tem Pêcheux como precursor, e mobiliza as categorias de paráfrase e polissemia, compreendidas como elementos de produção de sentidos. Esses efeitos se dão em decorrência do “cruzamento da língua com a história” (Orlandi, 1988), o que permite ao sujeito compreender que há outros sentidos se atravessando no discurso. Destacamos que este discurso se legitima, e que esta ruptura ocorre na rede social, de acordo com o que afirma Dias (2007) sobre os modos de produção do discurso na materialidade digital, em que a Internet, mais especificamente as redes sociais, se constituem por meio de uma linguagem própria, ou seja, “cria um paradigma outro para pensarmos a língua no que diz respeito ao seu movimento histórico, social, cultural”. Segundo Dias, o histórico está relacionado ao surgimento e expansão da Internet, enquanto o social se deve ao movimento que desencadeia a cibercultura, “ligada às tribos e suas linguagens específicas”. Para a compreensão desses sentidos outros produzidos nessas redes, mobilizamos também a Teoria da Informação, apresentada por Martino (2014), que afirma que “os meios digitais audiovisuais trabalham com uma percepção diferente da leitura e a mensagem tende a ser reconstruída para ser enquadrada”. Percebemos que a rede social acaba causando uma ruptura significativa quando se trata de discurso jornalístico padrão, porém realiza da mesma maneira a função da informação, ou seja, mantém-se imbuída de seu caráter oficial com os privilégios do discurso institucional e da verdade/credibilidade jornalística. A partir do estudo realizado, podemos observar também que a paráfrase e polissemia produzidas pelo discurso desta Fanpage, enquanto materialidade digital, apenas produzem sentidos, e alcançam os efeitos desejados, em virtude da existência de uma memória discursiva, ou interdiscurso, que permite uma ressignificação das linguagens que se atravessam.

**Palavras-chave:** paráfrase; polissemia; materialidade digital.

## **SILENCIAMENTO E CONTRADIÇÃO NO DISCURSO DAS EMPRESAS DE COSMÉTICOS PARA CABELOS CACHEADOS E CRESPOS**

Cibely Eugênia da Silva (UNINASSAU)

Cabelos do tipo cacheados e crespos há muito vêm sendo colocados às margens do padrão estético-corporal socialmente estabelecido. Atualmente, as redes sociais vêm disseminando o “empoderamento” do cabelo natural, um movimento tão forte quanto o movimento Black Power foi na década de 1970, e que está



contribuindo para que os cabelos cacheados e crespos ganhem espaço novamente na sociedade. Ademais, se o Black Power não conseguiu se manter tão forte até os dias atuais, o “empoderamento” dos cabelos naturais encontrou, nas redes sociais, o apoio necessário para se firmar entre os mais jovens. A partir da rejeição desse público específico em utilizar produtos com componentes alisantes nas fórmulas e começar a fazer o movimento de retorno às origens naturais dos cabelos, as empresas de cosméticos começaram a lançar produtos voltados especificamente para cabelos cacheados e crespos a fim de atender esse mercado que vem aumentando consideravelmente. Desta forma, a materialidade deste trabalho será composta por quatro sequências discursivas selecionadas a partir dos discursos presentes nos rótulos das embalagens de produtos de cosméticos para cabelos cacheados e crespos das empresas Lola Cosmetics e SalonLine, ambas nacionais, para analisar o Silenciamento e a Contradição por trás dos discursos de aceitação do cabelo natural, ou seja, sem nenhuma química modificadora para alisamentos, propagado por estas empresas através das estratégias de marketing e merchandising dos produtos lançados para este público-alvo. Para analisar as interpretações que possam surgir a partir dos sentidos produzidos dentro da proposta da aceitação do cabelo natural e em como esses sujeitos são interpelados por essa ideologia, é necessário apreender as Condições de Produção (CP) no sentido amplo (o contexto sócio-histórico, ideológico) e no sentido estrito (contexto imediato) que permitem que esses discursos circulem e se mantenham dentro da sociedade e qual(is) a(s) consequência(s) disso para os sujeitos envolvidos nessas situações. Por Condições de Produção, Orlandi (2015, p.28) considera que “Elas compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação”. Então, será feita uma abordagem de alguns momentos históricos onde é possível perceber que os discursos que envolvem os cabelos naturais se propagaram, com reivindicações de movimentos sociais, e se modificaram de acordo com as CP da sociedade. Além das categorias citadas, também entrarão no corpo do trabalho as categorias de Formação discursiva e ideológica, seguindo a Análise do Discurso de linha francesa. A hipótese levantada é que o discurso das empresas de cosméticos, materializado através dos rótulos das embalagens dos produtos para cabelos cacheados e crespos, reflete um discurso da ideologia dominante que influencia diretamente nas mudanças das posições ideológicas dos sujeitos envolvidos no processo de aceitação do cabelo natural.

**Palavras-chave:** cabelos cacheados e crespos; aceitação; “empoderamento” silenciamento; contradição.

## **DAS REDAÇÕES AO MERCADO EDITORIAL: O DISCURSO DOS MANUAIS DE IMPRENSA**

Giuliano Martins Porto de Souza (UFAL)

Este é trabalho de pesquisa está sendo desenvolvido, em nível de mestrado, no Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística (PPGLL) da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Alagoas (PPGLL/Ufal) e vem analisando as relações de poder implícitas nos editoriais dos manuais de redação e estilo (também chamados de manuais de imprensa) de três dos jornais impressos considerados de maior circulação do Brasil, quais sejam: Folha de S. Paulo, O Globo e O Estado de S. Paulo. Ao sugerir a forma de como o seu corpo de profissionais, os jornalistas (e também o público em geral, leitor ou não destes jornais), deve escrever, normatizando a escrita, tais veículos de comunicação dão pistas de como essa prática se torna (de)limitadora da principal atividade jornalística: a produção de textos, notas, notícias e reportagens em geral; além de conduzirem a leitura de quem consome os referidos jornais. Vimos questionando, ainda, se tais “sugestões” não representariam cerceamento da atividade do jornalista. Neste percurso de investigação e análise, tomamos como base os fundamentos teórico-metodológicos da Análise do Discurso de filiação francesa fundada por Michel Pêcheux, da década de 1960, estabelecendo uma interlocução com teóricos que discutem a ideologia nos processos de significação, a exemplo de Belmira Rita da Costa Magalhães, Eni Puccinelli Orlandi, George Lukács, Helson Flávio da Silva Sobrinho, Maria Virgínia Borges Amaral, Maria do Socorro Aguiar de Oliveira Cavalcante e Sóstenes Ericson Vicente da Silva. A perspectiva teórica da Análise do Discurso tem apontado pistas para a constatação de que os manuais de redação e estilo, uma vez lançados no mercado editorial, constituem-se em ferramentas de difusão e manutenção da ideologia da classe dominante. Seus discursos apresentam determinadas posições políticas e ideológicas fundadas no capitalismo e produzem sentidos pelo que dizem e silenciam.

**Palavras-chave:** discurso; jornalismo; manuais de imprensa.



## **DEMOCRACIA DIGITAL E A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NAS ENQUETES DO SENADO FEDERAL: A HIGIENIZAÇÃO DO DISCURSO E O SILENCIAMENTO DA OPINIÃO PÚBLICA**

Josiene de Melo Silva (UFPE)

No campo das Políticas Institucionais muito tem-se falado sobre democracia, inclusão social e participação popular. Essa agenda inclusiva é carro-chefe dos programas de governo e marcam a expressão política das bancadas legislativas e do governo executivo do Brasil. Esses modelos de gerência governamental vêm experimentando significativas alterações devido à presença das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) que, por sua vez, ocupam espaço de grande importância para o agenciamento das Políticas Públicas. Nesse sentido, a interface digital, além de oferecer novos modos de interação, altera a produção de sentidos, as relações sociais e, de certo modo, o formato de democracia e inclusão experienciado pelas sociedades atuais. Considerando esse paradigma tecnológico, espera-se que as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) operem para fins de aproximação entre o civil e o institucional alargando as fronteiras das discussões e decisões das demandas políticas, encurtando, dessa forma, a distância entre representantes e aqueles por eles representados. Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo investigar, pelo viés da linguagem e do discurso, como se dá a participação popular nas enquetes do Senado Federal, o funcionamento discursivo da Democracia Digital (e-democracy) e seus desdobramentos na dimensão do ciberespaço e na sociedade. Interessa-nos, ainda, pensar e interrogar até que ponto no espaço eletrônico opinar, deliberar e votar, expressam, em termos práticos e reais, inclusão e democracia. Tencionamos, com isso, observar as formas de silenciamento que agenciam a opinião pública e as decisões legislativas no cruzamento das materialidades políticas e digitais. Desse modo orientados, propomos a análise e interpretação das Consultas Públicas (enquetes) do Senado Federal, especificamente aquelas que tratam da Reforma do Ensino Médio e do Projeto de Lei (PLS 193/2016), Programa Escola sem Partido, a fim de examinar como essa forma convocatória de participação social nas decisões políticas constrói os sentidos de democracia e decisão coletiva, ao mesmo tempo que silencia as vozes da opinião pública. Para ampararmos nosso gesto de leitura, tomamos como condução teórica o trabalho desenvolvido por Michel Pêcheux (2014 [1969], 2014 [1975], 2015 [1983], 2014), principal expoente da Análise de Discurso Materialista, tomando suas abordagens teóricas a respeito de temas como discurso, sujeito, ideologia e política. Além dessa abordagem no campo do discurso, para pensarmos o papel das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e sua circulação no espaço das Políticas Públicas, buscaremos em Takahashi (2000), Castells e Cardoso (2005), Silveira (2010), Penteado e Santos (2015), a leitura do panorama e dos desdobramentos desse campo de estudo para fins de fundamentação teórica e análise de dados. De posse dessa proposta, acreditamos que o trabalho empreendido e aqui demonstrado contribuirá para o campo dos estudos que se propõe pensar o político e sua conexão com a tecnologia.

**Palavras-chave:** democracia digital; TIC; Senado Federal; enquetes; silenciamento.

## **OS MOVIMENTOS DA (IN)JUSTIÇA EM DERIVAS IMAGÉTICAS**

Liliane Souza dos Anjos (UNICAMP)

De “acidente pavoroso” à “maior matança em presídios desde Carandiru”, muitas foram as soluções encontradas (e midiáticas) para significar a chacina do Complexo Penitenciário Anísio Jobim em Manaus (Compaj), janeiro de 2017. Ao atualizar a memória e os discursos de/sobre o sistema penitenciário brasileiro, a chacina e os diferentes gestos de interpretação em torno dela apontam, a partir de discursos estabelecidos em relações de deriva e deslizamento, para as possibilidades de discursivização da sociedade em seus modos de entrelaçar os sujeitos no social. Ocorre que, em dados momentos, as relações sociais são postas em xeque e os sujeitos são capazes de gestos em alternativa à estabilidade inequívoca da sociedade, ainda que essa seja representada por um antagonismo que lhe é estruturante. E na textualização desses movimentos de sentidos/sujeitos, a mídia tem papel crucial. Pelo dispositivo teórico da Análise de Discurso, procuro pensar, pelas possibilidades de abertura do simbólico, o processo de paráfrase, polissemia e deslizamento e, assim, questionar os efeitos de sentidos em duas composições visuais: uma oriunda de reportagem sobre o tema e outra proveniente de filmagem feita pelos presidiários do Compaj. A primeira, considero uma cena prototípica, noção de S. Lagazzi, por tratar-se de uma cena domesticadora da interpretação, exemplar que concentra o já-visto; a segunda, um recorte significativa da filmagem feita pelos presidiários comemorando a rebelião. Busco, na tensão entre paráfrase e polissemia, entre o mesmo e o diferente, compreender as relações significativas entre elementos de ambos os materiais, pensando em possíveis pontos de deriva nas imagens que são potentes em seu deslocamento na cadeia significante. Nas análises das composições visuais, invisto no trabalho com a equivocidade na



imagem pela noção de metaforizações metonímicas de S. Lagazzi. No deslizamento dos sentidos da primeira para a segunda cena, os sentidos de presidiário passam de objeto da notícia para o produtor da informação, formulador do dito. Mexe-se na repetição do discurso, movimento que aponta para a deriva de sentidos que, por sua vez, evoca a noção de efeito metafórico desenvolvida por M. Pêcheux. Deslizamentos de sentidos que, na materialidade em questão, tem consequências radicais, produzindo o que denomino deriva imagética. Ao articular os pontos de derivas possíveis nas imagens, posso observar o trabalho da contradição no social e do político na divisão dos sentidos e dos sujeitos. Divisão que é condição de existência da ideologia, não idêntica a si mesma, sendo ela esse espaço de reprodução/ transformação e de conflitos que, em seus processos de significação, não afeta a todos da mesma maneira. A partir de suas posições na história, esses sujeitos segregados socialmente terão acesso a determinadas possibilidades de sentidos, enquanto que jamais conhecerão outros. Sentidos que deslizam para tornar possível uma comemoração ao lado da pilha de corpos mutilados. Sentidos que fazem a máxima “bandido bom é bandido morto” circular dentro e fora do presídio, que irrompem para além das grades, produzindo efeitos de (in)justiça falseados em um sentimento legítimo e original dos sujeitos, seja na posição de “presos” ou “livres”.

**Palavras-chave:** paráfrase; deslizamento; imagem; equívoco.

## **IMPEACHMENT OU GOLPE? A DISPUTA PELA DESIGNAÇÃO EM JORNAIS E NAS REDES SOCIAIS**

Marilane Mendes Cascaes da Rosa (UFRGS)

Este trabalho se inscreve no campo teórico da Análise do Discurso Francesa (AD), fundada por Michel Pêcheux. Ele objetiva analisar a disputa pelos efeitos de sentido nas designações que surgiram a partir do afastamento de Dilma Rousseff da Presidência da República, em 2016. Desta forma, mobilizando as noções de ideologia, formação discursiva, memória e sujeito, selecionamos alguns textos de jornais on-line, mais precisamente, editoriais, além de memes veiculados em redes sociais, retirados da plataforma do Facebook da Dilma Bolada e da Folha Vitória. Desses textos escolhidos, recortamos algumas sequências discursivas (SD) que apresentavam as designações “impeachment” e “golpe” e que formaram nosso corpus discursivo. Nessas materialidades discursivas, analisamos a disputa pelos efeitos de sentido das designações e percebemos a evocação de sentidos antagônicos, com base em determinadas condições de produção, ou seja, a partir da formação discursiva em que os sujeitos dos discursos se inscrevem e em que os sentidos são determinados e a memória discursiva ressoa em relação a cada posicionamento. Assim sendo, pudemos observar que os jornais on-line O Globo e o Estadão assumem uma mesma posição, acionando a designação “impeachment” diante de um crime, e Carta Capital, uma posição contrária, visivelmente oposta, acionando a de “golpe”, por uma armação política. A mesma forma de disputa ocorre com a formulação/circulação de memes nas redes sociais analisadas. Importante, mencionarmos, no entanto, que nos memes a designação ocorre pela relação que se estabelece entre a materialidade verbal e a não verbal, ganhando destaque a imagem, que reverbera por meio da memória. Assim sendo, percebemos nessa materialidade discursiva uma forma diferente de (re)significar as designações “impeachment” e “golpe”. Da mesma maneira que com os editoriais, os memes, também, evocam efeitos de sentido conforme as posições ideológicas das formações discursivas onde se inserem.

**Palavras-chave:** golpe; impeachment; formação discursiva; memória; efeitos de sentido.

## **A APROPRIAÇÃO DA FIGURA DE FRIDA KAHLO EM REDES SOCIAIS: DIZERES SOBRE O HERÓI EM CAMPANHAS E MANIFESTOS NA REDE**

Marina Maria da Glória Gomes (UFPE)

Observando os principais personagens da literatura ou da história, podemos perceber que esses universos estão povoados por heróis que tornaram-se memoráveis graças à identificação coletiva. Pensando na figura heróica, chama-nos atenção, em especial, o caso de Frida Kahlo, a pintora mexicana que viveu uma série de sofrimentos e superações, tornando-se uma das artistas mais conhecidas do mundo. Iniciamos uma investigação cujo intuito foi observar como - em discursos contemporâneos - tem circulado a figura de Frida Kahlo e como se dá a apropriação da sua imagem na defesa de causas político-sociais de ordem diversa, com ênfase para as lutas em relação aos direitos da mulher. Buscamos para composição do corpus, blogs que veiculavam publicações sobre a artista; essa materialidade nos interessou por se tratar de recortes de





impressões pessoais do blogueiro sobre a artista - sem ligação com jornais. Ao chegarmos ao corpus do projeto, se faz necessário uma sucinta discussão sobre o atravessamento ideológico e os processos de (des)identificação. A partir das leituras de C.Haroche; P. Henry; Michel Pêcheux (1971, p.102), compreendemos que ao ser interpelado como sujeito ideológico, o indivíduo está determinado a ocupar uma forma-sujeito que se dá a partir de sua experiência e lugar social exercido. No entanto, esse processo se dá no nível do inconsciente, o sujeito não se percebe preso ao lugar ao qual ocupa e por isso crê que é a origem do dizer. As noções de ideologia e imaginário estão intimamente relacionadas, uma vez que “A ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência” (ALTHUSSER, L, 1989). Entendemos que a ideologia atua pelo imaginário, que, por sua vez, funciona como essa representação do lugar a partir do qual o sujeito fala. Sendo assim, as formações imaginárias agem de forma decisiva na identificação do sujeito com determinada figura, com isso, o imaginário permite que um sujeito se identifique com um recorte da ideologia feito através das projeções. Dessa forma, “Os processos de (des)identificação estão, assim, ancorados no imaginário que se constrói sobre determinados lugares sociais, os quais abrigam, em sua discursividade, dizeres e sentidos que ecoam/ressoam em diferentes momentos sócio-históricos” (DE NARDI; GRIGOLETTO, 2013). Após a discussão teórica e através das análises, foi possível encontrar ao menos duas posições-sujeitos assegurando dois imaginários 1) Frida como símbolo de luta pelas questões sociais, direitos da mulher e comprometimento com a cultura latina e mexicana. 2) Frida como uma mulher ousada, que mesmo tendo sofrido alcançou o sucesso e é admirada pelo seu estilo, o que culmina na despolitização de sua imagem. A identificação com Frida Kahlo está profundamente relacionada aos espaços comuns ou traços de correspondência que acontecem entre as figuras e os sujeitos que por elas passam a ser representados. Em outras palavras, podemos dizer que a memória atua na cristalização dessas figuras que passam a ser representativas de um mesmo lugar de dizer, lugar esse que guarda as marcas da história dos sujeitos.

**Palavras-chave:** Frida; discurso; herói; identificação.



### **Eixo III** Discurso político

#### **CRISTALIZAÇÃO E DESLOCAMENTO DE SENTIDOS: A FORMAÇÃO IMAGINÁRIA NA FOLHA DE S. PAULO ACERCA DA CORRUPÇÃO NO PT**

Douglas Zampar (CEI)

Corrupção: uma temática recorrente quando se pensa a questão da política brasileira, constituindo-se a partir de uma diversidade de acontecimentos discursivos que organizam enunciados, os quais são observados neste trabalho na interface mídia e política. Parto de uma especificidade, o momento das eleições presidenciais, e elejo para construção do corpus um dos diversos componentes da mídia nacional, o jornal Folha de S. Paulo. A partir disso, tenho como objetivo verificar a cristalização e os deslizamentos de sentido que funcionam a partir do (e produzindo o) imaginário acerca da corrupção no PT em eleições presidenciais na Folha de S. Paulo. Este trabalho, que pensa o político na constituição da política, apresenta os resultados mais relevantes de minha dissertação de mestrado intitulada “Mídia e Eleições Presidenciais de 1994 a 2010: o Funcionamento do Imaginário na Folha de S. Paulo acerca da Corrupção no PT”. Meu recorte de trabalho permite observar esse funcionamento na forma como o jornal em tela discursiviza as eleições presidenciais no período entre 1994 e 2010. Para construção do dispositivo teórico-metodológico, recorri especialmente aos trabalhos de Michel Pêcheux, os quais são lidos em sua espessura histórica, buscando compreender a concepção e o desenvolvimento de conceitos chave para minha pesquisa. O conceito a partir do qual organizo a reflexão é o de formação imaginária, e para seu estudo proponho uma reflexão teórico-metodológica que pensa a memória discursiva como um funcionamento que se sustenta na tensão entre a paráfrase e a polissemia que opera a partir de uma rede de sentidos. Defendo que, diante de um enunciado dado, o sujeito interpreta na forma da remissão desse enunciado a outros que o constituem, funcionamento denominado memória discursiva, que opera pela inserção do enunciado em uma rede de sentidos constituída por diversos enunciados produzidos em condições de produção específicas e ligados pelo efeito metafórico que se estabelece a partir do deslizamento de sentidos. O imaginário acerca da corrupção no PT se constitui, a partir de 1994, cristalizando sentidos em torno da questão do uso da



máquina pública. Nas eleições de 2002, percebo a inserção de sentidos acerca da moral. A partir das eleições 2006, demonstro um deslocamento na forma como a corrupção no PT é abordada, pois esse imaginário passa a funcionar em torno dos escândalos de corrupção.

**Palavras-chave:** corrupção; Partido dos Trabalhadores; Folha de S. Paulo; formação imaginária; memória discursiva.

## **DEMOCRACIA DA EFICIÊNCIA? A CONSTRUÇÃO DA VOZ OFICIAL DE MICHEL TEMER EM PRONUNCIAMENTO DE POSSE**

Leilane Tolentino Stauffer (CEFET-MG)

Paula Roberta da Silva Souza (CEFET-MG)

Propõe-se a análise do discurso proferido por Michel Temer durante cerimônia de posse dos ministros de Estado, em maio de 2015, após afastamento da então presidenta da República, Dilma Rousseff, pelo Senado Federal. Com foco na construção da voz oficial do pronunciamento, o trabalho pretende identificar, a partir das contribuições da Análise do Discurso de orientação pecheuxiana, as formações discursivas (PÊCHEUX, 2009) marcadas por embates ideológicos (ALTHUSSER, 1980). A pesquisa busca refletir as vozes que perpassam o discurso oficial por meio de escolhas lexicais que revelam ideologias. Busca, ainda, investigar a posição do sujeito do discurso. É importante considerar que o sujeito do discurso, de acordo com compreensão oferecida por Pêcheux, é formado a partir do complexo das formações discursivas, que perpassam questões históricas, políticas e sociais, e é submetido a ideologias. De forma paralela e imbricada, as formações discursivas, para Pêcheux (2009), correspondem ao que “numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito”. (PÊCHEUX, 2009, p. 147). O trabalho tem como objetivo também observar as condições de produção do discurso (PÊCHEUX, 1997), que possuem vínculo estreito com a Formação Discursiva. Um dos focos da análise se atém ao termo “democracia da eficiência”, evocado e sustentado por Michel Temer ao longo do pronunciamento, para definir as diretrizes e novas propostas do governo brasileiro. A partir da tríade pecheuxiana que compreende a Linguística, a Teoria do Discurso e o Materialismo Histórico, a presente proposta de pôster se dedica às condições de produção da Formação Discursiva para inserção do discurso no âmbito oficial, destacando, na enunciação, indícios dos embates criados com o governo anterior e as diretrizes políticas e ideologias explicitadas, que se apresentam no discurso como “democracia da eficiência”. Ao compreender a língua como um sintoma e, assim, considerar que as formações discursivas estão ancoradas na linguagem, a partir desses indícios, pretende-se identificar o sujeito do discurso e a voz oficial construída e evocada no pronunciamento político de Michel Temer.

**Palavras-chave:** discurso político; democracia; formação discursiva; sujeito.

## **O LUGAR DOS SEM-LUGAR: O DISCURSO SOBRE O ATIVISMO MASCARADO NA RUA**

Lisiane Schuster Gobatto (UFRGS/IFRS)

Neste trabalho, filiado à Análise do Discurso de linha francesa, proponho uma reflexão sobre os lugares políticos na contingência histórica do golpe/impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff. Especificamente, trato da discursivização da ação dos black blocs em protesto à aprovação do impeachment da ex-presidenta. Em análise, está a matéria publicada pela Revista Veja no seu portal on line no dia 31 de agosto de 2016, intitulada “Black blocs vandalizam centro de São Paulo em ato contra Temer”. Nos dias que antecederam e sucederam a votação do Senado sobre o impeachment, muitas capitais presenciaram manifestações contrárias à decisão. A matéria expõe o protesto de adeptos à tática black bloc contra o impeachment e contra o governo Temer. Busco refletir, assim, sobre os modos de subjetivação deste sujeito jornalista que escreveu a notícia relacionando-os ao modo como se constrói a argumentação em torno dos black blocs. Para tanto, é preciso sair do nível do enunciado e analisar as posições contraditórias dos sujeitos na imprensa, observando não somente o fio do discurso, mas o processo discursivo. Não reconhecidos como sujeitos políticos, conseqüentemente os black blocs são excluídos da cena política. Sem lugar discursivo e político legitimados, os black blocs têm como estratégia política produzir “cenas” na rua para dar divisibilidade ao movimento. Reporto-me a Freda Indursky para assinalar que entendo a rua como um não-lugar que abriga “àqueles que não têm um lugar seu, que são errantes e



não concentram para si um espaço entre os lugares políticos já existentes [...]” (INDURSKY, 1999, p. 174). Na ausência de uma cena discursiva de interlocução, é a imprensa que dá visibilidade ao movimento e produz discursos sobre os black blocs, interpretando fatos, colocando-se numa posição intermediária entre o acontecimento e a população. Há um silenciamento quanto à origem e ao funcionamento da tática black bloc. O sujeito jornalista que escreve a notícia sobre a ação dos black blocs para o portal de notícias da Revista Veja fala de um lugar social legitimado e com certa credibilidade, pois fala em nome de um órgão de imprensa. Enquanto que os black blocs, sem lugar legitimado de fala, vão às ruas produzir atos contra fachadas de bancos, de órgãos da imprensa, de prédios públicos e de multinacionais, enfrentando a polícia, para construir uma cena discursiva. A voz dos black blocs só pode ser ouvida nas ruas, no exato momento de sua ação. Entretanto, suas ações ao serem discursivizadas pela imprensa ganham efeitos de sentido bem diversos.

**Palavras-chave:** Black Blocs; lugar político; processo discursivo.

## **CRIME CHEGA À SUA MESA: UMA ANÁLISE DISCURSIVA**

Maria do Carmo Gomes Pereira Cavalcanti (UNICAP)

Victor Hugo D’Albuquerque Lima (UNICAP)

Este trabalho busca analisar o funcionamento discursivo do enunciado “Crime chega à sua mesa,” manchete do Jornal do Comércio do dia 18/03/2017, bem como os dizeres do presidente Michel Temer e do ministro da agricultura, Blairo Maggi, em reportagem realizada pelos dois principais jornais de Pernambuco dois dias após. Num cenário envolvido por tensões, incertezas e insatisfação popular, irrompe no atual governo mais uma inquietação. Um crime contra a saúde pública, envolvendo partidos políticos é divulgado em jornais impresso e virtual, colocando a descoberto o esquema de propina em troca de uma fiscalização frouxa em alguns frigoríficos, pondo em risco a saúde da população no Brasil e no exterior. Considerando o funcionamento discursivo como estruturante de um discurso determinado, por um falante determinado, para um interlocutor determinado, com finalidades específicas (ORLANDI, 2011), utilizaremos como aporte teórico-metodológico a Análise do Discurso de orientação francesa (AD), proposta por Pêcheux e desenvolvida no Brasil por Eni Orlandi e outros estudiosos. Constituída no embate entre o simbólico e o político, a AD trabalha a opacidade do sujeito, da linguagem, o não realizado, o que está por vir, o impossível da língua, pois, conforme Pêcheux (1990, p.8) “a língua trabalha com o não lá, o não está mais lá, o ainda não estará lá da percepção imediata”. A AD trabalha a incompletude da língua, do sujeito que abre brechas para a falha, o equívoco, os deslizos. Partiremos para a análise do corpus dos efeitos metafórico produzidos pelos dizeres do enunciado do artigo, do atual presidente do Brasil e do ministro da agricultura. Para isto, mobilizaremos alguns conceitos como paráfrase, polissemia, Interdiscurso, Condições de Produção, Formações imaginárias, por entendermos que serão basilares para empreendemos nossos gestos de interpretação sobre o que o enunciado e as reportagens convocam, numa tentativa compreendemos os efeitos de sentido que passam a circular na sociedade.

**Palavras-chave:** discurso; corrupção; incompletude.

## **ANÁLISE DO DISCURSO DO GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL JOSÉ IVO SARTORI: MOVIMENTAÇÕES DISCURSIVAS**

Maria Inês G. M. Cordeiro (UCPEL/IFSUL)

Este trabalho, ancorado na teoria da Análise de Discurso com filiação em Michel Pêcheux, tem como objetivo central, apresentar e analisar recortes discursivos a partir de enunciados produzidos pelo governador do Estado do Rio Grande do Sul, José Ivo Sartori, nos primeiros oito meses de governo (matéria publicada na mídia eletrônica, – Zero Hora Notícias – Cleidi Pereira, 12/09/2015). Pretendemos estabelecer reflexões que ajudem na compreensão do funcionamento discursivo do objeto de nossa análise, como também procuraremos entender as relações e efeitos de sentido instaurados pela inserção do discurso-outro no discurso do sujeito enunciador. Para isso, mobilizamos noções da AD como sujeito, ideologia, condições de produção do discurso, imaginário, memória discursiva, mecanismo de antecipação, entre outros. Um problema que pode se colocar a partir dos fragmentos selecionados é o do funcionamento discursivo do discurso em pauta e seu papel no cenário político do Estado do Rio Grande do Sul. Tal discurso envolve diferentes modos de dizer na política como também os diferentes modos de ler/interpretar



esses ditos políticos, convocando o referencial da AD. Uma das especificidades do discurso político é o pretensão esforço de articular discursos de ordem técnica, emotiva e representacional, dependendo do interlocutor e dos objetivos do discurso, haverá a predominância de um ou outro, ou funcionarão juntos, sob a forma de complementaridade. Sob o efeito da ilusão, ou sob os esquecimentos n. 1 e 2, mobilizados por (PÊCHEUX, 1997), o sujeito acredita que pode racionalizar o discurso, sensibilizar seu interlocutor e conferir credibilidade a si e a seu discurso. Analisar a passagem de um discurso a outro, em seus diferentes aspectos, pode permitir a compreensão de efeitos de sentido produzidos nesta discursividade bem como a movência dos mesmos, o que aponta para o fato de que o sentido sempre pode ser outro, mas não qualquer um. Isso, de certa forma, está presente quando é dito/interpretado “Conhecido pelo bom humor, o político tem se mostrado irritado... expressões podem aumentar ansiedade e criar clima de pânico”, podemos entender que: mudam as condições de produção, mudam também sujeito, discurso e sentido ou também pode ser que tenha caído a máscara, possibilitando ver o cinismo (ZIZEK, 1989). O aporte teórico adotado possibilita compreendermos o funcionamento discursivo, o modo de organização do discurso e os recursos utilizados para persuadir os interlocutores. Esse discurso pós-posse, de certa forma, busca justificar as medidas tomadas para governar, o que nos permite compreender que a busca pela sintonia/simpatia do primeiro momento (pré-eleitoral) deixa de ser o principal e dá lugar ao “remédio amargo que precisa ser administrado”, o qual gera muita insatisfação, contraidentificação e resistência. A escolha pela mídia eletrônica ocorreu pela mudança no hábito de leitura por grande parte da sociedade e pelo jornal Zero Hora, por se tratar do maior veículo de comunicação e ampla circulação no Estado.

**Palavras-chave:** discurso político; cinismo; sentido.

## **DE 1964 A 2016: A CONSTRUÇÃO DOS SENTIDOS DA PALAVRA “GOLPE”, NO BRASIL, PELO FENÔMENO DA POLISSEMIA**

Renata Valéria de Araujo Lima (UFPE)

O presente trabalho busca refletir sobre as razões ideológicas que trouxeram, através de um processo de polissemia, isto é, de deslizamento, de transformação de sentido, uma adaptação do uso do termo “golpe” para a conjuntura política que se refere ao impeachment da presidenta Dilma Rousseff, no Brasil, em 2016. Para isso, utilizar-se-ão como base para este trabalho os conceitos de formação discursiva, intradiscursos e interdiscursos, que estão inscritos na teoria da Análise do Discurso de linha francesa, doravante AD, proposta por Michel Pêcheux (1988 [1975]), na construção dos laços que envolvem as formulações em torno do processo discursivo sobre a palavra “golpe”. Por isso, jogando com as noções de paráfrase e polissemia recolhidas da AD, pelo desdobramento feito por Eni Puccinelli Orlandi (2009), buscaremos perceber como se constroem esses sentidos no universo discursivo da mídia brasileira. Para a AD, os sentidos se constituem na relação que o sujeito estabelece com a história. Assim, devido ao fundamental papel da ideologia como parte constituinte da teoria da AD, concebe-se a linguagem como produção social e o sujeito do discurso como um indivíduo ideologicamente assujeitado, que esquece as condições de produção de um dado discurso para que, assim, signifique a si mesmo enquanto sujeito discursivo e, então, possa produzir sentidos. Por isso, negando a transparência da linguagem e considerando que o sentido se constitui nas e pelas determinações histórico-sociais, neste trabalho, o termo “golpe” será observado em duas manchetes de jornal com o objetivo de perceber o modo pelo qual o interdiscursos, através do processo polissêmico, traz novos sentidos ao referido termo: a primeira se refere ao Golpe de Estado com intervenção militar, que aconteceu no Brasil, em 1964; a segunda, ao, então concebido como Golpe, que foi a retirada da presidenta Dilma Rousseff do poder, também no Brasil, em 2016. Para isso, consideraremos a importância das condições de produção, que contribuem para inscrever, dentro do processo sócio-histórico, cada uma das duas formações discursivas aqui analisadas.

## **IMPEACHMENT VS GOLPE: UMA ANÁLISE (INTER)DISCURSIVA SOBRE AS DESIGNAÇÕES**

Rudá da Costa Perini (UFF)

O presente trabalho propõe uma análise sobre as designações “impeachment” e “golpe”. Refletiremos na materialidade discursiva dos jornais O Globo e Brasil de Fato em suas edições de 18/04/2016 – dia posterior à votação, na Câmara dos Deputados, do processo de afastamento da presidenta Dilma Rousseff. Teremos como conceitos norteadores as noções de designação, paráfrase e silêncio. Deter-nos-emos nas





capas das edições citadas para investigar as designações em cada jornal, isto é, as relações de repetição/estabilização, silenciamento e deslocamento. No movimento analítico, propomos a noção de designação, de acordo com Guimarães (1995), como relações instáveis entre linguagem e objeto, ou seja, a relação entre uma palavra ou expressão e um objeto ou acontecimento não se dá de forma transparente, direta, apesar de, para o sujeito, produzir-se o efeito de transparência. Esta relação instável é constituída pelo político, pela historicidade, e pela opacidade da língua. Cada designação, em seu funcionamento, instaura um silenciamento. Por esta via, vislumbramos as fronteiras entre os três conceitos aos quais nos remetemos como norteadores, pois os movimentos de sentidos engendrados pelas designações podem ser: 1) da ordem dos processos parafrásticos, nos quais, segundo Orlandi (2012), em todo dizer há algo que se mantém, um já dito, uma memória, há sempre um retorno aos mesmos lugares do dizer. 2) da ordem do silêncio, o qual Orlandi (2007) distingue em três formas, no entanto, traremos aqui apenas do silêncio local, isto é, a censura do sentido propriamente dita, aquilo que não se pode dizer em uma certa conjuntura. Reflitamos, então, brevemente, em duas sequências discursivas (SD) recortadas do corpus: SD1) “Por 367 votos, 25 a mais que o necessário, Câmara aprova autorização para processo de impeachment da presidente Dilma” (Jornal O Globo, 18/04/2016); SD2) “Câmara dos Deputados aprova golpe contra Dilma” (Jornal Brasil de Fato, 18 a 20/04/2016). Na SD1 lemos um compute dos votos em que se destaca o número de votos favoráveis à aprovação “367 votos”, e acrescenta-se o aposto “25 a mais que o necessário” para reforçar que foi uma votação majoritária, apagando o número de votos contrários, deixando marcas de um silêncio local, o qual instaura-se, além disso, pela designação “processo de impeachment” posta como única designação possível, ou seja, não há outra forma de designar este processo. Na SD2, os números referentes aos votos não aparecem. A designação que se faz presente é “golpe” e marca-se esta posição com o complemento “contra Dilma”, em outras palavras, um funcionamento semelhante à SD1, um silenciamento local de outras designações possíveis visto que não é um processo de impeachment qualquer, porque, para esta posição-sujeito, pode (e deve) ser denominado como “golpe”. Uma forte questão que fica é como o mesmo acontecimento é designado levando em consideração a formação discursiva à qual se filia cada sujeito-jornal, e como as designações direcionam sentidos, conduzem o sujeito-leitor de forma sutil a filiar-se, via ideologia, em formações discursivas, cristalizando, através do discurso, uma memória passada e projetando no futuro uma memória em construção.

**Palavras-chave:** impeachment; golpe; designação; paráfrase; silêncio.

## HISTÓRIA, MEMÓRIA E POLÍTICA NOS DISCURSOS DO DIA DO EXÉRCITO BRASILEIRO

Sandra Nascimento da Hora (UFF)

As imagens que uma instituição constrói sobre si mesma podem ser identificadas por meio dos discursos por ela constituídos, formulados e postos em circulação em um determinado período de sua história na relação com a sociedade da qual faz parte. A compilação de discursos postos em circulação formam uma memória documental, a partir da qual, é possível construir sentidos que possam explicitar o modo como as instituições se organizam, se projetam e se legitimam nos espaços sociais. Nos discursos de divulgação institucional, os textos apresentam, em sua materialidade, traços que possibilitam observar como as imagens são construídas e como se delineia o percurso temático presente nos discursos que marcam a história da instituição. Esta pesquisa propõe-se a analisar o funcionamento dos discursos institucionais de comemoração do Dia do Exército, postos em circulação no período de 1994 a 2017. Com filiação nos pressupostos teóricos da Análise de Discurso de base pecheutiana, o presente estudo visa resgatar a importância do arquivo documental, em sua materialidade textual, como elemento constituinte da memória histórica de uma instituição. A análise justifica-se pelo interesse em identificar como os discursos de divulgação institucional podem contribuir para a construção de um percurso histórico de uma formação social, destacando o papel da memória de arquivo como elemento gerador de historicidade. Para alcançar esse propósito, duas questões foram formuladas com o intuito de orientar os passos iniciais dessa pesquisa, a saber: a) Como a instituição Exército Brasileiro, ao longo dos últimos 20 anos, historicizou sua percepção a respeito de seu papel constitucional e de sua relação com a sociedade? b) De que forma os percursos temáticos dos discursos formulados e postos em circulação contribuem para a construção da história da instituição? Para este estudo, a teoria revista e utilizada para análise do corpus constituído apresenta-se sob as vozes discursivas de Michel Pêcheux (1969, 1975, 1988, 2010) e Eni Puccinelli Orlandi (1995, 1996, 2007, 2011, 2012), no que se refere à teoria e aos procedimentos de análise de discurso; Freda Indursky (1997, 2008, 2011); Pierre Achard (2010), no enfoque sobre o papel da memória; e Louis Althusser (1980, 1985), na abordagem sobre a interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia. Apresentam-se, nesse estudo, apenas os primeiros gestos de seleção, de interpretação e de constituição de um corpus que, aos



poucos, se mostra ao olhar do pesquisador em seu percurso metodológico, e evidenciam-se alguns dos múltiplos sentidos que um discurso pode adquirir a partir do olhar do analista e das condições de produção que o circundam.

**Palavras-chave:** Análise de Discurso; memória de arquivo; Exército Brasileiro.

## **O FUNCIONAMENTO DA NEGAÇÃO E DO SILÊNCIO NA FALA DOS TORTURADORES QUE PRESTARAM DEPOIMENTO À COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE: CORONEL USTRA E DELEGADO CALANDRA**

Sarah Moreira Casimiro (UFF)

A pesquisa “O funcionamento da negação e do silêncio na fala dos torturadores que prestaram depoimento à Comissão Nacional da Verdade: coronel Ustra e delegado Calandra” se inscreve na perspectiva teórica da análise de discurso de base materialista, criada por Pêcheux. Ela tem por tema a Comissão Nacional da Verdade, que perdeu por quase três anos no intuito de investigar as violações de direitos humanos que foram praticadas no Brasil, entre 1946 e 1988. Tendo em vista, porém, que, para a constituição do nosso corpus de análise, é necessário um recorte, focamos apenas em duas das audiências públicas promovidas pela Comissão Nacional da Verdade: a audiência com o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra e a audiência com o delegado Aparecido Laertes Calandra, mais conhecido pelo codinome de Capitão Ubirajara. O nosso corpus empírico, portanto, é constituído pelos depoimentos de sujeitos que foram convocados pela comissão para prestar esclarecimentos sobre as atividades que exerceram durante o período da ditadura militar brasileira. No que se refere à constituição de nosso corpus discursivo, destacamos sequências discursivas que nos possibilite compreender o funcionamento discursivo da negação e do silêncio nas falas de tais militares, tendo em vista que essa é a questão basilar de nossa pesquisa. Para isso, focamos, sobretudo, nos trabalhos de Indursky (1990; 2013) e de Orlandi (1992). Sobre o funcionamento do silêncio, o que, por hora, podemos destacar, é que observamos o uso de denominações e de substituições, como maneiras de dizer “x” para deixar de dizer “y” e, observamos ainda, a evocação da figura divina na fala do coronel Ustra, que aparece como um argumento de autoridade capaz de produzir um efeito de verdade. Desse modo, parece-nos que há uma regularidade do silêncio constitutivo nos depoimentos, lembrando que o silêncio constitutivo é aquele que apaga outros sentidos possíveis de uma outra formação discursiva, como nos diz Orlandi (1992). Dito isso, acrescentamos que o trabalho está em andamento e que, por isso, não podemos apresentar, por enquanto, uma conclusão final.

**Palavras-chave:** Comissão Nacional da Verdade; ditadura militar; negação; silêncio.



## **Eixo IV Arte, corpo, gênero, sexualidade**

### **DANDARA DOS PALMARES E A MULHER NEGRA NA CONTEMPORANEIDADE: DO DISCURSO FOLCLÓRICO AOS DISCURSOS DE REPRESENTATIVIDADE**

Cássia Fernanda de Oliveira Costa (UFPE)

A história de Dandara dos Palmares é constituída por uma mistura dos poucos registros oficiais de sua existência às lendas a seu respeito, que povoam o imaginário popular. Apesar dos poucos estudos historiográficos sobre ela – que por vezes a mantiveram “à sombra” de Zumbi dos Palmares, seu companheiro –, nos últimos anos a figura de Dandara deixou de protagonizar somente lendas e passou a fazer parte dos discursos de ativistas dos movimentos sociais que reconhecem como crucial sua participação para a resistência do Quilombo dos Palmares, e a têm como símbolo do protagonismo da mulher negra nas lutas sociais. Com o fortalecimento e popularização dos movimentos negro e feminista, a menção à Dandara em matérias compartilhadas nas redes sociais e em fóruns de discussão on-line tornou-se frequente, sempre acompanhada de críticas ao fato de que essa figura importante de nossa história é pouco lembrada e valorizada. A fim de compreender como operam e que sentidos produzem os discursos sobre Dandara, partimos para uma investigação com o propósito de desvelar, através do alicerce teórico-metodológico da



Análise do Discurso de linha pechêutiana (AD), a natureza desses discursos – a que base ideológica estão ligados, como se caracterizam os sujeitos que os enunciam etc. Para essa investigação, selecionamos como corpus uma matéria veiculada no site da revista Fórum e um post publicado no blog Cacheia, ambos sobre Dandara dos Palmares. A observação do corpus nos mostrou que os conceitos de Memória e Formação Discursiva seriam essenciais para alcançarmos nosso objetivo, por isso centramos neles nossa fundamentação teórica, baseada sobretudo em textos de Pêcheux (1995; 1999; 2004) e Indursky (2007; 2008; 2011). Como resultados, percebemos que os discursos analisados partem de uma mesma formação discursiva, a do movimento negro, e são frutos de um processo de contraidentificação do sujeito enunciador em relação à forma-sujeito da FD.

**Palavras-chave:** Análise do Discurso; Dandara dos Palmares; memória; formação discursiva.

## **A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA CONJUNTURA POLÍTICA NO ESTADO DE MATO GROSSO: O DISCURSO DE ESTADO E PROCESSOS DE IDENTIFICAÇÃO**

Cleiton de Souza Sales (UNEMAT)

O intuito do presente texto é expor a pesquisa que se refere especificamente à discursivização da mulher na relação com gênero e a política. A referida pesquisa é parte do projeto “Mulheres de/em Mato Grosso: processos de identificação, mídia e sexualidade”, financiado pela FAPEMAT, coordenado pela professora Dr<sup>a</sup> Sílvia Regina Nunes, e desenvolvido em colaboração com uma equipe de pesquisadores de várias áreas do conhecimento. Esse projeto tem como objetivo “promover uma discussão sobre a produção e interdição histórico-discursiva de lugares de enunciação (ZOPPI-FONTANA, 2002) para as mulheres, na sua relação constitutiva com os processos de subjetivação/identificação do sujeito do discurso (PÊCHEUX, 1975/1988)”. Dessa forma, neste recorte da pesquisa, tivemos como intuito constituir um arquivo em que pudéssemos analisar o modo como o Estado individua a mulher com relação a sua participação na conjuntura política do estado de Mato Grosso. O referencial teórico no qual nos embasamos no decorrer da pesquisa inserem-se no campo de estudos da Análise de Discurso Francesa, que tem como precursor Michel Pêcheux, e tem sido desenvolvida, no Brasil por Eni Orlandi e um grupo de pesquisadores. Mais especificamente, trabalhamos com as noções de processos de identificação e silêncio. Para isso, na pesquisa, que se encontra em andamento, estão sendo observados os discursos que sustentam alguns projetos que têm como intuito promover discussões sobre a participação da mulher na sociedade e também debater questões outras como violência contra mulheres, mercado de trabalho, etc. Tais projetos produzem o discurso do Estado que individua a mulher em sua relação com a política, conforme Orlandi (2012, p. 107). Tomamos como pontos de observação dois projetos desenvolvidos no âmbito do poder público. O primeiro deles é o espaço Sala da Mulher, da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso e o outro é “Promotoras Legais Populares – MT” e “trata-se de um projeto de educação cívica e jurídica popular, efetivado por meio de um curso gratuito de formação (capacitação), realizado uma vez por semana, para mulheres interessadas em adquirir informações práticas e teóricas sobre inúmeros temas de grande relevância social” [...]. Dessa forma, como foi dito anteriormente, observamos as discursividade que funcionam nesses projetos e os efeitos que são aí produzidos no que se refere à participação da mulher na conjuntura política do Estado de Mato Grosso.

**Palavras-chave:** mulher; política; discurso do Estado.

## **CORPOS EM PROTESTO: ANÁLISE DISCURSIVA DO MOVIMENTO FEMEN**

Fernanda Pereira (UNIOESTE)

Para a Análise do Discurso de linha francesa, formulada por Michel Pêcheux, o discurso é efeito de sentido entre interlocutores, sentido que se dá dentro de uma determinada formação discursiva (FD), e que determina aquilo que pode e deve ser dito. Em uma sociedade já habituada à luta histórica dos movimentos feministas por igualdade de direitos e na qual o corpo (tanto masculino quanto feminino) é explorado comercialmente pela mídia, diariamente, parece estranho que a exposição do corpo feminino (semi)nu em protestos, seja vista de forma ofensiva e negativa. O grupo feminista FEMEN, que luta contra o patriarcado em suas três formas (materializadas, segundo o grupo, na exploração sexual da mulher, nas ditaduras e nas principais religiões), é alvo de agressões, durante seus protestos, por expor seus corpos (semi)nus. Por meio da identificação dos elementos utilizados pelas manifestantes em seus protestos e da análise dos enunciados que vestem seus corpos, objetiva-se compreender como a memória discursiva é retomada, produzindo sentidos. Assim, pretende-se com esta dissertação compreender os processos discursivos que possibilitam a produção desses



efeitos de sentido, e como o corpo nu se constitui como materialidade discursiva, deslocando os corpos das manifestantes do ideal de feminilidade (KEHL, 2016) de submissão, docilidade, tendo como único objetivo a maternidade, construído ao longo do século XIX e que ressoa ainda no século XXI. Por meio da análise de imagens de três protestos do grupo, os quais questionam o controle exercido sobre os corpos femininos (de mulheres) pelas principais religiões do mundo ocidental, busca-se compreender como o corpo feminino nu, quando utilizado como veículo de protesto, produz efeitos de sentido que rompem com a FD vigente que determina o que pode e deve ser uma mulher, dentro dos ideais que persistem na sociedade. Nesse sentido, o corpo nu, quando utilizado para denunciar e questionar práticas de controle sobre o corpo da mulher, produz o desconforto, o estranhamento, a ruptura com esses discursos tão estabilizados na memória da sociedade.

**Palavras-chave:** FEMEN; feminismo; Análise de Discurso francesa; corpo.

## **AS LEIS E O(S) SUJEITO(S) TRANS: O QUE PERMITE O JURÍDICO?**

Jaqueline Denardin (UNIOESTE)

Dantielli Assumpção Garcia (UNIOESTE)

Neste trabalho, a partir da perspectiva teórica da Análise de Discurso (PÊCHEUX, 1969, 1975), temos como proposta analisar os efeitos de sentidos produzidos pela Lei nº 11.340/2006, Lei Maria da Penha, a qual traz em seu texto considerações que permitem a aplicabilidade desse instrumento social normativo aos sujeitos Trans (transexuais e transgêneros) e o Projeto de Lei nº 8.032/2014, de Jandira Feghali, que amplia a proteção para esses sujeitos. Objetivamos refletir acerca do modo como questões relativas aos gêneros e às sexualidades são colocadas em funcionamento no discurso jurídico e dizem não só a respeito da mulher cisgênera, como também da mulher trans, embora a travesti seja nessas legislações apagada. A Lei nº 11.340/2006 assim se enuncia: “Toda mulher - independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião - goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social” e, em seu artigo 5º, adverte que “As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual”. Na Lei, embora diversos juristas entendam que a mulher trans está sendo contemplada, não há essa materialização no instrumento legal. Diferentemente do Projeto de Lei nº 8.032/2014 que ressalta: “As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual e se aplicam às pessoas transexuais e transgêneros que se identifiquem como mulheres”. Nossa finalidade, com esta proposta, é perceber como a Lei e o Projeto de Lei compreendem e definem “orientação sexual”, “gênero”, “mulher”, “transexual” e “transgênero”, analisando como o discurso jurídico pode, muitas vezes, impor silenciamentos aos sujeitos, mais do que garantir seus direitos.

**Palavras-chave:** Lei Maria da Penha; Projeto de Lei nº 8.032/2014; transexual; transgênero.

## **OS CHISTES E AS RELAÇÕES DE SENTIDOS NO FILME NASCIDO PARA MATAR, DE STANLEY KUBRICK**

Louise Emilie Nascimento Marques Pinto (UESC)

O presente trabalho visa colocar em destaque as relações de sentidos e nonsense, que veem à tona por meio de chistes e tiradas humorísticas na obra cinematográfica *Nascido para matar* (1987), do diretor Stanley Kubrick, longa-metragem que será o corpus de nossa análise. A análise discursiva formula-se nas teorias de Sigmund Freud, tratando os “ditos do espírito” enquanto linguagem, que são constituídos em dadas condições históricas e que engendram pelo trabalho do inconsciente, bem como de Michel Pêcheux com suas formulações teóricas a respeito do discurso. Em um cenário de guerra, como é ambientado o filme em questão, o riso surge enquanto descarga da tensão vigente. A forma das tiradas humorísticas, são também aqui entendidas como efeitos de sentidos e nonsense, tomando como questão de análise a posição-sujeito na figura do Joker (personagem central da narrativa). O cinema, como obra de ficção, engendra no sujeito telespectador, já interpelado, como sugere Ismail Xavier (2014), a possibilidade de reconhecer-se, em alguma passagem dos personagens da obra. No desenrolar da trama, a figura do comandante se apresenta como potência agressiva e ordena pelo escárnio, preparando homens fortes, soldados incorruptíveis e destemidos para combater o grande mal, o outro. Todo ritual de preparação para guerra exige que os sujeitos identifiquem-se enquanto “irmãos” de uma mesma Nação, o inimigo são os outros. A personagem do Joker funciona também como narrador da história, cadenciando as passagens de tempo e acontecimentos e dentro do mal-estar provocado pela guerra do Vietnã (1955-1975), ele assume uma postura humorística, de tiradas





ácidas sobre as matanças que a guerra tem provocado. Seu humor revela um posicionamento angustiado, que surge como contradição do discurso referente a “pátria amada”, em seu capacete apresenta o símbolo de paz acompanhado do dizer “nascido para matar”. É um duplo contraste de seu desejo pela paz e o alcance dela por meio da morte do inimigo, o que fora ensinado a fazer, a maneira como foi renascido, para matar. O assujeitamento do indivíduo à guerra causa relações distintas entre os sujeitos, é pelo viés do humor que o Joker distancia-se do ritual que foi ensaiado e ensinado para repetir, é por meio do humor a descarga da tensão imposta, é o sujeito do inconsciente emergindo pelo discurso humorístico.


**Palavras-chave:** cinema; humor; assujeitamento.

## A FORMA DO DIZER: O TESTEMUNHO RELIGIOSO NO JORNAL DA IURD

Wellton da Silva de Fatima (UFF)

Este trabalho é um recorte de uma pesquisa em nível de mestrado que está em andamento no programa de pós-graduação em Estudos da Linguagem da UFF através do Laboratório Arquivos do Sujeito (LAS) e ancora-se na Análise de Discurso francesa que se fundamenta a partir dos estudos de Michel Pêcheux (2014 [1969]) na França e outros pesquisadores também no Brasil. Especificamente para este trabalho, colocamo-nos a investigar os processos de produção, formulação e circulação dos sentidos no jornal Folha Universal da Igreja Universal do Reino de Deus. Como fato de linguagem, analisamos algumas matérias do jornal nas quais aparecem sentidos sobre o gênero e sobre a sexualidade, considerando, em um imbricamento, a maneira como essas duas noções são semantizadas em nossa formação social. Nesse percurso analítico, problematizamos a forma como o testemunho religioso se insere discursivamente no estatuto da interpretação. O testemunho religioso é, portanto, o problema de linguagem que recortamos para este trabalho. A partir dos escritos de Mariani (2016), a respeito do testemunho, temos compreendido, em nossos resultados parciais, o modo pelo qual o testemunho – nesse caso o religioso – se apresenta em sua forma: referimo-nos ao testemunho em sua forma material, mas também como forma (fôrma) em seu potencial de colocar o dizer em um determinado formato. Sendo o testemunho da ordem do memorável, tal como coloca a autora, ele se constitui na discursividade da Folha Universal como um dispositivo linguístico pelo qual se colocam em circulação os efeitos de sentido – de evidência – que caracterizam o discurso religioso. Ainda de acordo com Mariani (2016), entendemos que “dar testemunho aponta para um falar urgente, para não esquecer e para um não deixar os outros esquecerem”, e é a partir dele que os efeitos de verdade pelos quais se fundamenta o ideal de renovação da fé se constituem e se apresentam para o leitor/fiel.

**Palavras-chave:** discurso religioso; gênero e sexualidade; testemunho religioso.



## Eixo V Sujeito, silêncio, memória

### O DISCURSO SOBRE A VELHICE E O MOVIMENTO DE SENTIDOS ENTRE O DIZER E O SILENCIAR

Erika Camila Veríssimo da Silva (UFAL)

Este trabalho é parte da pesquisa desenvolvida no PIBIC/UFAL, e tem por objetivo compreender o funcionamento do discurso sobre a velhice e seus trajetos sociais de sentidos, buscando refletir acerca das contradições presentes na sociedade capitalista vigente, a partir da relação entre o dizer e o silenciar sobre a velhice discursivizados nas mídias em geral. A pesquisa está filiada aos estudos teóricos e metodológicos da Análise de Discurso (AD) de origem francesa, iniciada por Michel Pêcheux, nos anos 1960, que elege o discurso, em seu caráter teórico e político, como objeto sócio-histórico. Pêcheux enfatiza que o discurso é estrutura e acontecimento, possibilitando ainda compreender que todo discurso materializa a ideologia e intervém nas práticas sociais dos sujeitos em determinada conjuntura histórica. Para essa apresentação, recortaremos do corpus de nossa pesquisa apenas duas reportagens televisivas retiradas dos seguintes sites: “psivelhicetrabalho.wordpress.com”, pois trata-se de um blog que aborda a temática da velhice e questões que envolvem o comportamento, além das relações com o trabalho e o modo de viver dos



velhos/idosos. A outra reportagem, por sua vez, foi retirada do “G1.globo.com”, pois em tal portal de notícias do Globo reencontramos a temática da velhice e o mercado de trabalho produzindo determinados sentidos. A partir das análises dos recortes discursivos, constatamos que os dizeres que circulam nas mídias estão revestidos por silenciamentos que tentam apagar as contradições de classes e desigualdades vivenciadas pelos trabalhadores. Tais discursos estão inscritos em regiões de dizeres que discursivizam os interesses da lógica do capital que, através da ideologia, produz evidências e mascaram os objetivos da classe dominante, a saber: garantir a geração de lucros para o sistema capitalista em detrimento da classe-que-vive-do-trabalho. Em nossas conclusões, compreendemos que os discursos sobre a velhice silenciam as contradições de classes e desigualdades sociais vivenciadas pelo trabalhador-velho/idoso durante toda sua trajetória de exploração do trabalho e que, tais sentidos, continuam presentes e produzindo efeitos, muitas vezes em silêncio, na significação da velhice e aposentadoria dos trabalhadores.

**Palavras-chave:** discurso; velhice; silenciamentos.

## **O SUJEITO POR TRÁS DA PSICOSE: AUTOBIOGRAFIA, LOUCURA E CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA**

Luciana Marinho Fernandes da Silva (FACESF)

Este estudo visa à análise da representação de si e da loucura empreendida pelo narrador da obra de cunho autobiográfico “O Esquizóide: coração na boca” (2003), do escritor Rodrigo de Souza Leão. A obra em questão aborda a história da psiquiatria no Brasil, ao traçar o itinerário de internação de seu protagonista em hospitais psiquiátricos, e como ele concebeu a si mesmo enquanto esquizofrênico, o adoecimento e a sociedade que lida com a loucura. A autobiografia, ao se constituir a partir do entrelace da vida íntima com a história social, torna-se objeto revelador de tensões, conflitos e valores que formam a subjetividade, sendo, portanto, um “locus” de construção identitária e ação política. Para empreendemos a análise da obra, identificamos o campo semântico no qual se ancoram os elementos linguísticos determinantes para uma dada representação de si e da loucura, bem como investigamos as relações estabelecidas entre essas representações e o contexto sócio histórico no qual se inserem, a fim de situarmos as interfaces entre as práticas discursivas e as práticas sociais. Desenvolvemos esta pesquisa tendo em vista os postulados teóricos das áreas de conhecimento que nos serviram de suporte, a saber: Análise do Discurso Crítica, Psicologia Social e teorias da Psicologia de base fenomenológico-existencial.

**Palavras-chave:** autobiografia; psicose; Análise do Discurso Crítica.

## **A ESCRITURA FEMININA DO SÉCULO XIX: POLÍTICA DE SILENCIAMENTO E RESISTÊNCIA**

Lucirley Alves de Oliveira (UFPE)

O século XIX foi importantíssimo para a construção de uma literatura nacional. Entre os anos 1801 e 1900, tivemos no Brasil os movimentos do Arcadismo, Romantismo, Realismo, Naturalismo, Parnasianismo e Simbolismo. Os livros de Literatura adotados nas nossas escolas apontam os principais autores desses movimentos e entre eles estão grandes nomes, como: Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga, Basílio da Gama, Gonçalves Dias, Álvares de Azevedo, Castro Alves, José de Alencar, Machado de Assis, Aluísio Azevedo, Olavo Bilac, Cruz e Sousa, entre outros. Nota-se que todos eles são homens e justamente por isso, vez ou outra, em sala de aula, na posição de professora, me deparo com a seguinte questão: não existiam escritoras nesse período? Prontamente, respondo que sim, mas que elas não foram naquela época e, em partes, continuam não sendo, reconhecidas como tal. O principal motivo desse não reconhecimento era o domínio da intelectualidade masculina, que determinava o que poderia ser considerado obra de arte. Isso significou a exclusão e o apagamento de uma vasta produção literária e o silenciamento das escritoras desse período. A trajetória de muitas mulheres escritoras do século XIX no mundo das letras é bem semelhante ao dos nossos escritores... Começavam a trabalhar em algum periódico e, com isso, publicavam suas produções literárias nas edições que produziam ao exercerem a função de jornalista. A imprensa tem, dessa forma, um papel fundamental para a escritura feminina. Outro aspecto importante nesse contexto é que o público leitor feminino só foi reconhecido e aceito socialmente também no século XIX, após ser apresentado à cultura impressa. A esse fato, o historiador francês Roger Chartier (1999; 2000) atribui ser uma das grandes revoluções da leitura, isso porque, conforme o próprio autor, “a leitura das mulheres foi submetida a um controle que justificava a mediação necessária do Clero, por temor das interpretações selvagens, sem garantia do poder” (CHARTIER, 1999, p. 109). Isso explica o motivo pelo



qual as mulheres, durante muito tempo, não deviam nem podiam aprender a ler e escrever, já que essas atividades colocavam em risco a hegemonia do grupo social dominante. Pensando nisso e filiada à Análise de Discurso materialista, busco analisar as marcas de resistência (ORLANDI, 2012) contra a política de silenciamento (ORLANDI, 2007) das escritoras oitocentistas através de periódicos produzidos e publicados por mulheres durante o referido século, a exemplo do *Jornal das Senhoras* (1852) e *O Sexo Feminino* (1873). Essa análise nos leva a compreensão de que a resistência da mulher escritora do século XIX se dá, inicialmente, pelo próprio ato de escrever que suscita a busca pela eliminação da exploração, da desigualdade e da opressão do gênero feminino, primando na sua escritura por valores de justiça, igualdade e participação da mulher na esfera pública, seja política ou social.

**Palavras-chave:** escritura feminina; Século XIX; silenciamento; resistência; Análise de Discurso.

## O POLÍTICO NA MEMÓRIA DA LÍNGUA E NOS SENTIDOS DA POESIA (RURAL)

Maria Nicolau (UNIVÁS/FAPEMIG)

Neste artigo estuda-se a memória da língua a partir da produção de poesia com alunos do terceiro e quarto ano da rede municipal de ensino em algumas Escolas Rurais em Poços de Caldas, Minas Gerais e em São João da Boa Vista, São Paulo. Desse modo, através de uma pesquisa realizada com os alunos como professor-pesquisador, montamos um corpus experimental com a escrita de poemas. Cumpre-se um processo para isso, com atividades fora da sala de aula. A intervenção para a produção de poemas feita fora da sala de aula, o espaço rural ao redor da escola, em que os alunos colhem folhas das árvores, atividade essa em que se segue uma proposta de trabalho, formando um conjunto de materiais com a partir da escrita de poemas. Essa materialidade é inovadora, criativa e reinventada. A produção dos poemas incorpora um sentido à categoria considerada inédita da forma de fazer poesia, a qual a passa a se denominar poesia rural. Forma e sentido poético tem um lugar diferente nas relações com a língua, com a possibilidade de realizar esse processo diferenciado que fica integrada a ela. Uma experiência política no modo de aprendizagem da língua materna. A memória da língua e os sentidos se deslocam. Nesse sentido, esse dispositivo de trabalho experimentado pelo aluno, possibilita-lhes a escrita de poemas dentro desse processo que vai integrar ensino e aprendizagem de forma inovadora e diferente. Não mais a da imagem de professor e aluno no ensino tradicional. O foco na língua, na poesia e nesse processo possibilita efeitos de sentidos que vão perpassar o aluno. Dessa forma, o ensino da língua materna ocorre com um gesto de ensino de forma mais satisfatória.

**Palavras-chave:** poesia rural; memória da língua; ensino; Escola rural; língua materna.

## VOZES SILENCIADAS: O POVO BRASILEIRO REPRESENTADO EM MÚSICAS DE COMERCIAIS

Paula Gomes de Farias Soares (UFF)

O presente trabalho analisa no corpus principal (comercial “O Que é Ser Brasileiro” do governo federal) e no corpus de apoio (“Mostra Tua Força, Brasil” do Banco Itaú e “Somos Um Só” da Rede Globo) o uso do coro para representar a voz do povo brasileiro. Segundo Aguiar (2004, p. 25), existem dois códigos que servem para a nossa comunicação: o verbal e o não verbal. O verbal é organizado “com base na linguagem articulada” e o não verbal “vale-se de imagens sensoriais várias, como as visuais, auditivas, cinestésicas, olfativas e gustativas”. A maioria das pesquisas que se aventuraram pelo mundo do não verbal trabalham com as imagens visuais. Ao abordamos nesta pesquisa, o auditivo, poderemos compreender como o “coro”, enquanto um conjunto de vozes, marca as formações imaginárias sobre o brasileiro. Devido a especificidade do nosso corpus, que é bastante “auditivo”, vamos descrever como as vozes se inserem nas músicas dos comerciais. Levando em consideração a noção de “coro” que pretendemos discutir, faremos um recorte quando aparecer o “conjunto de vozes” nas músicas. Ao abordamos a questão do “coro” apresentamos a questão da diversidade. A preocupação quase esquizofrênica em retratar uma “diversidade brasileira” (seja cultural, racial, de gênero, de idade...) nas cenas dos comerciais selecionados, contrasta com a quase total ausência de outras vozes nas músicas dessas propagandas. Nesses comerciais, a voz do brasileiro é representada pelo coro, como se fosse algo “único”, o que distorce a ideia de “diversidade” como multiplicidade ou variedade. Assim, formações imaginárias se estabelecem através dessas vozes e são capazes de silenciar vozes outras. Conforme Pereira (2007, p. 200), “a propaganda, como produto da indústria cultural, tanto quanto um filme ou uma notícia, pode repetir, afirmar, ou diferenciar-se, (re)significar o imaginário de Brasil em voga”. Esse



imaginário pode variar, pois depende de discursos pré-constituídos, que por serem “já ditos” e “já ouvidos” em algum lugar, acabam se apresentando como verdade dentro do senso comum. Parafrazeando Orlandi (2013, p. 14), percebemos que o silêncio está nas palavras, nas imagens, nos sons, nas vozes... Não são silêncios vazios, mas cheios de significados. Silêncios que calam e escondem. Mas é justamente na tentativa de calar o diferente que ele emerge, e por não estar ali, ele significa.

**Palavras-chave:** silenciamento; povo brasileiro; discurso publicitário.

## A SUBJETIVAÇÃO PERVERSA NAS NARRATIVAS FICCIONAIS BRASILEIRAS

Shirley Costa Pacheco (UESC)

Este trabalho é um recorte das reflexões discursivas de nossa pesquisa de mestrado, esta ainda em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Adotando a Análise de Discurso Francesa (ADF), formulada por Pêcheux e desenvolvida no Brasil por Eni Orlandi e seus seguidores e; valendo-se da Psicanálise freudo-laciana, da Literatura e do Cinema, objetivamos compreender o efeito de fascínio, projeção ou de identificação do sujeito leitor/espectador com as posições discursivas de cunho perverso presentes nas narrativas ficcionais brasileiras e urbanas. Outro aspecto que nos permite este estudo é a compreensão do laço simbólico e social do capitalismo contemporâneo no espaço urbano e seus efeitos perversos. Salientamos, ainda, que este estudo desloca a noção de cidade de um espaço físico para um espaço simbólico e constitutivo do sujeito diante da complexidade de transformações que ela passa em sua relação com os habitantes. Quanto ao corpus que constitui essa análise, este será composto por sequências discursivas definidas pelos seguintes critérios: 1) narrativas urbanas; 2) de cunho perverso; 3) veiculadas tanto na modalidade escrita quanto na cinematográfica brasileira; e 4) que atendam a questão de análise. Diante disso, apresentamos como recorte do arquivo delimitado pela temática perversa, o romance *O cheiro do ralo* (2011[2002]), de Lourenço Mutarelli com versão cinematográfica homônima dirigida por Heitor Dhalia e com roteiro de Marçal Aquino. Assim, a pesquisa com as narrativas e suas adaptações cinematográficas com o dispositivo teórico-analítico da ADF justifica-se por proporcionar um maior entendimento das posições-sujeito envolvidas, isto é, como funciona a relação do sujeito-autor e do sujeito-leitor/espectador em obras ficcionais no que concerne a questão de análise.

**Palavras-chave:** narrativas ficcionais; perversão; laço social; subjetivação.

## MOVIMENTO PARTICIPAÇÃO: ACONTECIMENTO ENUNCIATIVO E FORMAÇÃO TEÓRICO-POLÍTICA DE MULHERES ENFERMEIRAS

Sóstenes Ericson Vicente da Silva (UFAL)

A representação consensual da enfermagem como campo profissional feminino é aqui considerada efeito de processos discursivos que, pela repetição, procuram estabilizar a naturalização de determinados elementos de saber. Nesses processos, a identificação do indivíduo reforça a materialização de uma posição-sujeito que, pelo efeito do interdiscurso, assume a submissão, a abnegação e a vocação, como elementos constitutivos de sua existência. Todavia, em dadas condições históricas, o deslocamento produz fissuras que provocam a subversão, por meio de elementos discursivos que desestabilizam as relações de poder numa dada formação discursiva. Em estudos recentes, busquei apontar como as influências estrangeiras contribuíram para a construção social de uma memória sobre as mulheres enfermeiras, reificando, no discurso jurídico e no discurso científico do campo da saúde, dizeres produzidos no discurso religioso cristão. Nesse trabalho, busco trazer as “vozes discordantes” que, por meio do Movimento Participação, questionaram a organização política da Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn), por sua atuação em reproduzir os interesses do Estado, por sua subserviência à indústria de produtos hospitalares e por seu distanciamento das lutas gerais da sociedade e da educação/saúde. Por influência do Movimento de Mulheres, da atuação na Central Única dos Trabalhadores e no Movimento Sanitarista Brasileiro, um grupo de estudantes, enfermeiras e enfermeiros se articulou em diferentes estados e lançou, pela primeira vez, uma chapa intitulada “Participação” em oposição à direção da ABEn, nomeando assim o maior Movimento político da enfermagem no Brasil. A sua base teórico-filosófica, em suas diferentes matizes, tinha seu fundamento no materialismo histórico (notadamente as leituras feitas por Althusser e Gramsci), mesmo com as dificuldades decorrentes do período ditatorial no fim dos anos 1970. As sequências discursivas que compõem o corpora desta análise foram extraídas de depoimentos de enfermeiras que





atuaram no referido Movimento, bem como dos temas e subtemas dos 69 Congressos Brasileiros de Enfermagem (CBEEn), sendo esse o maior evento científico-cultural da enfermagem brasileira, com sua primeira edição datada de 1947. A análise demonstrou que, embora tenha sido identificado um deslocamento em relação ao discurso reproduzido pelo porta-voz enunciativo do discurso da enfermagem (a ABEEn), não ocorreu uma ruptura com essa formação discursiva, o que possibilita considerar o Movimento Participação um acontecimento enunciativo, nos termos apresentados por Indursky. Por sua vez, o percurso temático apontou para a repetição de determinados elementos de saber (cuidado, assistência, ajuda, sensibilidade) que foram materializados pelo porta-voz, tentando produzir efeitos de identificação. Com o Movimento Participação, considerando as condições históricas e políticas da época, outros elementos discursivos (trabalho, democracia, liberdade, autonomia, poder) foram produzindo deslocamentos e efeitos de sentido. Nesses processos discursivos, identifico um enunciado no 38º CBEEn/1986 - “A questão da mulher e a profissão de enfermagem”. Tomando-o como referência, procuro demonstrar como, no acontecimento enunciativo “Movimento Participação”, a tensão entre a perspectiva dominante, materializada em dizeres como cuidado/assistência, e a posição assumida pelos sujeitos no Movimento, alinhada à perspectiva do trabalho, contribuiu para a formação teórico-política das mulheres enfermeiras, sem, entretanto, romper com as bases de sua subordinação.

**Palavras-chave:** acontecimento enunciativo; movimento participação; formação política; enfermeiras.

## O TRABALHO SOB A ÓTICA DISCURSIVA

Stefany Rettore Garbin (UFRGS)

A partir de entrevistas realizadas com vinte e um trabalhadores, o presente estudo procura pensar as relações entre discurso e trabalho. O que é o trabalho? No campo da Análise de Discurso de linha pêcheutiana o trabalho não é conceito, nem categoria. Entretanto, no Materialismo Histórico, tal como descreveu Karl Marx, o trabalho, ou melhor, a força de trabalho, é a categoria que baseia a formação social capitalista. Isto é, a reprodução das relações de produção se estabelece na realidade da alienação do trabalho. Não é da definição marxista que partimos, mas da releitura sintomática de Althusser: o sujeito não é alienado porque produz, mas sim o exato oposto, o sujeito produz porque é interpelado pela Ideologia. Lá se vai o bebê junto com a água da bacia. Hoje, podemos encontrar o conceito marxista de trabalho apenas em áreas mecanicistas da Sociologia e da História, onde o pós-estruturalismo não nasceu. Duas posições críticas são necessárias: 1) não tratar o trabalho como tema e lhe atribuir uma definição, pois isso seria fugir das questões mais profundas que tocam as bases do Materialismo Histórico e noções onde a própria Análise de Discurso fundamenta categorias de análise; 2) é preciso pensar que o trabalho é uma prática ideológica onde o sujeito é interpelado a continuar produzindo, não partir disso seria colocar a reprodução fora do ato de produção o que seria como ser interpelado pela ideia de produzir. Realizei as entrevistas no Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Porto Alegre (Stimepa), onde tive retorno e respaldo dos funcionários e da diretoria. A tentativa não era caracterizar os dizeres dos trabalhadores a partir da categoria profissional, ou pressupor uma perspectiva por eles serem ou não sindicalizados, mas sim fazer uma escuta discursiva. Desde o início, o objetivo era estabelecer um lugar que permitisse aos entrevistados contar sua trajetória profissional para além das perguntas. Ou seja, um lugar onde eles se sentissem confortáveis para me contar o que quisessem sobre seu trabalho e sobre o que pensam sobre o trabalho. No percurso da apresentação, vamos passar por Michel Pêcheux, Karl Marx, Louis Althusser e Hannah Arendt retomando as categorias de reificação e objetivação. Trabalhar é uma prática, não só no sentido de fazer, mas também de constituir o sujeito em um lugar na formação social. Espero com esse texto poder apresentar que a Ideologia, a interpelação e a alienação estão na ordem do dia e fazem parte das práticas cotidianas dos sujeitos. Elas têm léxico, estrutura sintática e espessura semântica.

## MEMÓRIA E DISCURSO: O SUJEITO POLÍTICO-RELIGIOSO MARCELO CRIVELLA EM FOCO

Tatiane dos Santos Alves (UESB)

Edvania Gomes da Silva (UESB)

Nas eleições municipais de 2016, Marcelo Crivella (PRB), à época senador e bispo licenciado da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), foi eleito prefeito do município do Rio de Janeiro. Na campanha que levou Crivella à vitória, vimos, por um lado, a aproximação da imagem do referido político, feita por parte da mídia, da imagem do líder da IURD, Edir Macedo; e, por outro lado, verificamos o distanciamento cauteloso,



feito por parte dos marqueteiros de sua campanha, para que, na referida campanha, houvesse uma separação do candidato Marcelo Crivella da imagem de bispo e sobrinho de Edir Macedo. Esse jogo de aproximação e distanciamento, permitiu-nos a elaboração de algumas questões acerca da participação de sujeitos religiosos na política. O texto selecionado para este trabalho compõe o corpus de uma pesquisa de mestrado que se encontra em andamento e que tem como objetivo analisar como a mídia discursivizou a campanha de Marcelo Crivella nas eleições municipais do Rio de Janeiro em 2016. Trata-se, mais especificamente, de analisar como a imagem de Crivella aparece ligada à imagem da IURD, a qual é discursivizada, em muitos casos, como sendo uma instituição político partidária. Para esta análise, selecionamos excertos retirados de um mesmo texto publicado pela revista Carta Capital, cujo título é “Crivella e a Universal”. Na análise, identificamos quais memórias são retomadas/reconfiguradas na/pela referida reportagem acerca da ligação do Partido Republicano Brasileiro (PRB) com a Igreja Universal. Nos excertos, verificamos que o enunciador confere certo destaque ao número de componentes do PRB que tem alguma ligação com a IURD e com a TV Record, ambas do tio de Crivella, Edir Macedo. Os resultados das análises mostraram que o PRB é discursivizado como o “braço direito da Igreja Universal do Reino de Deus”, o que faz funcionar uma memória segundo a qual o partido auxilia a referida igreja. Nesse sentido, o fato de Crivella ser candidato por este partido reforça sua ligação com a igreja. Além disso, verificamos também que ligação do PRB com a Igreja Universal faz funcionar um efeito de sentido segundo o qual a IURD é apresentada como uma instituição político partidária, pois, segundo o enunciador dos excertos, os números mostram que para ser candidato pelo PRB é necessário ter alguma ligação com a IURD ou com empresas de Edir Macedo, tio de Crivella. Por fim, verificamos que tanto o PRB quanto a TV Record são apresentados como estando vinculados a escândalos de corrupção, o que, mais uma vez, compromete a IURD, fazendo funcionar uma memória segundo a qual a referida instituição religiosa e os políticos a ela ligados, incluindo aí Marcelo Crivella, são também corruptos. Para realizar as análises, partimos do arcabouço teórico da Escola Francesa de Análise de Discurso (AD), principalmente no que se refere aos conceitos de memória e de discurso abordados por Pêcheux (1983).

**Palavras-chave:** memória; discurso; mídia.

## **SURDOS NO ENSINO SUPERIOR: COMPREENSÕES ACERCA DO DISCURSO DO JORNAL MEIO NORTE SOBRE A EXPERIÊNCIA ACADÊMICA DE SURDOS NO ESTADO DO PIAUÍ**

Valdeny Costa de Aragão Campelo (UFPI)

Esta pesquisa, inscrita na perspectiva teórico-metodológica da Análise de Discurso formulada inicialmente por Michel Pêcheux e desenvolvida na Brasil por Eni Orlandi, busca compreender, a partir de um gesto de leitura que põe em jogo o histórico, o linguístico e o ideológico, a forma como um evento discursivo como o acesso de surdos piauienses ao Ensino Superior foi posto em funcionamento pelo discurso jornalístico. O corpus discursivo constitui-se de cinco notícias sobre a temática publicadas no Jornal Meio Norte, sendo duas veiculadas em 2015 (“Jovens são exemplos de superação no Piauí” e “Alunos fazem matrícula na UFPI”) e três em 2016 (“Piauí tem primeira surda a conquistar diploma”, “De bem com a Educação” e “Aluno é aprovado em 1º lugar na Ufpi”). Foram movimentados conceitos de autores que se inscrevem nesta perspectiva de trabalho, tais como Pêcheux (2007/2014/2015); Orlandi (2012/2015), e Authier-Revuz (1998), e Lage (2003) e Mariani (1996/1999), para pensarmos as questões próprias ao discurso jornalístico pelo viés do jornalismo e pelo olhar discursivo para a área. Pautado pela busca de uma ‘pretensa objetividade e imparcialidade’, o discurso jornalístico procura trazer à baila diferentes vozes para legitimar as posições-sujeito a partir das quais se enuncia. Em nosso material, ao identificarmos a existência de duas posições-sujeito, uma que enuncia a partir de um empoderamento do sujeito surdo enquanto aquele que tem suas potencialidades e não se sujeita ao imaginário coletivo de que eles não podem ter acesso ao Ensino Superior, por exemplo, por serem deficientes, e outra, que enuncia tratando o sujeito surdo pelo viés da falta, daquele que, por ser surdo, não é normal, é incapaz, devendo ser alvo de políticas assistencialistas ou mesmo apagado das políticas públicas, especialmente aquelas que garantem uma educação de qualidade. Deste modo, foi possível compreender como o discurso produzido pelo jornal Meio Norte, representando um lugar de autoridade, um polo de resposta às demandas sociais, participa da constituição do imaginário social acerca do sujeito surdo na sociedade piauiense.

**Palavras-chave:** discurso jornalístico; surdos no ensino superior; Jornal Meio Norte.



## Sessão II

### Eixo I Língua, educação e ensino

#### O FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DO PROGRAMA ESCOLA SEM PARTIDO: SILENCIAMENTOS E CONTRADIÇÕES

Alexandre Souza Cavalcante (UFAL)

A presente pesquisa tem como objetivo analisar o funcionamento do discurso do Programa Escola sem Partido na atual conjuntura política brasileira e seus efeitos de sentido a partir dos dizeres materializados no Projeto de lei Nº 193/2016, de autoria do Senador Magno Malta (PR-ES). O PL, inspirado no anteprojeto elaborado pelo “Movimento escola sem partido”, liderado pelo Advogado Miguel Nagib, tem o propósito de combater a “doutrinação política e ideológica” em sala de aula e inibir a suposta “usurpação” do direito dos pais dos alunos sobre a educação moral dos seus filhos. Pretendemos demonstrar, à luz dos dispositivos teóricos e analíticos da Análise do Discurso (AD) Pêcheuxiana, como a pretensa neutralidade discursiva defendida pelo Programa Escola sem Partido é um efeito de evidência ideológico que dissimula o seu caráter material de sentido e assim sua vinculação à formação ideológica do capital, além de verificar quais sentidos são silenciados nesse processo discursivo. A nosso ver, o discurso produzido pelo Escola Sem Partido é determinado por relações sociais que os sujeitos envolvidos estabelecem em determinadas condições de produção historicamente demarcadas. É, pois, produzido de um lugar social que recruta dizeres marcado pela ideologia dominante. Os efeitos de sentido provocados por esses dizeres, necessariamente inscritos em dadas Formações Discursivas, são dissimulados, dando a impressão de possuírem sentidos que existem em si mesmos, quando na verdade são orientados por discursos outros (interdiscursos) que denunciam a posição ideológica (dominante, neoliberal, burguesa, conservadora) sustentada por quem os emprega. A análise nos permitiu observar ainda que o Escola sem Partido, identificado com a posição de classe dominante e inserido no horizonte político neoliberal, limita o ensino à mera transmissão de conhecimento, esvazia o conteúdo crítico do currículo e constrói um ideal pedagógico submisso às leis mercadológicas do mundo capitalista, cabendo à escola, nesse contexto, o papel de (re)produzir mão de obra dócil, pronta para se adequar a todas às demandas do mercado, sem questionamentos. Durante a análise das materialidades discursivas, pudemos compreender, portanto, como se deu o processo de construção dos sentidos referentes ao Escola sem Partido em relação às suas condições de produção, nas práticas sócio-históricas, evidenciando quais contradições sociais possibilitaram sua objetivação.

**Palavras-chave:** discurso; educação; ideologia.

#### LÍNGUAS, CULTURAS E EDUCAÇÃO: DISCURSOS SOBRE A LÍNGUA INGLESA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Ana Cristina de Moraes Hazin Palhares (UFPE)

A inclusão da língua inglesa como componente curricular está prevista em lei apenas a partir dos anos finais do ensino fundamental, no entanto grande parte das escolas particulares já incluem o inglês no currículo desde os primeiros anos da educação infantil, argumentando que este aprendizado facilitará a aquisição da linguagem ao longo dos anos. Neste sentido, nos últimos anos tem ocorrido um aumento significativo no número de escolas monolíngues que têm se autodenominado bilíngues ou têm lançado projetos bilíngues, sendo a língua inglesa a língua a ser aprendida além do português. Desta forma, podemos observar que a língua inglesa vem assumindo o status de segunda língua também nas escolas. Objetivamos, com este trabalho, analisar os discursos sobre a língua inglesa na educação infantil para compreender os efeitos de sentido dos discursos em circulação, por que esses discursos e não outros e quais discursos são silenciados nesse processo. Para tanto, ancorados nos princípios da Análise de Discurso francesa (AD) e nos estudos pós-coloniais latino-americanos, e compreendendo que, para além das palavras, o sentido está na relação com a exterioridade, ou seja, no contexto imediato e também no contexto sócio-histórico, ideológico, situamos o discurso sobre ensino de língua inglesa na educação infantil histórica e socialmente, examinando as suas condições de produção. Constatamos que existem inúmeros discursos em circulação



sobre o ensino-aprendizagem de língua inglesa. Há vários espaços discursivos por onde os discursos se movimentam e que provocam uma série de efeitos de sentido, apontando para o futuro, para a necessidade de saber inglês, comprovando ser importante aprender o quanto antes e apresentando algumas das possibilidades dos processos de ensino-aprendizagem. Língua e cultura são representadas em sua instrumentalidade; há um silenciamento em relação ao caráter discursivo da língua, à sua historicidade e politicidade. Consequentemente, há uma simplificação dos processos de ensino-aprendizagem de línguas, com o apagamento de possíveis conflitos. Há, nos discursos, um efeito de saturação, e parece não haver espaço para outros discursos que questionem a necessidade de aprender a língua inglesa ou apontem para a possibilidade de aprender outras línguas. Os discursos analisados trazem, nesse sentido, marcas muito fortes de um imperialismo linguístico que impõe a língua inglesa, de um eurocentrismo que valoriza apenas alguns conhecimentos em detrimento de outros, da colonialidade do saber, e da colonialidade do ser que, sem a língua imposta, não poderá pertencer e poderá ser excluído da sociedade. Neste cenário, a escola é designada como espaço privilegiado onde o aprendizado de língua inglesa como segunda língua deve ocorrer. Podemos compreender este discurso levando em consideração que há um alinhamento entre os discursos sobre o ensino de língua inglesa na escola/empresa e os discursos do mercado. Este estudo aponta a necessidade de refletirmos sobre os discursos que nos constituem, sobre o papel da língua inglesa e o lugar que ela ocupa, enquanto língua hegemônica.

**Palavras-chave:** língua inglesa; segunda língua; discurso; silenciamento; colonialidade.

## REPRESENTAÇÕES DE INTERCULTURALIDADE NO DISCURSO DO PROFESSOR DE INGLÊS

Beatriz Silva Pinto Jorge (USP)

O significante “cultura” tem circulado no meio acadêmico e leigo procurando-se uma certa fixidez na definição de seu significado, tamanha a complexidade e os diversos aspectos que parecem fazer parte desse conceito. Têm-se verificado, na prática de sala de aula de ensino de língua estrangeira, a busca pelo ensino de um recorte de aspectos culturais supostamente inerentes à cultura do outro (Kramsch, 1993 & 1998; Moran, 2001; Salomão, 2011). Tal prática ainda tem sido realizada com base no discurso de uma cultura una e homogênea, pertencente a uma circunscrição geográfica arbitrária e tradicionalmente denominada “nação” (Hall, 1997). O mesmo paradigma parece ser seguido por livros didáticos usados em escolas regulares, instituições públicas e privadas, e institutos de idiomas no Brasil (Peruchi e Coracini, 2003; Bolignini, 1991). Em contrapartida, teorias pós-estruturalistas (Bhabha, 1994; Hall, 1997; Bauman, 1999) dirigem-se a uma noção instável, híbrida e heterogênea acerca da ideia de cultura e identidade. Essas teorias analisam não só as consequências do contexto histórico-social da aceleração da globalização nestas últimas décadas mas, principalmente, o descentramento do sujeito ocorrido na modernidade tardia – notadamente, na segunda metade do século XX. A base de tais paradigmas está alinhada de forma consoante com os principais conceitos da Análise do Discurso pecheutiana (AD), que leva em consideração a relação dinâmica do tripé: linguagem <=> subjetividade <=> ideologia. Por meio de pressupostos discursivos, este trabalho deseja dirigir seu olhar ao entre-lugar que ocupam os professores de língua inglesa dentro dessa relação e no contexto contemporâneo de ensino dessa língua estrangeira. Havendo, ao nosso ver, uma ligação entre a interpelação pela ideologia - assim proposta por Althusser e adotada como um dos principais paradigmas da AD - e a influência do contexto cultural na formação histórico-social do sujeito (Ramos, 2016), analisamos as representações de língua, cultura e interculturalidade encontradas nos dizeres de professores de língua inglesa em condições de produção de discurso peculiares, se considerarmos as relações de poder que configuram: entrevistas de trabalho em um instituto de idiomas na cidade de São Paulo. Nosso olhar preliminar sobre essa materialidade linguística indica, inicialmente, algumas direções de análise: (1) afloram no discurso desses profissionais representações diversas em relação ao que se poderia definir como uma suposta cultura específica a ser “ensinada” - isto é, a ideia de uma cultura una e homogênea que dá suporte à prática de ensino de inglês como língua estrangeira não ressoa de forma uníssona nos discursos desses profissionais; (2) por isso, parece haver uma heterogeneidade discursiva no tocante à internalização de aspectos da cultura do outro e ao desenvolvimento de uma competência intercultural no aprendiz (De Nardi, 2001); (3) ademais, percebemos uma posição de entre-lugar por parte desses profissionais refletida no discurso de se considerar peça chave na intermediação entre o aprendiz e uma cultura alvo; (4) e, por fim, observamos o atravessamento ideológico da disseminação do inglês como um código de comunicação neutro, uma Língua Franca (Crystal, 1997).

**Palavras-chave:** língua estrangeira; cultura; ideologia; identidade; interculturalidade.





## **MARCAS DO DISCURSO TECNICISTA NAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM: A CONSERVAÇÃO PELO EFEITO DE CONTRAPOSIÇÃO**

Fillipe Manoel Santos Cavalcanti (UFAL)

O presente trabalho toma por objeto o discurso tecnicista em seu processo contraditório e escamoteado de conservação materializado nas Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Enfermagem, para tal nos orientamos pelos pressupostos teórico-metodológicos da perspectiva materialista do discurso. Buscou-se identificar a conservação do discurso tecnicista, pelo efeito de resistência, expressa nas Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Enfermagem. Trata-se de um estudo exploratório, de abordagem qualitativa, com procedimento documental, seguindo os pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso francesa inaugurada por Michel Pêcheux. Estamos considerando que o discurso tecnicista é produzido no entrecruzamento do discurso empresarial, do discurso jurídico e do discurso da educação no capitalismo. Seus efeitos contribuem para a implementação do modelo empresarial no complexo da educação, como também, sob o amparo do neoliberalismo, para a formação de uma força de trabalho ajustada aos interesses da política neoliberal, em seus aspectos jurídicos, ideológicos, entre outros. No campo teórico, o discurso tecnicista se sustenta em três correntes do pensamento: o individualismo, o racionalismo e o pragmatismo. Com base nos pressupostos teóricos adotados, bem como na análise do atravessamento de discursos outros (das competências, das múltiplas habilidades, da polivalência), entendemos se processar nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem um efeito de contraposição sob a forma de uma aparente oposição à formação tecnicista, todavia, como tal condição é apenas um efeito, e não a realidade em si, tais diretrizes, quando analisadas numa perspectiva discursiva materialista histórica, apontam para a materialização de um discurso que tenta ocultar as imposições do capital em crise à formação em enfermagem no país, enquanto reproduzem os efeitos ideológicos da histórica supremacia da técnica na formação das/dos trabalhadoras/es em enfermagem.

**Palavras-chave:** formação em enfermagem; discurso; tecnicismo.

## **O SUJEITO NO ENTREMEIO DAS LÍNGUAS MATERNA E ESTRANGEIRA: EFEITOS DA CORPOREIDADE DISCURSIVA**

Giovani Forgiarini Aiub (UFRGS / IFRS)

Para falar sobre o sujeito no entremeio das línguas materna e estrangeira, cabe inicialmente destacar que estas línguas não se tocam (na instância subjetiva) simplesmente por um gesto de análise estrutural. As línguas (materna e estrangeira) não se imbricam somente porque há, por exemplo, empréstimos linguísticos, muito menos porque se comparam a estrutura de uma com a de outra, tampouco pelas questões de ordem sintático-morfológicas apenas. Entende-se a língua como heterogênea, instável, passível de falhas, uma língua cuja transparência (de sentidos) é sempre questionada, uma língua de “ordem material” (FERREIRA, 2005), uma língua que funciona pela presença do sujeito, e um sujeito que só o é por se constituir pela língua(gem). Assim, o processo de identificação com uma língua estrangeira proporciona ao sujeito outros modos de dizer, modifica/transforma seus laços identitários e ainda esta relação afeta a “corporeidade discursiva” (AIUB, 2016). Noção esta que, por sua vez, é o lugar da discursividade do sujeito, é o espaço no qual está o conjunto de modos de dizer do sujeito e de determinada língua, é a maneira pela qual o sujeito espacializa (formula) o “seu” modo de discursivização. Além disso, a corporeidade discursiva se faz nesta relação singular que uma determinada língua possui com o sujeito, justamente em virtude das filiações sócio-históricas. Ela é parte da língua e, por consequência, do sujeito em processo de identificação com essa língua. A corporeidade discursiva, agregadora dos modos de dizer (do sujeito), irrefutavelmente está em constante transformação justamente porque também é parte dos processos identitários. A corporeidade discursiva está na relação que o sujeito estabelece com a língua e com a historicidade para poder dizer. Sendo assim, quando há o contato do sujeito com uma língua estrangeira, outros modos de dizer entram em cena, justamente porque a historicidade entre as línguas não é idêntica. Inicia-se um processo de desarranjo/rearranjo dos modos de dizer do sujeito, um processo de reconfiguração subjetiva. Neste viés, considerando o sujeito no entremeio das línguas, é possível afirmar que a corporeidade discursiva é um lugar onde há a possibilidade de uma inscrição de outros modos de dizer, de uma outra historicidade, de outros modos de interpretação, pois é nela que se dá a relação com a linguagem, com a ideologia, com a história, com as redes de filiações sócio-históricas inscritas no sujeito. Todo sujeito é, portanto, constituído de uma corporeidade discursiva e toda corporeidade discursiva se inscreve em um sujeito, de tal modo que nem o sujeito nem a corporeidade discursiva são estáveis. O sujeito sempre está vulnerável a uma reconfiguração, e a corporeidade discursiva,



ao acompanhar o sujeito, estaria sempre e a todo o momento reconfigurando-se. Por fim, para mobilizar os efeitos da corporeidade discursiva no sujeito no entremeio das línguas, este trabalho analisa sequências discursivas de sujeitos que falam mais de uma língua. As análises iniciais apontam que modos de dizer característicos de determinada língua acabam se imbricando na constituição subjetiva, fazendo com o que o sujeito sofra rearranjo em sua constituição.

**Palavras-chave:** sujeito; língua; corporeidade discursiva.

## **OS SENTIDOS ENUNCIADOS EM UM TEXTO MATEMÁTICO. ISSO FAZ SENTIDO?**

Lucilene Lusia Adorno de Oliveira (JEM)

Falar de Matemática é ir ao encontro de uma máxima que leva o sujeito a pensar em um grau de cientificidade. Esse conhecimento científico, quando se torna disciplina curricular deve ser ensinado e aprendido no contexto escolar, isto é, em meio às relações de poder e no funcionamento do político-ideológico em que há uma divisão social da leitura na (im) possibilidade do aprendizado matemático para todos. Para responder ao que está institucionalizado, no funcionamento histórico do consenso, a Matemática é identificada como uma disciplina voltada a pequenos gênios. O presente artigo foi construído a partir da análise das escritas de si e da textualização de Situações Problema, elaboradas nas aulas de Matemática, por alunos que estão internados em um Centro de Socioeducação. Indagamos como um adolescente em conflito com a lei pode ser autor de um texto matemático entre a interdição e a possibilidade da escrita, seja nas regras institucionalizadas, no social, no trabalho em sala de aula. Buscamos uma compreensão sobre a maneira pela qual esse sujeito (não) identifica a Matemática como algo possível de ser apreendido. Esse artigo tem por objetivo analisar discursivamente a textualização do conhecimento matemático e os possíveis deslocamentos desse conhecimento no contexto escolar. O material de análise é composto por Situações Problema escritas por adolescentes, durante as aulas de Matemática, relacionadas às condições de produção vivenciadas até o momento em que esses adolescentes textualizaram suas ideias matemáticas, materializadas em narrativas sobre as "histórias de vida". Nessas condições de produção específicas não foi possível separar o texto matemático produzido das conexões com outras discursividades, inclusive sobre os laços desfeitos dos adolescentes, descritos em suas narrativas de vida, no processo de identificação à língua, inclusive no estabelecimento de uma "lei própria", um juridismo, nos termos de Suzy Lagazzi. Compreendemos que a autoria na Matemática se realiza quando o processo de textualização das matemáticas faz sentido tanto para o sujeito que escreve como para quem o lê. Adotamos princípios teóricos e procedimentos analíticos da Análise de Discurso Materialista, pautados em Michel Pêcheux, Eni Orlandi, Solange Gallo, Suzy Lagazzi e Claudia Pfeiffer. Além disso, recorreremos aos estudos críticos do Direito, pelas lentes da Teoria Marxista, baseados em Marcio Naves e Celso N. Kashiura Junior.

**Palavras-chave:** Análise de Discurso materialista; socioeducação; autoria de Situações Problema em Matemática.

## **O APAGAMENTO DAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO NA DIDATIZAÇÃO DO DISCURSO JORNALÍSTICO NO ENSINO DE LÍNGUA ESPANHOLA**

María Esperanza Izuel (UFPE)

Neste trabalho indagamos, a partir da perspectiva da Análise do Discurso francesa (AD), de que forma os livros didáticos de língua espanhola utilizados no Ensino Médio no Brasil abordam o trabalho de leitura de textos jornalísticos. Entendemos que a imprensa desempenha um papel fundamental na cristalização de sentidos e na construção da trama da memória histórica e discursiva das sociedades nas quais está inserida. Por essa razão, acreditamos que é importante chamar a atenção sobre o modo em que o discurso jornalístico é trabalhado na escola e, especificamente, nos livros didáticos de espanhol, para analisar quais são as propostas de leitura que se fazem a partir dele e quais as consequências desse processo de didatização. Cabe lembrar que a língua, na perspectiva discursiva, é compreendida na sua relação com o histórico, o social e ideológico e os sentidos não são criados pelos sujeitos. Da mesma forma, os textos não são pensados como objetos fechados, mas a partir de uma incompletude constitutiva. Quer dizer, a AD reinsere a exterioridade ao texto, o que abre à possibilidade de produzir diferentes gestos de interpretação e multiplicidade de leituras. Nesse sentido, defendemos que a formação leitora na prática de ensino-aprendizagem de línguas deveria estar orientada para a leitura polissêmica (ORLANDI, 2003), a partir da relação do texto com suas condições de produção e concebendo um sujeito que, a partir de sua identificação com determinadas formações



discursivas e afetado pela ideologia e pelo inconsciente, produz gestos de interpretação e é capaz de compreender, como aponta Pêcheux ([1983], 1990, p. 44), “a presença de não-ditos no interior do que é dito”. Porém, advertimos, em nossa análise, que no processo de didatização dos textos jornalísticos — caracterizado, entre outras coisas, pela supressão de vários trechos e pela ausência de referências contextuais das notícias —, apagam-se suas condições de produção e desvinculam-se esses textos da memória que lhes atravessa, produzindo um apagamento de sua historicidade. Assim, os textos jornalísticos no livro didático, desprovidos da sua exterioridade, acabam sendo abordados como simples amostras da língua estrangeira, o que se reflete em propostas de atividades orientadas a produzir leituras literais, a localizar informações no texto, sem indagar sobre os sentidos que essa materialidade discursiva produz e interditando a possibilidade de que os alunos se inscrevam como sujeitos na língua do outro.

**Palavras-chave:** condições de produção; discurso jornalístico; leitura em LE.

## “PARA INGLÊS VER”? ANÁLISE LINGÜÍSTICO-DISCURSIVA SOBRE O ENSINO DE LÍNGUA INGLESA NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DO RIO DE JANEIRO

Nathália da Silva de Oliveira (UFF)

Esta pesquisa tem como foco de análise o Programa Rio Criança Global (PRCG) criado, em 2009, pela Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME/RJ) em “parceria” com o curso de idiomas Cultura Inglesa, uma instituição que oferece serviços privados. Nesta parceria entre setor público e privado, a Cultura Inglesa responde pela seleção de professores em concurso público, pelo acompanhamento pedagógico (“revitalizações”) dos docentes e pelo material didático utilizado nas escolas, apesar de a SME/RJ receber as coleções didáticas compradas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Desta forma, esta pesquisa buscou responder às seguintes questões: Como se faz possível dentro de uma rede pública a presença de um programa estabelecido em associação com um curso de idiomas privado? O PRCG contempla princípios e práticas pedagógicas previstos na legislação educacional brasileira? A coleção didática Interaction ED (Manual do professor e Livro do aluno) contempla as exigências do PNLD, especificamente o PNLD Língua estrangeira - anos finais do Ensino Fundamental? A partir dessas perguntas que nortearam nossa análise, foram nossos objetivos: (a) reunir informações acerca do contexto em que se insere o PRCG; (b) conhecer os textos legais que dão sustentação ao programa; (c) verificar como o PRCG se adequa a princípios e práticas pedagógicas garantidas na legislação educacional brasileira em vigor; (d) analisar a partir de critérios estabelecidos pelo PNLD o Manual do professor e (e) identificar, do ponto de vista discursivo-enunciativo, como se estabelece a interação enunciativa do livro didático (LD) e coenunciadores professor e aluno na coleção Interaction ED. Nossa vinculação acadêmica considera saberes diversos, escolhas feitas pelo pesquisador. Na área dos estudos da linguagem, recorre a pressupostos teóricos da Análise do Discurso de base enunciativa e às categorias de prática discursiva (FOUCAULT 2014a, 2014b; MAINGUENEAU, 1997, 2008a, 2008b) e cenografia discursiva (MAINGUENEAU, 1997, 2008a, 2008b). As conclusões do estudo remetem a um ensino-aprendizagem instrucional, comum a uma concepção de educação como serviço pedagógico que se distancia de princípios e práticas pedagógicas previstas pela atual legislação educacional brasileira.

**Palavras-chave:** Programa Rio Criança Global; ensino de inglês; avaliação de coleção didática; trabalho do professor.

## A PRODUÇÃO DE CURRÍCULO E SEUS EFEITOS DE SENTIDOS NO COTIDIANO ESCOLAR

Priscilla Maria Silva do Carmo (UFPE)

O presente artigo se insere no âmbito das discussões em torno das políticas curriculares, pensadas como espaço-tempo de tensões e luta por fixação de sentidos, ultrapassando assim a noção de documento escrito, incluindo processos de planejamento, que são vivenciados por diversos sujeitos, em múltiplos espaços (LOPES, 2004). Objetivamos, com este trabalho, apresentar os efeitos de sentidos produzidos pelo currículo pensado-vivido nos entremeios do cotidiano escolar por estudantes-professoras da licenciatura em Pedagogia. Em nosso referencial teórico, tomamos o currículo como objeto de estudo, documento necessário a sistematização de práticas docentes, e também como prática tecida num entremeio de sentidos e experiências de sujeitos (as), que ocupam os cotidianos das escolas (FERRAÇO; NUNES, 2012; OLIVEIRA, 2001; BALL, 2010; ESTEBAN, 2012). Neste direcionamento, pensamos o currículo como movimento que se constrói numa produção discursiva, tomada como efeito de sentidos entre sujeitos interlocutores (PÊCHEUX, 1990), que



reelaboram seus saberes-fazer mediante a articulação entre o lugar por eles ocupado na tessitura curricular e o processo discursivo, envolvendo tensões, resistências e ressignificação de sua própria formação. Pensar sobre o currículo, é, portanto, remeter-se a processos de negociações, que implicam em escolhas, conteúdos, seleção e organização. E ao pensar tais questões, não omitir-se de enquanto grupo questionar-se sobre a função social que a escola / universidade vem assumindo num contexto social que influencia e é influenciado pelos contextos políticos, de produção de texto e da prática, conforme discute Stephen Ball (2010), ao tratar das políticas curriculares numa abordagem cíclica. Metodologicamente, lançamos um olhar discursivo para os enunciados de entrevistas com estudantes da licenciatura em pedagogia que ocupam também o lugar de professoras nos anos iniciais do Ensino Fundamental, no Agreste Pernambucano, a fim de identificarmos como a produção curricular vai provocando efeitos de sentidos nos cotidianos escolares, ocupados por estas professoras em formação. A Análise do Discurso como dispositivo teórico-analítico nos permitiu identificar a relação próxima entre o discurso e seu exterior constitutivo, além de nos fazer perceber que os discursos não se encontram isolados, e que a posição do sujeito na hierarquia social determina o que é dito, não dito e/ou silenciado (ORLANDI, 2007).

**Palavras-chave:** currículo; efeitos de sentidos; cotidiano escolar.



## Eixo II Mídia e espaço virtual

### A MÍDIA E A DISCURSIVIZAÇÃO DA POLÍTICA DE “COLABORAÇÃO” ENTRE AS CLASSES

Dhiego Nogueira Simões (UFAL)

Esta pesquisa tem como objetivo investigar o funcionamento do discurso, veiculado pela mídia, sobre o mundo do trabalho, especialmente, o movimento de ressignificação dos sentidos sobre trabalhador/colaborador. Para a constituição do corpus, selecionamos materialidades discursivas que circularam em sites de notícias online, como Folha de São Paulo e Estadão, bem como, em reportagens exibidas em telejornais. Tomamos como critério para a seleção das sequências discursivas, o foco das publicações sobre temas relativos à carreira e empregabilidade que apresentavam, no fio do discurso, apreciações e dicas sobre a dinâmica do atual mercado de trabalho. Nosso percurso teórico-metodológico baseou-se na relação indissociável entre sujeito, língua, história e ideologia, pressuposto fundamental da Análise do Discurso (AD) Pêcheuxiana. Essa perspectiva teórica considera que os sentidos são constituídos historicamente e socialmente, sofrendo os efeitos de determinação das posições ideológicas em jogo no processo de reprodução/transformação das relações de produção de uma dada sociedade. Dessa forma, no intuito de superarmos os efeitos de evidência produzidos pela ideologia e atingirmos, assim, o caráter material dos sentidos, consideramos a articulação indispensável entre os dizeres aqui analisados e suas condições de produção. É esse movimento teórico e analítico que nos abre caminho para compreendermos a discursividade sobre o mundo do trabalho, no movimento de sentidos (paráfrase e polissemia) que ressignifica os sujeitos, a exemplo de colaborador e líder. Em nossas análises, pudemos compreender que, através de efeitos de sentidos de “igualdade” e “colaboracionismo” entre explorador e explorado no espaço de trabalho, passa-se a exigir que o trabalhador direcione, cada vez mais, sua subjetividade para os processos de trabalho. Ou seja, internalizando os valores e a cultura da empresa para se colocar imaginariamente na posição-sujeito do patrão, a cada decisão que venha a tomar. Nesse processo, a mídia atua como veículo privilegiado de divulgação da ideologia dominante, reproduzindo, sob o discurso de uma pretensa neutralidade, interesses das classes sociais detentoras dos poderes político e econômico, pois afeta, impiedosamente, os sujeitos, silenciando as determinações e interesses antagônicos de classe. Compreendemos, assim, que através dos diversos veículos de comunicação, são reproduzidos dizeres inscritos em uma discursividade que determina o comportamento e a identidade do sujeito que trabalha, homogeneizando sentidos e atuando na constituição de subjetividades que sejam cada vez mais ajustadas às exigências de produtividade do mercado neoliberal.

**Palavras-chave:** discurso; mídia; controle; trabalho.





## OS MANOS NÃO SÃO HUMANOS DIREITOS?

Fabiana Ferreira Nascimento de Souza (UFPE)

A constatação do crescimento da extrema direita na atualidade nos atravessa a partir de discursos que se constroem e que se hegemonomizam por encontrarem espaço abundante em práticas xenofóbicas, homofóbicas, sexistas, opressoras e racistas. Esse é um terreno fértil para a atuação dos grupos de defesa dos direitos humanos que buscam a defesa dos direitos de todos os cidadãos do planeta, independentemente de sua condição sócio-econômica – É o que reza a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Este trabalho surge da observação de algumas páginas do facebook que tentam desconstruir a finalidade da atuação dos grupos de defesa dos Direitos Humanos, associando suas práticas à defesa de “bandidos”. Em tais páginas, salta aos olhos a forma como eles alcunham os Direitos Humanos, chamando-os de “Direito dos Manos”. A palavra “Manos”, que estabelece uma relação de sinonímia automática com a palavra “bandidos”, oculta e revela todo um discurso opressor e racista em relação a uma tribo urbana, “dos Manos e Minas”, composta predominantemente por negros e negras pobres e moradores da periferia. É o funcionamento do discurso de ódio e de perpetuação de históricos preconceitos, assim como o alinhamento desses discursos com a extrema direita que se mostrará a partir das análises de algumas sequências discursivas que estão nas seguintes páginas de Facebook: “FIM DOS DIREITOS DOS MANOS!!!#bandidobomebandidomorto”; “O 1º direito dos manos” e “Direito DOS MANOS”. Para tanto, devemos apoiar em alguns conceitos muito caros à AD francesa pecheuxiana tais como o de Formação ideológica; Formação Discursiva e Memória discursiva. Importa-nos ver como os sujeitos discursivos – que são constituídos no interior de suas Formações Discursivas – implicam-se na formulação e na circulação dos sentidos na sociedade. É importante lembrar que para Pêcheux, em O Discurso: estrutura ou acontecimento, a língua está sujeita a equívocos, logo “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, deslocar-se discursivamente de seu sentido para derivar para outro”. Por isso, nem tudo o que é da ordem do repetível produzirá os mesmos efeitos de sentido em qualquer tempo e em qualquer lugar.

**Palavras-chave:** discurso; Direitos Humanos; direito dos manos.

## A MEMÓRIA DO DIGITAL OU O DIGITAL NA MEMÓRIA: O DISCURSO DA PUBLICIDADE AUDIOVISUAL DE CONDOMÍNIOS EM ILHÉUS

Ingrid Bomfim Cerqueira (UESC)

Esta comunicação na modalidade de pôster pretende apresentar recortes da nossa dissertação em desenvolvimento no Mestrado em Letras: Linguagens e Representações da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Nosso objetivo é compreender o funcionamento da materialidade digital através da publicidade audiovisual de oito condomínios da cidade de Ilhéus, localizada no sul da Bahia. Para esse propósito, nos filiamos à teoria da Análise de Discurso (doravante AD) tal como foi formulada pelo filósofo francês Michel Pêcheux, que no Brasil se encontra desdobrada nas formulações de EniOrlandi e mais recentemente nos trabalhos de Cristiane Dias, com suas pesquisas que congregam o digital ao discurso urbano. Desse modo, interessa-nos discutir as noções de memória metálica, de discurso eletrônico e de memória discursiva para verificar como tais noções auxiliam a compreender os efeitos de sentido que o atravessamento do digital tem gerado na sociedade contemporânea. Tal fator nos instiga a pensar como o discurso sobre os condomínios se constitui no espaço da rua e da rede. Como se explica a memória metálica nesse processo? Como os condomínios eram discursivizados antes do digital? E como estão sendo agora na atual conjuntura em que tudo é digitalizado, postado e compartilhado? Tais indagações nos despertam para junto com a teoria apresentada, refletir como o digital atravessa os sujeitos no/pelo discurso. Ao desconfiar das evidências de uma prática que se torna “naturalizada”, podemos questionar porque nos lembramos do digital e nos constituímos pelo/no digital a todo o momento? E no caso específico do discurso sobre os condomínios, de que maneira essas mídias digitais divulgadas não produzem uma memória sobre o discurso urbano da cidade de Ilhéus? Interessados pelos efeitos de sentido que o discurso digital produz, o corpus da pesquisa corresponde ao material publicitário digital audiovisual coletado no período de (2012-2016) disponível nas páginas do Facebook e/ou canais de Youtube das construtoras. Por fim espera-se confirmar a concepção de que os discursos da materialidade digital reclamam sentidos que levem em conta condições de produção específicas nas quais se estabelecem laços com a tecnologia acessada pelos sujeitos onde a memória pode ser problematizada por múltiplas direções de leitura. Além da memória da máquina e produzida pela máquina, temos também a memória do “já urbano” da cidade que corresponderia ao que Orlandi (2004) denomina de sobreposição do urbano. “Tenho partido da ideia de que há uma sobreposição do urbano sobre a cidade de tal



modo que o que eu tenho chamado discurso do urbano silencia o real da cidade (e o social que o acompanha.)”(ORLANDI, 2004, p.34). Memória essa, que em nosso corpus pode sugerir um interessante contraste entre o passado da região cacauzeira e a proliferação de condomínios, isto é, uma ruptura do antigo laço pelo novo que introduz outro modo de habitar em Ilhéus.

**Palavras-chave:** memória metálica; discurso digital; atravessamento digital; discurso sobre o urbano; tecnologia.

## **HISTÓRIAS (E)DITADAS: A MEMÓRIA NOS/DOS ARQUIVOS DO JORNAL NACIONAL**

Maria Rachel Fiúza Moreira (UFAL)

Fundamentada nos pressupostos teórico-metodológico da Análise do Discurso de filiação pecheutiana (AD), nossa pesquisa analisa os efeitos de sentidos que atravessam o site Memória Globo, no que se refere aos arquivos do Jornal Nacional (JN), da TV Globo de Televisão. O Jornal Nacional foi o primeiro telejornal exibido em rede nacional no Brasil, a partir de 1º de setembro de 1969, e é o que está há mais tempo em exibição na TV brasileira, além de ser o programa de maior audiência entre os de conteúdo jornalístico. O que nos interessa, sobretudo, nessa pesquisa, é a escolha que o JN realiza para compor a chamada “memória” do programa, que envolve os principais eventos noticiosos em cada década, a partir de 1970. No arquivo eletrônico, constam recortes de textos e reportagens, além de depoimentos de alguns profissionais que fizeram parte do conteúdo selecionado. Nosso movimento investigativo se debruça, tangencialmente, quando olhamos para o passado – memória/arquivo -, que insiste em ser guardado/apresentado à sociedade. Nesse sentido, buscamos em Pêcheux as noções de Arquivo e Memória. Para o autor (2014, p.59), a noção de arquivo deve ser “entendida no sentido amplo de campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão”, considerando sempre seu caráter histórico, cultural, político e ideológico. Através da pesquisa, buscamos compreender e explicitar os gestos de interpretação que subjazem a elaboração do arquivo, considerando que “todo arquivo é uma prática social constituída por gestos de interpretação que, como tal, tem como premissas as condições de materiais de produção que permitiram sua efetivação e a ideologia predominante na sua elaboração” (MAGALHÃES, 2014, s.p). Ou seja, o arquivo não pode ser visto apenas como um frio banco de dados arquitetado por sujeitos que se anunciam como editores de histórias. Os discursos, ao circularem na sociedade, trazem uma memória de outros dizeres, ditos anteriormente, em outros lugares, em outras circunstâncias. Dizeres que Pêcheux (2009) denomina de interdiscurso, isto é, aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente, num movimento interferente e que se realiza de maneira incisiva dentro das relações sociais. Desse modo, a nossa hipótese é que o site Memória Globo, através de um gesto de seleção, faz circular recortes a partir de uma posição ideológica, que, em um gesto de lembrança, acaba apagando, a memória histórica. E assim, silencia, ao mesmo tempo, sua posição político-empresarial.

**Palavras-chave:** discurso; jornalismo; memória; arquivo.

## **“PRINT SCREEN”: UMA TECLA, UM RECURSO, CAPTURA DE SENTIDOS ATRAVÉS DA IMAGEM...**

Tássia Gimenes Alves (UFF)

Esse trabalho tem origem nas reflexões acerca da tese de doutorado na qual analisamos comentários em páginas feministas no Facebook. De modo a obter as sequências discursivas que compõem o corpus empírico dessa tese lanço mão do printscreen. Aqui não visamos analisar os corpora da tese de doutoramento ainda embrionária, justamente por isso pretendemos discutir os procedimentos de análise que não só se relacionam com a pesquisa, mas se colocam como discussão teórica acerca do printscreen para a Análise de Discurso (AD). Tomamos por base a AD Pêcheuxiana que entende o discurso como “efeito de sentidos’ entre os pontos A e B (respectivamente destinador e destinatário)”, os sujeitos (PÊCHEUX,1969). Levando isso em consideração, pensar esses procedimentos também funciona como uma análise que mantém a teoria da AD viva, se questionando e em funcionamento. Como dito, não discutiremos o corpus da tese em andamento, especificamente pensaremos como acessá-lo e que entradas serão possíveis a partir do recorte do printscreen. Uma vez que objetivamos propor questões a um corpora constituído por imagens da tela do computador conectada a páginas feministas, inúmeras questões se colocam a partir desse gesto primeiro de análise que é “printar” os comentários nas postagens, como: o que seria o Print screen pela ótica da AD? De que forma ele comparece como um desejo inescapável da analista de estabilizar e controlar os sentidos? Que



tipo de arquivo esses prints promovem? Assim, com intuito de “congelar” os dizeres de comentários do Facebook lançamos mão da função printscreen, contudo há a necessidade de propor questões para esse procedimento de forma a considerar o caráter fugaz dos dizeres no espaço virtual, especialmente no Facebook que tem por possibilidades excluir comentários, editar (que mantém em outro espaço o texto original que “falha”), copiar o conteúdo, ocultar, denunciar, cancelar e excluir. Além disso, as páginas em si podem ser excluídas, transformadas em outras páginas e ainda podemos falar das questões técnicas, como por exemplo, a atualização constante das páginas que mantém o último post na parte superior. O printscreen pode ser ao pé da letra uma impressão da tela. Já o discurso “tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento (ORLANDI, 2009). Então como funciona o discurso quando represamos suas margens em uma fotografia por conta de objetivos de análise?

**Palavras-chave:** AD; Facebook; print screen.

## **DISCURSO SOBRE A CENSURA NA MÍDIA ELETRÔNICA**

Tatiele Rodrigues Alves (CEFET-MG)

Carla Barbosa Moreira (CEFET-MG)

Considerando as relações sociais e a difusão das mídias eletrônicas neste início de século, propomos uma investigação sobre os processos de produção de sentidos sobre ‘censura’. Compreendida como um mecanismo político e ideológico que intervém na ordem do discurso visando o controle de sentidos, seja pelo silenciamento (Orlandi, 1992), seja pelo evidenciamento (Moreira, 2009), interessa-nos investigar, no discurso de jornais online, as novas/outras formas que têm sido reconhecidas como supressoras da liberdade de expressão/censura no/do espaço digital. Trata-se, nesse sentido, de analisar sua designação considerando-se o intervalo compreendido entre o acontecimento histórico ‘manifestações populares de rua ocorridas em 2013 no Brasil’ até o presente momento. Pretende-se ainda tecer um mapeamento das redes temáticas que têm sido suprimidas e/ou apontadas como censuradas no discurso desses jornais. A perspectiva teórico-metodológica que fundamenta essa pesquisa é a Análise de Discurso de vertente francesa, fundada por Michel Pêcheux (1975) na França e por EniOrlandi (1983) no Brasil. A partir do conceito de discurso, definido por Pêcheux (1975) como efeito de sentido entre interlocutores, é deslocada a ilusão de que há uma relação direta entre a constituição da língua e a realidade, pois nas línguas se inscreve uma política de sentidos que coloca em cena a divisão de sentidos. Trabalhar-se-á a interpretação produzida pela constituição de um determinado sentido em observância ao provável sujeito-leitor constituindo a textualidade pelos gestos de interpretação do discurso. Assim, o corpus discursivo relativo aos efeitos de sentido sobre “Censura” se inscrevem na textualidade dos jornais on-line de ampla circulação na internet: Folha de S. Paulo, O Globo, Caros Amigos e Carta Capital, no período supracitado. Com a análise proposta, espera-se investigar a atualidade da discursividade sobre Censura na mídia eletrônica, considerando-se o modo como se configura a disputa pelos sentidos nos jornais selecionados. Além disso, o mapeamento dos temas/matérias considerados censurados podem confirmar novas/outras discursividades, atentando-nos para além das práticas censórias em questão e dando visibilidade à naturalização de sentidos empenhada por grandes jornais de referência. Do ponto de vista teórico e social, investigar os imaginários acerca da censura na atualidade pode ser vislumbrado como uma contribuição às pesquisas voltadas para constituição da memória histórica e das práticas de interpretação das relações sociais, do sujeito e da língua.

**Palavras-chave:** discurso; censura; mídia eletrônica.

## **O DIZER SOBRE OS HOSPÍCIOS E A REFORMA PSIQUIÁTRICA EM BARBACENA: UMA ANÁLISE DISCURSIVA**

Valéria Bergamini (UFF)

Este trabalho, parte de uma pesquisa de doutorado em curso, volta-se ao modo como se constituem efeitos de sentidos no dizer sobre os hospícios, perante a reforma psiquiátrica, com circulação em jornal, no município de Barbacena, Minas Gerais, designada simultaneamente como a cidade dos loucos e das rosas. Nossa escuta será feita, assim, por meio da análise do discurso jornalístico, constituindo o nosso corpus de análise a partir de dizeres materializados no jornal Correio da Serra, em circulação na cidade nos últimos 15 anos, a contar de 2001, ano em que entra em vigor a Lei da Reforma Psiquiátrica no Brasil, até dezembro de 2016. De modo mais específico para este trabalho, recortamos para análise sequências discursivas que



reúnem dizeres acerca dos hospitais psiquiátricos com internações de longa permanência, com foco no imaginário que se constitui nesses dizeres para os hospícios e no funcionamento do silêncio, bem como na consideração da influência da política local como condições de produção nesta (des)construção da loucura. Ao dizer sobre os hospícios, o jornal também produz dizeres acerca de ações outras, como a criação e a manutenção do Museu e do Festival da loucura em Barbacena, bem como de ações e serviços substitutivos em prol da reforma psiquiátrica, como as residências terapêuticas instaladas no município, nos quais são observados indícios de influências políticas e econômicas, em um município comandado há séculos por partidos da direita. Nossa fundamentação são os dispositivos teórico-metodológicos da Análise de Discurso de orientação francesa, fundada pelo filósofo Michel Pêcheux, a partir de suas contribuições, e considerando os seus desdobramentos no Brasil, com os trabalhos da professora Eni Orlandi e seus seguidores. Assim, a partir do dispositivo teórico da Análise de Discurso, construímos o dispositivo analítico, com destaque ao funcionamento do discurso sobre as cidades, que fundamenta a análise do corpus em questão. Em nosso gesto de análise, voltamo-nos aos dizeres e aos apagamentos no discurso jornalístico acerca da Reforma Psiquiátrica e da presença de internos de longa duração nos Hospitais Psiquiátricos ainda existentes na cidade, bem como as relações desses dizeres com os modos como se produzem efeitos de sentidos para Barbacena como a cidade das rosas, em detrimento à cidade dos loucos.

**Palavras-chave:** Análise de Discurso; discurso jornalístico; hospícios.

## **DISCURSO SOBRE AS COTAS, A PARTIR DOS ARTIGOS PUBLICADOS NA REVISTA VEJA (2006-2012)**

Wellington Ferreira Santos (UFF)

O presente trabalho, que vem sendo construído na Universidade Federal Fluminense - UFF, sob a orientação da professora Bethânia Mariani, tem como materialidades linguísticas, os artigos publicados pela revista Veja entre os anos de 2006 a 2012 (Convite ao ódio racial (2006); O pobre e o negro (2007); Intolerância (2007); Eles são gêmeos idênticos, mas, segundo a unb, este é branco e este é negro (2007); cotas: O justo e o injusto (2008); Uma segunda opinião (2009); O grande erro das cotas (2012) e Distorção na pele (2012)). Esse trabalho objetiva analisar o discurso sobre/das cotas, contribuindo para os estudos do discurso e, principalmente, para as discussões sobre o(s) embate(s) que houve (ainda há) em torno das cotas (raciais). Esse(s) embate(s) tomou (tomaram) grande espaço na mídia nacional e na vida de milhões de brasileiros, nos últimos quinze anos, fomentando muitas vezes um discurso de ódio, hegemônico e de resistência. Diante disso, vale ressaltar que a escolha do tema acontece pela enorme relevância de discutir a formulação e circulação dos sentidos sobre/das políticas públicas de ação afirmativa Brasil. Assim, esse trabalho filia-se à Escola de Análise do Discurso de linha francesa, fundada por Michel Pêcheux nos idos da década 60. E, palmilhando nessa perspectiva, concordamos com ORLANDI (2012), na medida em que ela nos orienta a problematizar as formas de ler, a nos questionar, a não nos sujeitar a linguagem, aos seus equívocos e sua opacidade. É preciso não caímos na ilusão de sermos conscientes de tudo e exercer uma relação menos ingênua com a linguagem, pois, ela não nos é transparente. Há movimentos nos sentidos. Dessa forma, busca-se compreender a constituição, a formulação, a circulação e o funcionamento do discurso midiático, a partir de artigos publicados na revista Veja, nos anos de 2006 a 2012. Todavia, compreendendo, que será um gesto de leitura entre outros possíveis.

**Palavras-chave:** discurso; cotas; mídia.



## **Eixo III Discurso político**

### **NA FRONTEIRA ENTRE A RESISTÊNCIA E O CINISMO: AS LEITURAS POSSÍVEIS DO IMPEACHMENT/GOLPE NAS MÍDIAS BRASILEIRA E INTERNACIONAL**

Andréia Maria Pruinelli (UFRGS)

A partir do aparato teórico-metodológico da Análise do Discurso de linha francesa (AD), ancorada no





pensamento de Michel Pêcheux, procuramos, neste trabalho, investigar os efeitos de sentido mobilizados pela mídia acerca do processo de impeachment/golpe ocorrido no ano de 2016, quando Dilma Rousseff era presidenta da República. O percurso metodológico se dá a partir do recorte de notícias veiculadas em diversos meios de comunicação de massa de âmbito brasileiro e internacional e, por meio da análise dessas materialidades, buscamos investigar as posições-sujeito assumidas pelos veículos de comunicação que se reportam ao caso ou como impeachment ou como golpe. Para tanto, vamos mobilizar algumas noções caras à AD, tais como contradição, equívoco, sujeito, memória, resistência, cinismo e formação discursiva. Nosso objetivo é trabalhar com duas FDs opostas, a saber: impeachment e golpe, e a partir daí problematizar de que forma são acionados os gatilhos de memória que se associam e, ao mesmo tempo, atualizam os saberes próprios destas FDs. A memória discursiva que opera nas questões relativas ao impeachment/golpe, nos moldes em que este ocorreu no Brasil, guarda relação muito próxima com saberes e práticas já manifestados em acontecimentos históricos que deixaram sua marca nas searas política e social do país em anos anteriores, como foi o caso de impeachment do presidente Fernando Collor de Mello e da atuação da ditadura em solo nacional, no período compreendido entre 1964 e 1985. As noções de cinismo e de resistência aparecem conectadas, respectivamente, às FDs do impeachment e do golpe, uma vez que se pode associá-las a estes conceitos por questões de ordem ideológica. Para a Análise do Discurso pecheuxiana a língua é, com efeito, a morada do equívoco, local onde as possibilidades emergem, respaldadas pela história e onde são, inevitavelmente, atravessadas pela(s) ideologia(s) que se moldam, caso a caso, de acordo com as condições de produção apresentadas. A contradição é intrínseca ao sujeito, não sendo possível a ele, portanto, dela se libertar deliberadamente, visto que a relação contradição-sujeito tem raízes fincadas no inconsciente. Podemos depreender que a constituição do sentido une-se à constituição do próprio sujeito, estabelecendo uma relação de dependência. E é por intermédio da evidência do sentido que o sujeito se apropria dos sentidos historicamente produzidos para, com isso, ter a ilusão de ser o sujeito do discurso, completamente atravessado pela força imanente provinda da ideologia. Associando, portanto, o equívoco da língua e a contradição da história, outro objetivo deste trabalho é trabalhar com as FDs opostas do impeachment e do golpe, interrelacionando-as e, a partir daí, problematizar de que forma questões associadas à língua, pelo viés do equívoco e à história, por meio da contradição, aparecem funcionando no fio do discurso das materialidades analisadas.

**Palavras-chave:** impeachment; golpe; equívoco; contradição; formação discursiva.

## **DA PARÁFRASE AO DESLIZAMENTO: SENTIDOS EM TORNO DE UMA GREVE MILITARIZADA**

Aretuza Pereira dos Santos (UNEB)

Ao analisar os dizeres que circulam na sociedade quando se instaura um dissídio entre os representantes do Estado e o Servidor Público Militar em estado de greve, compele-nos a observar, instigantemente, como os sentidos se constituem, como são formulados, como circulam e como os sentidos silenciados significam no jogo ideológico daquilo que não é dito mas faz sentido. Desse modo, neste trabalho, propomos discutir a maneira pela qual as tensões sociais entre os representantes governamentais e os militares-grevistas se processaram no campo da linguagem, através da disputa por deslegitimar e/ou legitimar os sentidos atribuídos ao direito de greve à categoria da polícia militar do Estado da Bahia, no período compreendido entre 1981 e 2014. Para tanto, operacionalizamos por meio da paráfrase, da polissemia e do deslizamento. Enquanto prática de compreensão histórica dos processos semânticos, a Análise do Discurso de linha pecheuxiana - teoria que fundamenta esta pesquisa -, possibilita a compreensão de como essas tensões sociais se processam no campo da linguagem. Por conseguinte, ao selecionarmos o corpus buscamos por pistas que aflorassem o entendimento de o porquê, como e sob quais condições os discursos em torno dos sentidos de greve são construídos a partir de ideologias que diferem quanto à possibilidade de os policiais militares participarem do exercício político. Dentre os resultados, evidenciamos o quanto nas lutas sociais os efeitos de sentidos construídos dialogicamente estão relacionados a tantos outros sentidos situados em um momento sócio-histórico, com reflexos na posição que o sujeito assume ao se constituir discursivamente; evidenciamos, também, que o jogo discursivo-ideológico construído em torno de dizeres que buscaram deslegitimar os sentidos atribuídos ao direito de greve à categoria da polícia militar contribuiu singularmente para dar visibilidade de como ocorre o imbricamento da língua com a história, indispensáveis à compreensão do processo de construção e produção de sentidos.

**Palavras-chave:** greve; sentidos; paráfrase; polissemia; deslizamento.



## **A RELAÇÃO ENTRE FORMAÇÃO DISCURSIVA E FORMAÇÃO IDEOLÓGICA PARA PÊCHEUX: UMA BREVE REFLEXÃO**

Bianca Machado Quintino Damacena (UFRGS)

Este trabalho tem como objetivo fazer uma breve reflexão sobre a relação entre conceitos muito importantes nos marcos da Análise de Discurso de origem francesa: Formação Discursiva (FD) e Formação Ideológica (FI). Buscou-se a origem do termo formação discursiva em Arqueologia do Saber, de Michel Foucault (1986) e, depois, seguiu-se para seu desenvolvimento na teoria da Análise do Discurso, com Pêcheux, em diversas obras. Sabe-se que os estudos sobre FD seguiram rumos diferentes com outros autores, o que resultou em algumas adaptações. Entretanto, para este trabalho, decidiu-se focar apenas na relação entre os conceitos de FI e FD conforme Pêcheux porque entende-se que aí, tal como o autor explicou em Semântica e Discurso (1995), está uma das essências do sentido. Para tentar exemplificar a relação estudada aqui, escolhemos o slogan de campanha eleitoral de um dos candidatos ao governo do estado do Rio Grande do Sul, no Brasil, em 2014, como corpus. Na época da campanha, quando José Ivo Sartori, do PMDB, lançou o slogan “Meu partido é o Rio Grande”, gerou uma comoção entre apoiadores e não-apoiadores. De um lado, aceitou-se a ideia inicial de que se tratava de uma campanha de oposição feita por um administrador e não um político, tendo em vista o grande rechaço que partidos políticos em geral estavam sofrendo naquele momento. Por outro lado, estabeleceu-se uma relação de desconfiança uma vez que Sartori é filiado ao PMDB, que estava (e continua) envolvido nos escândalos de corrupção revelados. Entretanto, ao se fazer a análise do slogan a partir de uma reflexão sobre o momento histórico em que foi produzido e compreendendo-se os conceitos de formação discursiva, formação ideológica, bem como a relação que há entre elas, é possível perceber todo o jogo político e ideológico por trás do “inocente” Meu partido é o Rio Grande.

## **INTEGRAÇÃO, COOPERAÇÃO E INTERCÂMBIO SEGUNDO A OEI: O POLÍTICO E O IDEOLÓGICO NA PROPOSTA DE INTEGRAÇÃO IBERO-AMERICANA**

Camila da Silva Lucena (UFPE)

O objetivo deste trabalho é analisar os efeitos de sentido da designação integração presente nos documentos oficiais da OEI (Organização dos Estados Ibero-Americanos). A partir de uma análise prévia dos documentos – a Carta Cultural Ibero-americana (CCI) e o Documento de desenvolvimento da Carta – observamos que juntamente com o termo integração dois outros termos são frequentes - cooperação e intercâmbio -, sugerindo uma vinculação direta e significados semelhantes entre si. Então, buscamos analisar especificamente os efeitos de sentidos das designações integração, cooperação e intercâmbio na construção da proposta de integração ibero-americana e como isso vai se marcando na materialidade da língua, através das designações (GUIMARÃES, 2005), a fim de construir uma estabilização de sentidos. Assim, entendemos que a escolha do nome é um ato político, construído por discursos que são naturalizados na materialidade da língua sendo, portanto, a designação um lugar privilegiado para analisar como isso se produz. Ao fazer essa afirmação, estamos nos aliando ao que diz Guimarães (2005), como também Zoppi-Fontana (1999), quando definem a designação como uma materialidade possível de rastrear como o político e o ideológico inscrevem-se na língua. Para fundamentar a discussão, temos como aporte teórico a Análise do Discurso de linha pecheuxiana que nos oferece elementos necessários para compreender como se articulam, nos discursos desses dois documentos, diferentes discursos outros, entre memórias e silenciamentos, através dos quais se constrói um imaginário sobre a integração ibero-americana. Desse modo, ao analisar as designações integração, cooperação e intercâmbio identificamos que os efeitos de sentidos construídos contam com o apoio do fenômeno da determinação (INDURSKY, 1992) que se mostrou produtivo, uma vez que concluímos que as designações têm como objetivo determinar um sentido, excluindo outros possíveis, atuando para o efeito de homogeneidade dos sentidos. No geral, vimos que a designação integração é considerada o resultado maior de uma cooperação e um intercâmbio. Sendo assim, definimos que a cooperação determina o intercâmbio, no sentido de possibilitar, tendo como resultado a integração ibero-americana. Isto é, antes que haja uma integração de fato, devem ocorrer esses dois processos primeiros, ambos, caracterizados pela cultura, o principal determinante que adjetiva essas designações.

**Palavras-chave:** integração ibero-americana; designação; silenciamentos; determinação.



## **DEFINIR A CULTURA?: POLÍTICA E SENTIDOS DE UMA PALAVRA**

Felipe Augusto Santana do Nascimento (UNICAMP)

A dificuldade de se definir o que se entende por cultura é partilhada por diferentes estudiosos das Ciências Humanas, a palavra cultura, ao mesmo tempo em que é tomada pela sua evidência, funciona pela sua polissemia. Ao partir de uma perspectiva que toma o dicionário como uma tecnologia de gramatização (AUROUX, 2009) e como um objeto histórico e discursivo (COLLINOT & MAZIÈRE, 1997; NUNES, 2006), busco compreender os sentidos em torno do verbete cultura na materialidade específica do dicionário de línguas, mais especificamente em dicionários de língua francesa e língua portuguesa. Na tensão entre a paráfrase e a polissemia, entre o mesmo e o diferente (ORLANDI, 1999), discuto como em diferentes períodos da história essas evidências foram sendo construídas, ao analisar o funcionamento da contradição e o trabalho do político na constituição dos sentidos em torno dessa palavra. Desse modo, algumas questões são levantadas neste trabalho: como o verbete cultura é definido nos dicionários? Como se repetem, se transformam, se estabilizam os sentidos em torno desse verbete? Quais deslizamentos estão em jogo nessa estabilização? A partir dessas perguntas, é possível compreender que uma das definições de cultura aponta para a tensão entre o processo (o cultivo da terra) e o produto (o resultado desse cultivo). Os sentidos em torno da palavra cultura movem-se, deslizam e tornam-se outros, mas a tensão entre o processo e o produto continua a produzir efeitos. Tal tensão é importante para pensarmos como atualmente a palavra cultura funciona na sociedade. Há um forte apagamento do processo (dos sujeitos e da história) em detrimento do produto (dos objetos, dos resultados) provocando, com isso, a naturalização da cultura e, por sua vez, dos sujeitos pelo apagamento do político e da história. É ao compreender o funcionamento político e histórico em torno da palavra cultura, observando com os diferentes sentidos em torno dessa palavra vão sendo constituídos ao recortar o real, que podemos lançar luzes sobre o que se entende por cultura hoje e, assim, tentar compreender seu funcionamento na sociedade.

**Palavras-chave:** Análise de Discurso; cultura; dicionários; paráfrase; política.

## **DISCURSO, APOSENTADORIA E O MERCADO DE TRABALHO: TRAJETOS MATERIAIS DA DESUMANIZAÇÃO CAPITALISTA**

Juliana Tereza de Souza Lima Araújo (UFAL)

Helson Flávio da Silva Sobrinho (UFAL)

Neste trabalho, analisamos o discurso sobre aposentadoria e seu imbricamento dinâmico e contraditório com o mercado de trabalho na sociedade capitalista brasileira. Para isso, filiamos-nos à Análise do Discurso (AD), iniciada em 1969, na França, pelo filósofo marxista Michel Pêcheux, que, para analisar o discurso, questionou o efeito de transparência da linguagem, bem como, soube problematizar a relação intrínseca entre língua, história, sujeito e ideologia, formulando uma teoria materialista dos processos discursivos. Nessa perspectiva, consideramos que os sentidos são produzidos historicamente na dinâmica contraditória das relações sociais, pois, como afirma Pêcheux (1988, p.160), o sentido de uma palavra é “determinado pelas posições ideológicas em jogo no processo sócio-histórico”. Dessa forma, ao propormos analisar discursos que entrecruzam sentidos de “aposentadoria” e de “mercado de trabalho”, estamos problematizando a dialética dos efeitos de sentido e sujeitos nas relações históricas de produção de uma determinada sociedade. O corpus, para desenvolver esta pesquisa, foi constituído a partir de recortes de materialidades discursivas que circularam em reportagens publicadas na web, como as seguintes: “Mercado de trabalho para aposentados” (Isto É, 21/1/2016), e “Idoso trabalha para ganhar R\$ 10 por dia; esposa teme não se aposentar” (Portal O Dia, 07/05/2017). Nas análises das materialidades, compreendemos que se processa, na conjuntura histórica atual, uma resignificação da aposentadoria, cujo cerne da questão se entrelaça aos interesses capitalistas do Estado brasileiro. Nosso desafio tem sido compreender como tais materialidades discursivas produzem efeitos de sentido que ambicionam resignificar a aposentadoria, afetando não apenas o trabalhador aposentado, como também aquele que estaria prestes a se aposentar. Isso tudo se processa no atual contexto de mudanças no mundo do trabalho e no sistema previdenciário, com as propostas de reformas que seguem no Congresso Nacional. Desse modo, constatamos que a aposentadoria e o sujeito aposentado são significados, fundamentalmente, sob a perspectiva do mercado de trabalho. Nas materialidades discursivas, há uma textualização de “passos”, “dicas”, “fórmulas” e/ou “aconselhamentos”, sugeridos por determinados “especialistas”, para tornar o/a trabalhador/a “bem sucedido/a” depois dos 60 anos, numa tentativa de garantir a sua manutenção no emprego, ou mesmo, sua



reinserção no mercado de trabalho. Nessas discursividades, a significação da não-aposentadoria para o mercado de trabalho aparece como algo natural (sempre existente), produzindo um entrecruzamento de sentidos que tende a silenciar que o discurso de continuidade ou de retorno ao trabalho, após a aposentadoria, tem raízes históricas no processo de reformulação da Previdência Social no Brasil. O discurso também tangencia a exploração do trabalho, pois o processo discursivo, por ser ideológico, silencia sua contraditória determinação histórica. Assim, na produção de sentidos conflituosos (aposentar/não - aposentar), há a retomada de uma memória, necessariamente apagada, que reafirma a necessidade do trabalhador de continuar ativo profissionalmente, para “manter a renda”, “manter-se saudável” e “manter-se útil”. Ou então, ser capaz de recusar a aposentadoria e seus sentidos de “descanso” e “inatividade” para submeter-se, em última instância, aos ditames do capital, desconsiderando, assim, as condições desumanizantes de trabalho e o desemprego estrutural que assolam toda sociedade sob a lógica do capital.

**Palavras-chave:** discurso; aposentadoria; mercado de trabalho.

## O POLÍTICO NA PRODUÇÃO DE SENTIDOS

Naiara Souza da Silva (UCPEL)

Este texto é parte de reflexões que vêm sendo construídas no trabalho de tese intitulada “Tatuagens: identificação ou resistência”, cujo interesse está nos funcionamentos de identificação e de resistência textualizados na tatuagem futebolística, precisamente as representativas de dois times de futebol “Grêmio Esportivo Brasil” e “Esporte Clube Pelotas” da cidade de Pelotas/RS, reconhecidos como o maior clássico do interior sul-rio-grandense, o Bra-Pel. Esta dupla adversária mexe com o coração da cidade, conforme escrevem alguns autores, pela sua forte rivalidade que foi sendo construída e fortificada ao passar dos anos na história do futebol pelotense. Tal oposição não se deve apenas pelo desempenho dos jogadores em campo, mas pela própria fundação de cada clube. Nesse aspecto, nosso interesse aqui é refletir, no âmbito da Análise de Discurso (AD) de tradição pecheuxiana, acerca do imaginário que perpassa a representação dos dois clubes em questão, pois entendemos que os discursos se (re)produzem a partir desse imaginário. Segundo Orlandi (2012), o imaginário faz parte do funcionamento da linguagem, é eficaz e não brota do nada visto que seu alicerce está no modo como as relações sociais se inscrevem na história e são regidas, em uma sociedade como a nossa, por relações de poder. Nesse caminho, observamos o imaginário constitutivo de cada clube que os coloca em patamares político-econômicos diferentes, conforme nos relata Osório e Amaral (2008): apresentavam-se “Fidalgos da Avenida x Negrinhos da Estação”, tratando-se do Pelotas e do Brasil respectivamente. Frente a isso, compreendemos que o político aí se instaura. Político entendido como representação de forças políticas em jogo no discurso no qual interferem a história e a ideologia como constitutivas. Para tanto, trazemos para análise considerações de quatro sujeitos torcedores, dois de cada time referido. De um lado, temos dois sujeitos, um xavante e outro áureo-cerúleo, que materializam pelo funcionamento parafrástico efeitos de sentido relacionados a esse imaginário dualístico e discriminatório, perpassado por relações de força. E de outro, dois sujeitos, também xavante e áureo-cerúleo, que materializam sentidos outros, possibilitando que os sentidos se movimentem, tornando-se outros já não mais tão marcados pela discriminação. Ou seja, na produção de sentidos, há sujeitos que reproduzem saberes mantendo-os na ordem do mesmo, e há outros sujeitos que instauram, pelo seu dizer, a ruptura com esses saberes relacionados ao imaginário estereotipado. Assim, no jogo entre o mesmo e o diferente o político faz-se presente e é nessas condições de produção que tais sujeitos mencionados marcam seu próprio corpo, demarcando posições, na textualização de tatuagens. Em síntese, buscamos compreender como a discursivização do antagonismo entre forças de duas instâncias distintas ainda é capaz de instaurar discursos de superioridade e de inferioridade, com relação às classes, incitando a exclusão num espaço social que é comum a ambos, a cidade de Pelotas.

**Palavras-chave:** sentidos; paráfrase; deslizamento; político; tatuagem.

## RECONHECER, OCUPAR E RE-APROPRIAR: O MOVIMENTO DE CONSTRUÇÃO DISCURSIVA NAS PRÁTICAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

Raquel Alquatti (UFRGS)

A apresentação que proponho é parte do resultado da pesquisa que desenvolvi em minha dissertação junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Retomando as marcas de fundação do dispositivo de uma análise do discurso, busco evidenciar a simultaneidade pela qual





os questionamentos a respeito das práticas políticas e teóricas das ciências humanas e sociais atravessam a obra de Michel Pêcheux. Tomo este traço como aquilo que confere à Análise do Discurso especificidade de uma prática teórica e um instrumento científico de escuta social que exige, para sua realização, uma tomada de posição política. Realizei, para isso, um gesto de análise de uma prática política de ocupação existente há cerca de dois anos em um prédio público no centro da cidade de Porto Alegre – RS, não utilizado há mais de uma década pelo governo estadual. O objeto de luta é a garantia do direito à moradia digna. O instrumento utilizado é a ocupação de um prédio público. Uma entrevista em forma de conversa coletiva, uma audiência pública, uma manifestação de rua e um documentário foram os meios pelo qual realizei uma escuta das manifestações desta ocupação. Frente à cena política onde esta luta se trava é preciso estabelecer linhas de demarcação discursiva. Na tessitura dessas linhas vemos se desdobrar em duas as faces de um mesmo processo relativo à luta de classes. Os sujeitos que ali residem atribuíram à esta situação o nome Ocupação Lanceiros Negros e, por meio deste, delimitam um lugar de onde o nós de um coletivo de luta pode emergir, na filiação à uma memória que autoriza a diferenciação do eles disperso da dominação. Neste lugar é preciso reconhecer o discurso da classe dominante e dele se apropriar, explicitar seu funcionamento e re-articular saberes pré-construídos para produzir outros arranjos de sentido. A língua, base material onde a luta política se desenvolve como discurso, é também a matéria pela qual as práticas teóricas operam transformações. Jogo metafórico dos sentidos que produz novas relações sociais e outros conhecimentos. Se, colocar-se no ponto de vista de uma análise materialista do discurso requer a tomada de uma posição política, é porque práticas políticas trabalham conceitualmente as relações sociais. Dois domínios de um mesmo processo sem sujeito nem fim(s).

## **DISCURSO LITERÁRIO E IDEOLOGIAS POLÍTICAS NA LITERATURA BRASILEIRA FINISSECLAR**

Raul Azevedo de Andrade Ferreira (URCA)

Ao longo de todo o século XIX, a literatura brasileira apresenta um aspecto fundamental de sua dinâmica: uma ligação íntima com a vida política do país. No Brasil, desde o movimento nacionalista romântico, a literatura serviu como arma propagandística de ideias veiculadas pelos discursos políticos. Foi assim que os movimentos indianista e nativista serviram à consolidação da ideia de um Brasil autônomo, emancipado de Portugal. De forma bastante semelhante, quando se quis promover ideias republicanas e liberais, a literatura foi utilizada como arma discursiva de combate ao fazer com que sua linguagem passasse a veicular um ideal de modernidade fundamentado por uma lógica cientificista. Além de arma de propaganda, a atividade literária também era uma forma de se adquirir prestígio e, por consequência, cargos na administração pública, não sendo incomum o fim de uma carreira literária tão logo as ambições políticas eram atingidas. Segundo Ângela Alonso (2002, p.58), "O desenho intelectual e o propósito político se afinavam tanto porque não havia uma camada letrada autônoma no Império: política, historiografia e letras compunham facetas de uma carreira pública unificada". A consequência desse quadro foi a contaminação da literatura da época com a dinâmica da vida política nacional. Isto não quer dizer que os embates políticos ou as ideias que conduziam o debate eram representadas diretamente pela mimesis literária, ou que a literatura reproduzisse as questões políticas diretamente nos enredos da prosa ficcional ou nos sentimentos da poesia lírica (ainda que isso pudesse acontecer eventualmente), mas antes que a forma como a política era conduzida, os sentidos e os pressupostos ideológicos que circulavam em sua formação discursiva, invadiam com muita facilidade o campo literário, direcionando os sentidos que os procedimentos linguísticos próprios ao discurso literário adquiriam. A literatura, assim, de uma forma mais ou menos direta, se convertia num veículo de disseminação de ideias e metáforas que conduziam o debate político. O presente trabalho analisa a presença de elementos do discurso político no estado do interdiscurso da literatura brasileira produzida a partir de 1870. Para isto, ele considera a obra de importantes autores do período, como Machado de Assis, Aluísio de Azevedo, Graça Aranha e Euclides da Cunha, assim como outros autores secundários, como Afrânio Peixoto, Franklin Távora e Rocha Pombo e avalia como a crise política instaurada nos anos finais do Segundo Império interferiu na produção literária do período.

**Palavras-chave:** Discurso literário; literatura oitocentista; mimesis literária; discurso político.



## **Eixo IV** Arte, corpo, gênero, sexualidade

### **A HISTÓRIA SILENCIADA NO DISCURSO DO EMPREENDEDORISMO FEMININO**

Cristiane Gomes De Souza (UFAL)

Maria Virgínia Borges Amaral (UFAL)

Diz-se que, nos últimos dez anos, o Brasil tem presenciado o crescimento do índice de mulheres gestoras da sua própria empresa. Muitas mulheres estão sendo cooptadas pelo discurso empresarial, conduzidas pela ideia de liberdade de escolha e de sucesso no mundo dos negócios. Para os apologistas do mercado, trata-se de um movimento positivo; revela-se a expansão da presença da mulher no mercado de trabalho, decorrente de muitos fatores sociais, políticos, culturais, como, por exemplo, a diminuição da fecundidade feminina, o processo migratório do campo para as cidades, implicando, inclusive, maior facilidade de acesso aos bens e serviços e aumentando o índice de escolaridade das mulheres. Evidentemente, esse não é um fenômeno que se explica por si só, há inúmeras razões para as mulheres viverem um processo de ressignificação da condição feminina, alicerçada em uma história de opressão e resistência. O “novo” emerge, pois, sob um discurso de liberdade e escolha de oportunidade, silenciando a necessidade de reprodução da vida por meio do trabalho. Procura-se, neste estudo, analisar o discurso propagado pelo “Prêmio SEBRAE Mulher de Negócios”, tendo-se como pressuposto o entendimento de que esse discurso cria no sujeito mulher a ilusão de ser “dona da sua história”, ao colocá-la no lugar de sujeito falante que julga ser livre para escolher o que diz, livre dos efeitos da ideologia a qual está submetida. Traz-se, para dar suporte teórico a essa análise, a “teoria do esquecimento” desenvolvida por Michel Pêcheux. E, em se tratando do quadro teórico, que trabalha com a relação entre sujeito e língua, vinculada ao inconsciente, à história e à ideologia, procurar-se-á, então, entender como o discurso produz sentidos, tendo em vista a formação discursiva em que o sujeito mulher fala de um lugar determinado, que julga ser seu e resultante de suas escolhas. Neste sentido, retoma-se o entendimento de que o discurso é prática política e esta “tem por função transformar as relações sociais no interior da prática social” (PÊCHEUX, 1972, p.37). Ademais, é interessante observar que o efeito de ilusão, produzido no e pelo discurso do empreendedorismo feminino, conduz a um processo de silenciamento da condição de sujeito que continua a mercê da ideologia dominante do mercado, por isso importante interpretar, no dito, o que é silenciado nos depoimentos das mulheres premiadas, em condições outras que as fazem perceber-se como empreendedoras e empresárias de sucesso, nesta sociedade, regida pelos interesses mercadológicos, em detrimento da realização do gênero humano. No debate promovido pelo Simpósio “O político na Análise do Discurso: contradição, silenciamento, resistência”, importa também entender a relação entre o processo de formação do sujeito político e social e as práticas discursivas que deslocam sentidos sobre a identificação de gênero na história. Assim, pode-se participar do esforço teórico e político para dar visibilidade às mulheres e aos seus dizeres.

**Palavras-chave:** discurso; esquecimento; ideologia; empreendedorismo; mulher.

### **A IMAGEM DE SOLEDAD BARRETT NA IMPRENSA PERNAMBUCANA**

Dayana Nunes Silva Alencar (UFPE)

Pensando no silêncio imposto às mulheres na História, na violência física e simbólica que sofrem as mulheres cotidianamente, Soledad Barrett Viedma é um desses tantos nomes que merece ser retirado da penumbra, podendo levar-nos a compreender a importância da mulher que resiste. Por sua força, sua luta acabou sendo sufocada pelo regime militar de 1964, no município de Paulista, estado de Pernambuco, fato este noticiado pela imprensa local e nacional. Sua história, entretanto, foi contada pelos jornais a partir da formação ideológica do Estado, como dão indícios documentos da justiça de Pernambuco. Assim, o presente artigo propõe-se a analisar a imagem de Soledad construída pela imprensa pernambucana, sendo mais precisos, debruçamo-nos sobre as matérias do Jornal do Commercio e do Diário de Pernambuco que tratam a respeito da chacina da Chácara São Bento, acontecida em janeiro de 1973, dita como uma “das maiores e mais cruéis chacinas da ditadura”, segundo Gaspari (2002, p. 358). Dessa forma, encontramos na Análise do Discurso de linha pêcheuxiana campo fecundo para compreender os movimentos discursivos que compõem a imagem dessa militante nos jornais, o papel da ideologia no tecer dos sentidos, observando a relação dada entre o político e a língua. Filiando-se a essa teoria, as ideias apresentadas por Michel Pêcheux (1975), Orlandi (1999, 1992) e Žižek (1996) foram de grande utilidade ao gesto de interpretação no qual se configura este trabalho. Além disso, os Atos Institucionais 1 e 5 também se fizeram relevantes, e na



busca de conhecer um pouco da história da militante, fez-se necessária a leitura de Soledad no Recife, obra do escritor pernambucano Urariano Mota – sendo um dos poucos escritos sobre ela em língua portuguesa, talvez sejam os únicos –, assim como o poema Muerte de Soledad Barrett, do uruguaio Mario Benedetti, e a canção Soledad Barrett, de Daniel Viglietti, cantor e compositor uruguaio.

**Palavras-chave:** Soledad Barrett; político; ideologia.

## O CORPO NA CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS NA REVISTA DE MODA

Eduardo Manoel Barros Oracio (UFPE)

O século XXI presenciou a espetacularização de imagens através das quais diversos discursos propagados pelo visual. Desse modo, a ideologia de grupos e os aspectos históricos se materializam na imagem que o sujeito projeta de si para o outro. Inseridos neste ambiente visual, os meios de comunicação ocupam lugar de privilégio em nossa sociedade e fazem-se presentes nos mais diversos contextos, reafirmando padrões sociais já estabelecidos e (re)criando estereótipos pela mediação dos recursos verbais e visuais por eles veiculados. Assim, as nossas discussões estão ancoradas na Análise do Discurso francesa, entendendo que este aparato é o alicerce teórico que nos permite pensar na revista, enquanto mídia e o seu público o social, como estando permeada de relações de interdiscurso e da noção de pré-construído como um jogo de memória coletiva. A partir disso, as condições de produção das práticas midiáticas permeiam essa sociedade marcada pela profusão de imagens (imersas em formações ideológicas) que por sua vez apelam pela memória social. Desse modo, o corpo depara na mídia com um vasto espaço no qual as representações a seu respeito são amplamente construídas e reproduzidas. Anúncios publicitários, textos jornalísticos, fotos e ilustrações e em suportes como a televisão, a internet e a mídia que veiculam discursos, vozes sobre o corpo e sobre como ele é visto, desejado, vendido. Na mídia impressa, as capas de revistas e os editoriais de moda constituem uma síntese de representações, de imaginários, explorando largamente o corpo (feminino/masculino). A sociedade contemporânea com sua cultura de consumo que orienta aos sujeitos quanto a responsabilidade pela plasticidade de seu corpo fornecendo modelos de corpos e mecanismos possíveis de se alcançar tais ideais. Assim, a revista Vogue USA, se configura como um espaço de leitura e (re)produção de sentidos, e que está envolvida com as questões históricas e ideológicas que mobilizam o imbricamento corpo e moda como materialização do seu discurso. Desse modo, este artigo é desenvolvido com o intuito de compreender os modos de discursivização da revista Vogue em sua relação enquanto instância enunciativa e o seu público, os seus interlocutores. Desse modo, o seu discurso está permeado por seus aspectos ideológicos que assumem materialidade em seus editoriais.

## CROMOSSOMOS X E Y: O BIOLÓGICO E O SOCIAL NO DISCURSO SOBRE GÊNERO DA REVISTA SUPERINTERESSANTE

Elisa de Magalhães e Guimarães (UFF)

Filiado ao quadro teórico-metodológico da Análise do Discurso desenvolvida por Michel Pêcheux (1997 [1969]), o presente trabalho tem como objetivo apresentar uma análise da forma como os diferentes papéis atribuídos a homens e mulheres em nossa formação social são tratados pela revista Superinteressante, ora como resultantes de uma determinação biológica, ora como uma imposição social ou cultural. Foram analisadas reportagens de capa da revista que se debruçam sobre assuntos relacionados a gênero, sexualidade e comportamento, publicadas desde o lançamento da revista, em 1987, até 2015, totalizando 15 matérias. Inserida no campo da divulgação científica, a Superinteressante se propõe a ajudar seus leitores a entender o mundo em que vivem e a separar “o novo do velho”, “o importante do irrelevante” e “a verdade do mito” (PUBLIABRIL, 2017). A proposta vai de encontro com a definição do discurso jornalístico como discurso-sobre, que atua na homogeneização dos sentidos e na instituição de verdades (MARIANI, 1996), que, no caso do discurso de divulgação científica, são produzidas pela ciência. O conhecimento científico desfruta de uma posição, em nosso imaginário social, de objetividade e racionalidade plenas. Tal ilusão aponta para uma visão quase religiosa da ciência em nossa formação social, em que o discurso da ciência teria como característica o apagamento do seu sujeito, que estaria “presente por sua ausência, exatamente como Deus sobre esta terra no discurso religioso” (PÊCHEUX, 1995 [1973], p. 198). Entretanto, há uma divisão, tanto dentro das próprias instituições de pesquisa científica quanto entre o público dito não especializado, entre o que é considerado conhecimento científico sério ou válido e o que não é. Uma vez que o método científico se desenvolveu com base nas quantificações e qualificações das ciências exatas e naturais (SANTOS, 2010), tal divisão frequentemente relega as ciências humanas e sociais a uma posição



de subciências, cujas pesquisas não teriam a mesma seriedade e confiabilidade de áreas como a química ou a biologia. Esta oposição comparece também no jornalismo científico, e, no caso das reportagens analisadas para este trabalho, leva a um direcionamento de sentidos a respeito das motivações por trás do que é entendido como masculino e feminino em nossa formação social. A partir das análises realizadas, é possível perceber uma posição binária com relação a gênero por parte da revista, bem como uma preferência pelas ciências biológicas em matérias que se propõem a explicar fenômenos desde a pedofilia até o abismo salarial entre homens e mulheres. Muito embora as ciências sociais e humanas também compareçam no discurso da revista, suas teorias são muitas vezes silenciadas em nome de uma homogeneização dos sentidos de gênero como da ordem do biológico.

**Palavras-chave:** Análise do Discurso; gênero; divulgação científica.

## **RELIGIÃO E HOMOSSEXUALIDADE: A DISCURSIVIZAÇÃO NO SITE SUPERPRIDE**

Fabírcia Cruz Divino (UNEB)

Thiago Alves França (UNEB/UFPE)

Este trabalho tem como objetivo analisar como Superpride – que se autointitula como o maior site gay do Brasil – discursiviza sobre a relação entre religião e homossexualidade. No início de nossa investigação, pressupondo a existência e recorrência de já-ditos sobre a tensão entre discursos religiosos e sexualidades não heterossexuais, e também uma certa incompatibilidade muitas vezes repetida entre o espaço religioso e a homossexualidade, perguntamo-nos se um blog destinado a um público gay discursivizaria sobre religião ou se rejeitaria tal temática, talvez como resposta à rejeição recorrente que muitos homossexuais sofrem no espaço religioso. Em contato com o site, percebemos que não há uma coluna específica dedicada ao tema, mas que é regular que assuntos relacionados à religião sejam discursivizados, sobretudo na seção “Atitude”. Nos apoiamos no arcabouço teórico da AD pecheutiana para formular e, depois, responder a seguinte questão que lançamos para este trabalho: como ocorre a discursivização da relação religião-homossexualidade em Superpride? No que diz respeito à composição do corpus, coletamos algumas formulações linguísticas que circularam em reportagens do site desde o ano de 2008 até março de 2017. Essas sequências discursivas foram organizadas em redes de formulação-reformulação, com o objetivo de destacar uma certa regularidade que, verticalmente, atravessaria cada uma das redes. No que diz respeito aos resultados, concluímos que, embora Superpride não omita o assunto religião, tampouco funciona como lugar de resistência contra o preconceito de ordem religiosa. No site, são discursivizados “aspectos positivos”, como, por exemplo, maior receptividade e acolhimento de algumas igrejas em relação aos homossexuais e notas de apoio à causa LGBT. No que diz respeito a “aspectos negativos”, normalmente estão associados a “gestos positivos” anteriores, por exemplo, quando surgem, no interior da instituição, pontos de vista contrários a posicionamentos pró-LGBT tomados por alguns líderes religiosos. Ainda é regular, em Superpride, a discursivização sobre a existência de padres e bispos em pleno exercício de suas funções religiosas, mas que são também homossexuais.

**Palavras-chave:** Superpride; religião; homossexualidade.

## **A (SEX)USUALIDADE NO TURISMO LGBT: UMA ANÁLISE DA CAMPANHA ¡TRAE TUS COLORES!**

Maicon Gularte Moreira (UFPEL)

Luciene Jung de Campos (UCS)

Este trabalho visa propor uma problematização do segmento de Turismo LGBT, com base na análise dos mecanismos de interpelação que são responsáveis pela produção do sujeito LGBT como um turista LGBT. Para isso, assume o folheto promocional da campanha “¡TRAE TUS COLORES!” como a materialidade de onde oito sequências discursivas são tomadas para compor o corpus de análise. Esta campanha, apoiada pelo Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR), promoveu o Brasil como um destino turístico LGBT em dezembro de 2014 nas cidades de Madrid e Valência, na Espanha. A análise do folheto promocional se filia aos pressupostos teórico-metodológicos da Análise de Discurso francesa teorizada por Michel Pêcheux, que articula conceitos oriundos de três campos teóricos: da Psicanálise, do Materialismo Histórico e da Linguística. Por isso, utiliza os conceitos de sujeito e ideologia para discutir os mecanismos pelos quais a ideologia interpela esses sujeitos, autorizando alguns sentidos ao seu desejo inconsciente e desautorizando





outros. Este processo, responsável por identificar e censurar o desejo de sujeitos LGBT, produz deslocamentos de ordem psíquica e física, interpretados aqui como a busca pela realização do desejo através das viagens. Assumindo, portanto, que a impossibilidade de tomar uma posição, bem como de inscrever o desejo, é o que causa o deslocamento do sujeito, a pesquisa retorna ao campo do turismo. Esse último, é aproximado da noção de espetáculo (DEBORD, 1997), da qual é possível perceber a fetichização do desejo do sujeito na garantia da alienação desse sujeito de sua própria realidade. Em seguida, demonstra pela análise das sequências discursivas selecionadas, o processo de produção de sentidos a partir das formações imaginárias (PECHEUX, 2014a). No caminho descrito, o trabalho sugere pensar o Turismo como um aparelho ideológico de Estado (ALTHUSSER, 2003), pois funciona como um campo de reprodução da ideologia dominante, que é a ideologia da classe dominante, responsável por regular os discursos que falam de e para os sujeitos LGBT. Discursos sobre uma sexualidade estigmatizada, sempre mobilizada em torno do significante sexo e intrinsecamente imbricada no jogo de forças ideológico de dominação desses sujeitos, inclusive através do Turismo.

## **PALMILHANDO OS CAMINHOS AROMÁTICOS DA HETERONORMATIVIDADE: O PERFUME COMO INSTÂNCIA REGULADORA DO GÊNERO**

Rafaella Elisa Santos Rolim Miranda Brito (IFBA)

A construção das identidades é fulcral para a emergência da subjetividade, sobretudo no que diz respeito ao gênero/sexualidade. Diversas instâncias organizam os dizeres que sustentam o sujeito a partir de sua relação com o modo como o afeto e o prazer são vivenciados e/ou desejados. Quer isso dizer que gênero/sexualidade é marcado pela pluralidade, mas que as condições de produção discursiva determinam que nem todas as possibilidades são legitimadas. Ser mulher/fêmea e ser homem/macho são as significações autenticadas. A referida legitimação se dá a partir de instâncias discursivas que constroem e reiteram o que significa ser homem e ser mulher, o que é permitido ou não para cada um deles. Ser heterossexual é o determinado, mas não é suficiente. Trata-se de ser um heterossexual específico, do tipo legitimado pelas instâncias de poder. É, portanto, a heteronormatividade que estabelece e organiza as identidades e, enquanto entidade ideológica, orienta os sujeitos na direção das formações discursivas determinadas e, assim, estabelece aos mesmos os sentidos possíveis para significar a vivência sexual e afetiva. Neste trabalho, tem-se como horizonte uma das instâncias reguladoras que constitui a heteronormatividade e tem como proposta a análise de uma materialidade que, cotidianamente, estabelece o que são/devem ser os seres feminino e masculino: as essências aromáticas. Assim, a materialidade analisada é o perfume, considerado nesse trabalho um discurso a regular o gênero/sexualidade. Almejou-se estabelecer os efeitos de sentido proporcionados por esses discursos, à medida que direcionam, na interpelação, para uma subjetividade específica, contribuindo para reafirmar a filiação discursivo-ideológica que tem por fim manter os interpelados na categoria do “bom sujeito”. A partir da reflexão analítica acerca das notas composicionais dos perfumes tradicionalmente rotulados pelas etiquetas dicotômicas – feminino e masculino –, com ênfase nos perfumes da Dior, J’adore e Eau Sauvage, observou-se que formações discursivas antagônicas legitimam a construção das identidades e reiteram a mulher heterossexual como um ser estético, voltado para a beleza e a sensibilidade das flores e o homem, como um ser moderno, ousado, voltado para a força, os negócios e a conquista.

**Palavras-chave:** Análise do Discurso; efeitos de sentido; heteronormatividade; materialidade discursiva; perfume.

## **Eixo V** Sujeito, silêncio, memória

### **A PROPÓSITO DA PARÁFRASE E DA POLISSEMIA: GESTO ANALÍTICO EM TORNO DE HISTÓRIA DE FADAS AUDIOVISUAIS**

Adielson Ramos de Cristo (UFRB)

Em 2001, a PDI/DreamWorks, lançou o primeiro filme da tetralogia Shrek, o qual ganhou o primeiro Oscar destinado a filmes de animação. Seguido de Shrek (2001), a PDI/DreamWorks lançou Shrek, The Second



(2004), Shrek, The Third (2007) e Shrek ForeverAfter (2010). Relacionados a esses filmes, instauraram-se dizeres segundo os quais os mesmos eram transgressões dos contos de fadas tradicionais, sobretudo àqueles textualizados pela Disney. Esse foi o caso, por exemplo, da declaração de consenso do site norte-americano Rotten Tomatoes, segundo a qual “Enquanto simultaneamente abraça e subverte os contos de fadas, o irreverente Shrek também consegue ajustar o nariz da Disney, fornecendo uma mensagem moral para crianças, e oferecendo aos telespectadores um engraçado passeio em ritmo acelerado”. Tomado metonimicamente, este recorte representa não apenas a condensação dos comentários segundo os quais o primeiro filme da saga Shrek era uma transgressão dos contos de fadas (da Disney), mas evidencia também o funcionamento de dois processos discursivos, a paráfrase e a polissemia, além de apresentar indícios da cena das condições de produção em que a animação se insere. À semelhança de Pêcheux em Discurso: estrutura ou acontecimento, que, a propósito do enunciado on a gangné, questionou-se sobre aquilo que estava ausente, expondo-o à sua opacidade, questionei o enunciado do Rotten Tomatoes em busca daquilo que falta, a fim de dar relevo à sua exposição ao real da língua, dando consequência à afirmação de Pêcheux de que “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro” (PÊCHEUX, 2008[1988], p. 53), o que me permitiu evidenciar o processo discursivo, isto é, “o sistema de relações de substituição, paráfrases, sinonímia etc., que funcionam entre elementos linguísticos – ‘significantes’ – em uma formação discursiva dada” (PÊCHEUX, 2009, p. 148), a partir do qual os sentidos em torno de Shrek podem ser constituídos. Isso permitiu-me, ao mesmo tempo, estabelecer uma descrição das condições de produção de Shrek e realizar uma primeira entrada no corpus em busca pelos sentidos do “efeito de subversão/deslocamento” em Shrek, que, assim me parece, está associado ao fato tanto de o filme apresentar personagens “diferentes” como ser uma história de fadas “diferente”. Daí estabeleci a seguinte questão de pesquisa: “De que modo Shrek significa a diferença?”, para a qual propus os seguintes objetivos: (i) compreender o modo como a diferença é significada na sequência de filmes da tetralogia Shrek; (ii) entender como se dá a relação repetição-deslocamento, colocada em cena a partir da relação nos filmes estabelecidas com narrativas infantis tradicionais; e (iii) confrontar a relação repetição-deslocamento com a relação paráfrase-polissemia. Como consequência disso, meu gesto analítico tem evidenciado que aquilo que é proposto como ruptura na tetralogia Shrek, é, na verdade, um efeito-de-novo, o qual põe em funcionamento, pela dissimulação ideológica, o retorno do mesmo sob a aparência da diferença. Assim, a tetralogia repete a estrutura canônica e a reafirmação da versão tradicional das histórias de fadas (CRISTO, 2017).

**Palavras-chave:** paráfrase; polissemia; história de fadas audiovisual; efeito-de-novo.

## O DISCURSO DO/SOBRE O SUJEITO INDÍGENA: MEMÓRIA E SILENCIAMENTO EM TORNO DO QUE É “SER INDÍGENA” NA ATUALIDADE

André Cavalcante (UFF)

Este trabalho é um recorte da dissertação de mestrado intitulada O imaginário em torno do “ser índio” no Discurso do/sobre o Sujeito-indígena: Entre o Assujeitamento e a Resistência. Neste momento, visamos compreender o funcionamento do político na relação entre memória e o silenciamento no imaginário sobre o que é “ser indígena” na atualidade. O corpus desta pesquisa é de caráter heterogêneo e composto de dois livros da coleção Índio na visão dos índios, com textos escritos por dois povos indígenas brasileiros, quais sejam: Os Fulni-ô, de Pernambuco, e os Potiguara, da Paraíba. Além dos recortes desses livros, foram selecionadas sequências discursivas, de materialidades escritas e imagéticas, encontradas em matérias da mídia tradicional, da mídia alternativa e de perfis de militância (pró) indígena do Facebook. A partir da temática aqui proposta, surgem os seguintes questionamentos: Quais efeitos de sentidos estão se sedimentando ou já estão cristalizados nesses dois tipos de mídia em torno da figura do indígena? Como a memória e o silenciamento estão presentes nessas discursividades? Qual relação se dá entre o político, a memória e o silenciamento nos discursos do/sobre o indígena? Para tanto, esta pesquisa está fundamentada teórico-metodologicamente na Análise do Discurso, sobretudo nas teorizações de Pêcheux (2009; 2014; 2015), Orlandi (2008; 2012; 2013) e Mariani (1998; 2003; 2004). As análises gerais desse estudo apontam para o atravessamento do discurso do indígena pelo discurso sobre o indígena. Dessa maneira, para os indígenas, falar sobre o que é ser índio implica também falar sobre o outro, o homem “branco”, mobilizando, portanto, sentidos que constituem o imaginário social sobre o índio. Quando os indígenas inscrevem seus discursos na rede de sentidos, a memória da colonização é retomada e, em outros momentos, é silenciada, em função das condições de produção desses discursos e por estes sujeitos-indígenas estarem numa relação entre o assujeitamento e a resistência. Da mesma forma, há um tipo de silenciamento da parte dos não-indígenas, ao produzir discursos, algumas vezes silenciam a imagem do indígena na história e o (e)feitos da colonização (linguística), além de tentar apagar existência desses povos e deslegitimar a maneira pela qual esses sujeitos



se subjetivam na atualidade. Ademais, foi observado que nesses discursos a questão da língua sempre vem à tona como um índice de identificação como indígena, item necessário para pensar a identidade (efeito de completude) do índio, ou uma ferida constitutiva da imagem que os índios têm de si.

**Palavras-chave:** sujeito-indígena; silêncio; memória; político; imaginário.

## **MEMÓRIA E ESQUECIMENTO NA ENUNCIÇÃO DO DISCURSO POLÍTICO DE DEBATES ELEITORAIS TELEVISIONADOS DE 2014: AÉCIO NEVES E DILMA ROUSSEFF**

Ariana da Rosa Silva (UFF)

Este estudo, filiado à Análise do Discurso proposta por Pêcheux (1969, 1975), tem o objetivo de mostrar um recorte de nossa dissertação de mestrado, desenvolvida na Universidade Federal Fluminense, sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Bethania Mariani. Interessa-nos apresentar o estudo realizado em relação à memória e ao esquecimento na produção de efeitos de sentidos no discurso político dos debates eleitorais televisionados da campanha presidencial de 2014, em dizeres dos candidatos Aécio Neves (PSDB) e Dilma Rousseff (PT). Para isso, mostraremos análises de algumas sequências discursivas, nas quais observaremos o funcionamento do político neste trabalho de estabilização e desestabilização de sentidos, que, em uma relação sempre conflituosa, retomam dizeres e apagam outros. Em nossas análises, pudemos verificar que o trabalho da memória e do esquecimento funciona sempre em uma reatualização e fixação de sentidos, mostrando pontos positivos que favoreçam aos candidatos e fatos negativos que desqualifiquem o candidato adversário, configurando-se em uma luta de forças pela estabilização de sentidos. Isto nos faz perceber, retomando os postulados teóricos de Pêcheux (2015 [1982]) e Courtine (1999), que a história e a memória são fundamentais na enunciação do discurso político. Tudo isso, levando em conta que, consoante Mariani (1996), as correntes políticas a todo tempo se inscrevem no processo de constituição da memória social, que vai sendo construída em meio às tensões entre as formações discursivas para afirmar as suas posições e negar a de outros. Sendo assim, é possível dizer que é por meio da reatualização ou do apagamento de determinados acontecimentos que se torna possível a constituição de sentidos. Portanto, apaga-se o que não deve ser reatualizado, ou seja, o que deve ser esquecido na história e retoma-se o que vai fortalecer o seu discurso e desestruturar o candidato adversário no momento da enunciação, retomando uma memória que é muitas vezes apagada por um lado da história.

**Palavras-chave:** discurso político; debates eleitorais televisionados, memória; esquecimento; sentidos.

## **“HOJE SOU EU, AMANHÃ SÃO VOCÊS”, EFEITO ORLOFF**

Cristiane Renata da Silva Cavalcanti (UNICAP)

Propomos, neste trabalho, analisar discursivamente os enunciados: a) “Hoje sou eu, amanhã são vocês,” dito pelo ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB); b) “Hoje foram eles, amanhã será a internet”, referente à censura aos jornalistas Paulo Eduardo Lima Martins, jornalista e político brasileiro, filiado ao PSDB, Partido da Social Democracia Brasileira, comentarista na Rede Massa, filial do SBT, e Renata Sheherazade, âncora do telejornal SBT Brasil, quando proferiram suas impressões sobre o governo, que circularam na mídia no ano corrente, seu funcionamento e seus tantos outros deslizamentos, inclusive reportando ao efeito Orloff, c) “Eu sou você amanhã”. Os três enunciados, embora sejam parafrásticos, não constroem as mesmas significações e evidenciam como o locutor traz para seu (novo) dizer, um discurso do já dito. Nosso objetivo foi mostrar como os efeitos de sentido se dão a partir da relação entre suas condições de produção (historicidade) e a memória discursiva que, enquanto elementos constitutivos, atravessam o discurso em seu nível de formulação, bem como em sua constituição. Na primeira parte do trabalho, como ponto de partida, discutimos sobre a noção de paráfrase, polissemia, memória discursiva, enquanto efeitos de sentido, conforme proposta pela Análise do Discurso de linha francesa (AD). Posteriormente, analisamos o corpus, enunciados já apresentados, veiculados em mídias impressas, online e publicitária. As análises dos enunciados tiveram a fim de relacionar os movimentos polissêmicos e parafrásticos a partir da mobilização de conceitos evidenciados pela AD. Desse modo, nossa reflexão recaiu sobre o estabelecimento dos sentidos e sobre os gestos de interpretação dos enunciados, a fim de buscarmos o entendimento de como o discurso funciona e produz sentidos. A análise partirá da premissa de que o discurso é atravessado pela historicidade e encaminha efeitos de sentido que não decorrem exclusivamente daquilo que se vê, ouve ou lê, mas que derivam de dizeres outros, deslocados e ressignificados no fio interdiscursivo, presentificando discursos que se deram em outros contextos históricos e que produzem (outros/novos) sentidos. Percebemos, nos discursos analisados, que a memória está retomada pelos acontecimentos, atualizada, inserida em um novo contexto



produzindo sentido. Então, a memória suposta pelo discurso é sempre reconstruída, retomada em um novo discurso que circula na sociedade. Contudo, nesse contexto, o conceito de memória discursiva tem papel privilegiado, propondo formas de descrever os elementos que em maior ou menor grau condicionam os sentidos. Deste modo, o sujeito é levado a interpretar seguindo algum dos fios condutores que o levam a construir esse ou aquele sentido. Os sentidos são constituídos, dentre outras coisas, pela capacidade do discurso de articular com maior ou menor proporção a memória discursiva do sujeito. Assim, consideramos que a “estrutura do discursivo vai constituir a materialidade de uma certa memória social”, conforme salienta Pêcheux (2010, p.11).

**Palavras-chave:** sentidos; paráfrase; polissemia; deslizamento; memória discursiva.

## "PROIBIDO FUMAR": A CRIMINALIZAÇÃO DO ATO

Edigar dos Santos Carvalho (UFPE)

O presente estudo tem como foco a análise do enunciado “Proibido Fumar” e seu funcionamento no processo de criminalização do ato de fumar em espaços públicos coletivos. Para a consecução da nossa proposta faremos uso dos apontamentos teóricos propostos pela Análise de Discurso filiada aos conceitos desenvolvidos, na França, por Michel Pêcheux. Compreender esse funcionamento discursivo se torna pertinente devido às mudanças sócio-históricas instauradas nas sociedades nas últimas décadas. O consumo do tabaco foi amplamente incentivado nas sociedades e em todas as classes econômicas durante séculos. Se fumar era uma atitude glamorosa e luxuosa, rito de passagem para vida adulta e símbolo de independência sexual para as mulheres, nos últimos anos, essa prática passou a ser banida e condenada, em especial, nos espaços coletivos. Fumar, dependendo do local, tornou-se crime. Portanto, entender o funcionamento desse enunciado, presente nos espaços públicos e apresentado como forma de advertência e controle social, permite-nos compreender os processos de interpelação ideológica dos sujeitos fumantes ou não, bem como compreender as filiações ideológicas atravessadas na construção dos efeitos de sentido do discurso antifumo. Essas reflexões têm como princípio entender o funcionamento desse discurso antitabagista, visto que, se por um lado a Instância jurídica institui normas de controle social, por outro lado, a instância administrativa governamental fiscaliza o cumprimento dessas normas e aplica multas àqueles que violam as instruções jurídicas. Embora as punições legais não se apliquem ao sujeito fumante, mas aos responsáveis pelos estabelecimentos que apresentam o enunciado “Proibido Fumar”, como se dá, então, o processo de interpelação ideológica desse enunciado destinado aos fumantes para que não fumem no local, se eles não serão punidos? O exame dessa sequência discursiva nos permite entender as estratégias discursivas encontradas pelo Ministério da Saúde, com bases jurídicas, para cercear às ações de fumar, sem punir o fumante, mas utilizando os responsáveis pelos espaços públicos como vigilantes da saúde coletiva, no processo de criminalização do ato de fumar.

**Palavras-chave:** discurso; fumante; antitabagismo.

## REVOLUÇÕES LEMBRADAS, REVOLUÇÕES SILENCIADAS: APAGAMENTOS E RETORNOS NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Flavio da Rocha Benayon (UNICAMP)

A configuração atual das disputas que constituem a formação social brasileira implica num movimento de retorno de questões que produziram um nó em acontecimentos históricos anteriores. Sendo assim, há a necessidade de colocar em cheque a religiosidade dos sentidos que compõem a história que se pretende estabilizada. Ancorado na Análise do Discurso Materialista, analiso o funcionamento de apagamentos constituídos no Discurso de posse de Getúlio Vargas, enunciado em 3 de novembro de 1930, e a possibilidade de produção de sentidos outros. Em 1930, o movimento revolucionário possibilitou a ascensão de Vargas ao poder da República, de forma que, nesse período, a posição a partir da qual a enunciação de Vargas foi constituída produziu um silenciamento sobre diferentes sentidos, sendo a seguinte sequência discursiva produtiva para a análise: “O movimento revolucionário, iniciado vitoriosamente a 3 de outubro, no sul, centro e norte do país, e triunfante a 24, nesta capital, foi a afirmação mais positiva, que até hoje tivemos, da nossa existência, como nacionalidade. Em toda nossa história política, não há, sob esse aspecto, acontecimento semelhante. Ele é, efetivamente, a expressão viva e palpante da vontade do povo brasileiro, afinal senhor de seus destinos e supremo árbitro de suas finalidades coletivas.” (Vargas, 1930). Podemos perguntar que outras afirmações de nacionalidade e que outras expressões da vontade do povo brasileiro houve, entretanto, ao considerar a noção de não pessoa discursiva, formulada por Indursky (2013), e a noção de porta-voz,





formulada por Pêcheux (1990 [1982]), analiso o funcionamento de apagamentos em “tivemos”, “nossa existência, como nacionalidade” e “nossa história política”. No recorte, comparece um efeito de equivalência entre a voz do porta-voz e a voz da população, apagando as divisões em jogo. Também há a produção de uma unidade de população, que silencia a contradição constitutiva de povo brasileiro. Designações como existência, nacionalidade e história política produzem um imaginário de unidade, sem que se possa levar em conta seu caráter dividido, legitimando movimento revolucionário, pois mobilizam sentidos para esse movimento e apagam a possibilidade de haver outras existências, nacionalidades e histórias políticas. Ao considerar alguns apagamentos que funcionam no movimento revolucionário, formulo a seguinte questão de ancoragem: que outros movimentos são possíveis, possibilitando outros sentidos de revolução? Recorto designações que retornam durante a década de 1920, como em o chefe do movimento revolucionário, em 1922; dos chefes revolucionários em armas, em 1923; os chefes do movimento revolucionário, em 1924; e chefe das Forças Revolucionárias, novamente em 1924. Também aponto a atualização de condições semelhantes durante a década de 1920, como a fraude eleitoral e alianças que pretendiam romper com a política do café com leite. O retorno de condições e designações implica na atualização de um nó em diferentes eventos, ou seja, não se trata de repetição. Os diferentes sentidos de revolução que retornaram em 1930 possibilitaram a constituição do movimento revolucionário, mas ao mesmo tempo foram silenciados pela história institucionalizada. Ao trabalhar com enunciados constituídos em condições heterogêneas, a análise aponta para sentidos outros de revolução.

**Palavras-chave:** retorno; apagamento; movimento revolucionário; Primeira República.

## RESISTÊNCIA NOS QUILOMBOS E TERRAS QUILOMBOLAS DE MATO GROSSO

Jane Josefa da Silva Camilo (UNEMAT)

A escravidão em Mato Grosso iniciou com as atividades mineradoras em 1719. Em 1736, os negros eram trazidos inicialmente pelas monções fluviais e também através do caminho terrestre que ligava Cuiabá a Goiás. Uma das questões que acompanham o tema da escravidão no Brasil é a resistência em relação ao sistema escravocrata. A fuga era uma das estratégias para alcançar a liberdade. O primeiro quilombo de Mato Grosso de que se teve notícia foi o de Quariterê, que se formou às margens do Rio Quariterê ou Piolho. O quilombo de Quariterê foi destruído, pela primeira vez, em 1770, e a forma de governo adotada era a realeza. Na época da destruição o quilombo era governado pela Rainha Tereza que após a destruição do quilombo que liderava num gesto de indignação, revolta e resistência, suicidou-se. Alguns pesquisadores asseguram que a estratégia de resistência que melhor representou a luta contra a ordem escravocrata foram os quilombos, porque nesses espaços, organizavam uma produção agrícola autônoma e formas de organização sociopolítica peculiar. Tomando como fundamentação teórica a Semântica do Acontecimento, proponho-me neste trabalho analisar o político e a resistência tomando alguns conceitos da Análise de Discurso, entendendo o político como conflito, Orlandi (1990). O funcionamento enunciativo é político porque distribui nos espaços de enunciação os lugares de dizer, visto que o político é “a afirmação da igualdade, do pertencimento do povo ao povo, em conflito com a divisão desigual do real, para redividi-lo, para refazê-lo incessantemente em nome do pertencimento de todos no todos” (GUIMARÃES, 2002, p.17). Ao tratar da resistência no discurso, Pêcheux (2009, p.281) diz que “não há dominação sem resistência”. Ainda para Foucault (1995, p. 248), o poder é uma tensão que se estabelece entre as partes, está sempre em relação de confronto, num jogo que envolve a resistência, sendo assim “não há relação de poder sem resistência, sem escapatória ou fuga, sem inversão eventual; toda relação de poder implica, então pelo menos de modo virtual, uma estratégia de luta”. O corpus será constituído de documentos oficiais como as leis que regularizam os quilombos e terras quilombolas, textos e materiais como mapas, Diário da Diligência (1795), jornais, dos quais tomaremos alguns recortes, para descrevê-los e interpretá-los.

**Palavras-chave:** terra; resistência; quilombos.

## O DISCURSO POLÍTICO DO SUJEITO XUKURU DE ORORUBÁ: SILENCIAMENTO, MEMÓRIA E LUTA

José Reginaldo Gomes de Santana (UNICAP)

Este trabalho analisa o discurso político do sujeito Xukuru de Ororubá em uma posição que é construída, simultaneamente, através do efeito do dizer do “já constituído” Sujeito Indígena com o dizer do Sujeito Xukuru em um lugar outro - não circunscrito à Serra do Ororuba (localizada no Agreste Pernambuco na cidade de Pesqueira). A luta do Cacique “Xicão” pela demarcação da terra, as palavras ditas durante essa



empreitada, o seu assassinato e os dizeres sobre este fato constituem grande parte dos saberes determinantes do discurso do Sujeito Xukuru de Ororubá. A análise discursiva do trabalho parte dos marcos históricos fundantes que pontuam a história e as memórias deste povo (SILVA), passa pela relação de arquivo e memória discursiva como também pelo funcionamento do político no trabalho dessa relação, no silenciamento, deslizamento e regularização de sentidos. O corpus para este trabalho é formado por arquivos de vídeos - documentários, reportagens e informativos institucionais – que apresentam dizeres do Xukuru em diferentes condições de produção, tanto na luta pela terra, quanto em outras posições. Para isto, trabalhamos com o conceito de arquivo (PÊCHEUX), silenciamento (ORLANDI) e memória discursiva (COURTINE). Em nosso trabalho, observamos que a retomada do território Xukuru, legitimada pela Constituição de 1988, a afirmação do Indígena não mais como caboclo, a inserção do estudante Xukuru em instituições de ensino técnico e superior, e a posição da comunidade indígena diante dos últimos acontecimentos políticos no país são constituídos por um discurso de luta, de conquista; dizeres mobilizados por memórias discursivas e pela leitura de arquivos que se tornaram memoráveis para este povo e para os povos indígenas no Brasil. Entendemos que o discurso do Sujeito Xukuru vai ganhando novos sentidos em condições de produção diversas, mas ainda o que é memorável nos saberes dos discursos fundantes permanece mobilizando sentidos e sujeitos. Isso em razão da constante luta política desse povo na estrutura e na conjuntura político-econômico-social nacional vigente.

**Palavras-chave:** memória; arquivo; silenciamento; xukuru do ororubá.

## **ANÁLISE DISCURSIVA DO ATENDIMENTO QUEIXA-CONDUTA: O DIAGNÓSTICO EM QUESTÃO**

Karla Amorim Sancho (UNICAMP)

Carlos Roberto Silveira Correa (UNICAMP)

O objetivo deste artigo é o de compreender parte do funcionamento do discurso do atendimento de tipo queixa-conduta, no qual o médico reduz a anamnese à queixa do paciente e, sem passar pelo diagnóstico, formula a conduta que, quase invariavelmente, reduz-se, por sua vez, à prescrição de um fármaco. Adotamos como referência a observação feita por Ricardo Bruno Mendes Gonçalves, que afirma que esse atendimento geralmente desemboca na prescrição de algum fármaco. Por meio da linha francesa da Análise de Discurso de Michel Pêcheux, analisaremos algumas questões discursivas envolvidas na abordagem feita nesse tipo de atendimento, buscando compreender como as inscrições históricas funcionam, interpelando o sujeito médico. Nessa perspectiva, reconhecemos que o atendimento queixa-conduta é um discurso do campo da saúde, que tem como locutores o médico e o mundo que o cerca. Nesta relação, o médico ocupa a função-autor – posição sujeito que assume a responsabilidade pelo que diz – formulando uma conduta e apresentando-a ao seu paciente, à sua família e à sociedade como locutores e leitores deste discurso. Com o intuito de compreender as formações discursivas que constituem o discurso médico, colocamos em questão algumas discursividades do campo da Saúde Coletiva e do campo político, a respeito do atendimento queixa-conduta. Explicitamos um percurso histórico da produção de sentidos relativos à palavra diagnóstico e as questões que repercutem na racionalidade biomédica. Também realizamos uma análise discursiva do sintagma queixa-conduta, analisando o funcionamento parafrástico de modo a compreender melhor a polissemia em jogo e os deslizamentos de sentidos que se instauram no movimento da história no percurso de sentidos de queixa-conduta e de diagnóstico. Interpretamos aspectos relacionados ao diagnóstico na atualidade, que compreendemos como desdobramentos da medicalização na sociedade contemporânea. Analisamos principalmente as condições de produção do discurso médico e o papel do fármaco que – fazendo parte das inscrições históricas – interpela o médico a realizar esse tipo de atendimento, no qual é produzido o silenciamento do diagnóstico. Compreendemos que o sentido não é transparente, nem mais ou menos verdadeiro, mas sim histórico e polissêmico. Por isso consideramos que, em todo processo de análise, o gesto de interpretação do analista é também afetado pela historicidade do discurso que compreende os enunciados quando os traz ao fio de seu próprio discurso.

**Palavras-chave:** Análise de Discurso; diagnóstico; queixa-conduta; saúde coletiva.



## O DISCURSO DO CÂNCER: A PRODUÇÃO DE SENTIDOS POR PACIENTES EM UM GRUPO DE APOIO

Rita Rangel de Souza Machado (FIOCRUZ)

O câncer é uma doença crônica não transmissível que apresenta altas taxas de incidência e mortalidade. Foram estimados, apenas para 2016, 600 mil casos novos de câncer no Brasil. Diante de sua relevância, estudos que envolvam essa doença são importantes para a sociedade. Em grande parte, as discussões sobre o câncer se dão no campo da biologia, do desenvolvimento da doença, dos tratamentos possíveis. No entanto, é necessário que se discuta o câncer sob a ótica do sujeito adoecido, aquele que lida com os estigmas sociais da doença, que constrói sentidos a partir do processo de adoecimento, que sobrevive, ou que morre. Este trabalho tem por objetivo, a partir da identificação de unidades de sentido produzidas por sujeitos em um grupo de apoio, compreender os discursos e os sentidos produzidos sobre o câncer nesse grupo. Como discussão teórica, pensa os sentidos sociais relacionados ao câncer, utilizando-se dos referenciais da Análise de Discurso, tendo Orlandi e Bakhtin como principais teóricos, e o papel das políticas públicas, da comunicação e da informação em saúde tendo o câncer em perspectiva. Para a compreensão desses sentidos produzidos, foi realizado um trabalho de campo, ao longo de três meses, no grupo de apoio a mulheres com câncer de mama que funciona na Associação dos Amigos da Mama de Niterói (Adama). Para tanto, utilizou-se a observação participante e o diário de campo como instrumentos de coleta de dados. A inserção no campo se deu entre 16 de setembro e 9 de dezembro de 2015. Para a compreensão dos resultados de pesquisa, foram criadas categorias, com o objetivo de descrever os cinco sentidos mais recorrentes nas diversas reuniões do grupo. Além disso, a compreensão se deu também a partir de construções de narrativas, com o objetivo de fazer uma leitura dos sentidos postos, a partir da compreensão de como se davam as diversas reuniões no grupo de apoio. Foi possível observar que existem muitos sentidos estigmatizados sobre o câncer, mas que, dentro do grupo de apoio, outros sentidos podem ser produzidos, como a valorização da vida, de si mesmo e do outro.

**Palavras-chave:** câncer; grupos de apoio; discursos; pacientes; câncer de mama.

